



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

DULCINEA CERQUEIRA COUTINHO BARROS

**CULTURA ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE
DITADURA MILITAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO
GUIMARÃES (FEIRA DE SANTANA - BA, 1968-1978)**

FEIRA DE SANTANA

2015

DULCINEA CERQUEIRA COUTINHO BARROS

**CULTURA ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE
DITADURA MILITAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO
GUIMARÃES (FEIRA DE SANTANA - BA, 1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Lima Ferreira.

FEIRA DE SANTANA

2015

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

B276c Barros, Dulcinea Cerqueira Coutinho
Cultura escolar e ensino de História em tempos de Ditadura Militar no Instituto de Educação Gastão Guimarães (Feira de Santana – BA, 1968-1978) / Dulcinea Cerqueira Coutinho Barros. – Feira de Santana, 2015.
132 f. : il.

Orientador: Carlos Augusto Lima Ferreira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. História – Ensino. 2. Educação – Ditadura Militar. 3. Instituto de Educação Gastão Guimarães. I. Ferreira, Carlos Augusto Lima, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 93(814.22).09

DULCINEA CERQUEIRA COUTINHO BARROS

**CULTURA ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE
DITADURA MILITAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO
GUIMARÃES (FEIRA DE SANTANA 1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em História da Universidade
Estadual de Feira de Santana, em
cumprimento às exigências para obtenção
do título de Mestre em História.

Feira de Santana, 28 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto Lima Ferreira - Orientador
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de apresentar os resultados da minha primeira pesquisa acadêmica. Primeira, porque na segunda metade da década de 1990, quando fiz o curso de História, aqui mesmo na UEFS, não vivenciei as angústias e prazeres do exercício da pesquisa e construção do conhecimento científico, período em que esse pilar da atividade universitária apresentava-se restrito a alguns poucos alunos então detentores das escassas bolsas de monitoria ou iniciação científica, de maneira que à grande maioria parecia caber apenas a formação básica para o exercício do magistério e os estágios temporários em escolas públicas da cidade. Foi nessa época e nesses termos que fui apresentada a nada falaciosa dicotomia “ser pesquisador” X “ser professor”.

Sem ter tido contato com essa experiência de formação, passei a associar a investigação científica a um exercício difícil, penoso e para poucos, ao qual, como professora, não me sentia habilitada, origem do sofrimento vivido nesses últimos dois anos para fazer-me também uma pesquisadora. Acrescido a isso, o peso de ter permanecido doze anos afastada da vida acadêmica e, mais especificamente, das produções e discussões sobre o conhecimento histórico e seu ensino, tornaram a tarefa de pesquisar ainda mais complicada para mim. Mas, a vontade de qualificar-me como docente me permitiu superar algumas dessas dificuldades e fui aprendendo no tranco e nos limites dos prazos institucionais para se “fazer um Mestre”, rápidos dois anos, a ser também uma pesquisadora!

O melhor é que estou finalizando essa etapa, realizando um projeto antigo! Projeto que jamais fora abandonado, esteve sempre sendo regado nos desafios que os processos de ensinar-aprender História me impunha, nos olhares curiosos e sedentos de saber de alguns alunos que por minha vida passaram, nas palavras de estímulo de familiares, de colegas dos tempos da graduação, aqueles das escolas em que trabalhei e que atualmente trabalho e outros tantos que fiz durante essa caminhada em fazer-me professora-pesquisadora.

Chego, aqui, sem perder de vista o passado que não se cansa de entrecruzar o meu presente, apontando novos e promissores caminhos para um futuro não tão distante. À lembrança me vem tantas pessoas... pai, mãe, irmãos, amigos, professores, alunos, parceiros de trabalho, colegas de turma... Pessoas que me ajudaram na concretização desse projeto.

Lembro-me também de lugares e outras temporalidades... São Vicente- minhas origens; Vitória da Conquista- uma parte marcante e nunca esquecida da infância; Água Fria e Serrinha- o início da atividade profissional docente; Feira de Santana- minha terra-abrigo. O Instituto de

Educação Gastão Guimarães, escola onde dei os primeiros passos na vida estudantil e para onde voltei a quase uma década buscando contribuir através das minhas atividades profissionais docentes. A UEFS, um espaço de aprendizagem desejado e concretizável, sim! Lugares por onde passei e que deixaram suas marcas em minha trajetória pessoal, de aprendiz à docente-pesquisadora. Não saberia chegar aqui sem ter que rememorar essa trajetória, esses lugares e as pessoas a quem estimo e com gratidão quero nominalmente agradecer, esperançosa de que não cometerei esquecimentos.

Começo por Adriana Boudoux que tanto me incentivou a voltar a estudar, a escrever sobre minha prática docente e colocar em evidência o trabalho realizado com os alunos do “Gastão”. Como se fosse pouco, ela leu e fez valiosas considerações às minhas primeiras páginas de escrita, emprestou-me livros e acompanhou-me no meu primeiro Encontro Estadual da ANPUH, em Ilhéus. Ainda do IEGG meus sinceros agradecimentos vão para Solange, parceira de tantos projetos interdisciplinares exitosos. Sheila, gestora competente e sensível. Sandra, Vanessa, Gláucia, Jana, Marcos, Alzenir, Ieda, Marlene, Irma e Jane. Aos tantos alunos com quem convivi, aprendi e tive a oportunidade de levar os meus ensinamentos... Que venham outros tantos Laécios, Paulas, Danielas, Jaquelines, Camilas, Andreys, Wills, Tissianes, Vitors a me incentivar na busca do conhecimento e no ofício de socializá-lo!

Um agradecimento carinhoso ao amigo e professor do tempo da graduação, Valter Soares, a quem tive o prazer de reencontrar e estabelecer novas parcerias e aprendizagens através do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do qual fui Bolsista Professora Supervisora da Educação Básica, experiência que me permitiu uma reaproximação com a UEFS, mas, principalmente, com leituras específicas sobre o ensino de História, fundamentais na elaboração do Pré-projeto para a seleção do Mestrado. Agradeço também aos demais bolsistas do grupo, especialmente, aqueles que estiveram acompanhando minhas aulas durante o ano letivo de 2012. Vossas observações me oportunizaram reflexões sobre os saberes e práticas do ensino de História, novas possibilidades que em breve estarei a empreender.

Dos amigos do tempo da graduação minha sincera gratidão a “Vilas-Boas”, Sandra, Rosângela, Iara, figuras humanas que admiro cujas palavras daqui e dali sempre me colocaram para cima: “Dinha, você é muito capaz!”, “Faz logo o Mestrado, amiga!”.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História: Eurelino Coelho, Elisete da Silva, Ione Sousa, Ana Maria Oliveira. Agradeço pela sapiência e paciência com essa professora-pesquisadora do ensino de História. Em especial, quero agradecer àqueles que compuseram a minha Banca de Qualificação, Prof. Clóvis Ramaiana e Prof. José Augusto Ramos da Luz.

Valeu pela leitura, observações, indicações, empréstimos de livros e disponibilidade em ajudar-me até fora dos horários institucionais, desse desprendimento sinto que cultivamos uma sincera e respeitosa amizade. Ainda do Programa, agradecimentos aos colegas de turma e a Julival, secretário sempre solícito.

Agradeço imensamente aos meus depoentes, professores e alunos do IEGG nas décadas de 1960 e 1970. Foi muito prazerosa e significativa cada aproximação estabelecida, cada residência visitada em Feira ou em Salvador, cada comparecimento às reuniões do Grupo de Aposentadas do IEGG. Vivi o privilégio de ouvi-las sobre suas experiências de ensino e aprendizagem em História no contexto da Ditadura Militar brasileira, seus relatos dos momentos de convivência no espaço escolar, das esperadas solenidades de formatura! Poder visitar seus álbuns de fotografias e neles captar tantos desejos e representações, significou descortinar um universo à parte da história da educação de Feira de Santana e do Brasil. Ainda que seus nomes estejam velados pelo anonimato, agradeço por cada acolhida e gesto de confiança, pelo empréstimo de suas memórias e de tantos outros documentos, fontes deste trabalho que ora se materializa. Entre os alunos, “os professorandos”, a frase “Saudades da vida estudantil” escrita à giz na lousa de uma das salas de aula do Instituto no final do ano letivo de 1970, capturada por um *flash* fotográfico e guardada como uma relíquia em um dos álbuns de Formatura, sintetiza o quanto há ainda para se desbravar e pesquisar sobre as culturas escolares, seus saberes, práticas e, ainda, sobre as memórias dos sujeitos partícipes desses espaços de produção, ensino e aprendizagem escolar tão peculiares.

Meu agradecimento mais que especial ao mestre, orientador e amigo, Prof. Carlos Augusto Ferreira. Ao longo desses dois anos compartilhei com ele minhas dúvidas, medos, acertos e até crises de choro, contornadas com palavras de otimismo e metáforas encorajadoras extraídas de sua experiência de vida, docência, pesquisa e orientação acadêmica. Obrigada pela confiança permanente em mim. Trato é trato... “Espero que nossa amizade seja infinita”. Valeu, também, por ter me oportunizado conhecer duas outras professoras sensíveis e comprometidas pelas quais nutro uma grande admiração: Edicarla Marques e Maria Teresa Didier.

Confiei no ditado que diz “os últimos serão os primeiros” e por isso acabei fazendo uma inversão na ordem comum dos agradecimentos... Que venham, então, os primeiros!!!

Obrigada ao Mestre dos Mestres, Deus, que com a sua onipresença ilumina todos os meus passos, sempre no caminho da retidão, do respeito e amor ao próximo. Obrigada, também, pela família que me deste:

Dona Dulce, octogenária mulher, minha mãe, sábia sem muita instrução, meu maior exemplo do que seja uma mulher de fibra e de trabalho... Esse legado está impregnado em mim. Obrigada por tudo!

Meus irmãos, Joel, Zé, mana Jaci, Jão, Vicente, Nenga e mana Joe... Corrente que nunca há de se quebrar... eterna! Obrigada a todos, especialmente, a mana Joe, alma gêmea que me presenteou com uma pérola e um cristal: Marcela e João.

A Zé Mário, meu companheiro há quase duas décadas, obrigada pelo incentivo diário, por me fazer acreditar que sou mais, posso mais e ainda vou mais além! Obrigada também à família Barros por entender todas as minhas ausências, pelo apoio e palavras de perseverança.

Aos meus filhos de coração, Rafael, Rafaela, Vinícius, Victória, Roberta, Laís, Marcela, João e Davi. Resistir a tantas batalhas dessa jornada também por vocês... Para que nunca desistam de acreditar e fazer acontecer os seus próprios sonhos.

E, por fim, aos agregados da família Coutinho... Por ordem de chegada para não gerar ciúmes: Augustinho, Mari, Celo, Jucy, a galera das sessões de domingo, momentos fundamentais de descontração nessa intensa trajetória de estudos. Parece-me que agora sim é uma boa hora para um brinde!!!

“É do que somos- ou julgamos ser- que devem partir as perguntas para que possamos ser o que queremos (ou precisamos) ser, não para julgarmos se o que se fez no passado esteve ou não correto - ambição de toda história moralista-, mas para entender, mesmo que seja à custa desse passado, porque fazemos o que fazemos hoje, apesar de tantas lições esclarecedoras.”

Paulo Miceli

RESUMO

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa que investigou o ensino de História na cultura escolar do Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG) no contexto da Ditadura Militar brasileira, mais enfaticamente entre os anos de 1968 a 1978, tempos de lutas estudantis, de “milagre econômico”, de reformas no ensino superior e de 1º e 2º graus e, entre outros, de vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em geral, as instituições escolares, suas culturas e o ensino de História nelas desenvolvido sofreram os efeitos da instalação da Ditadura Militar no país. Contudo, ainda são poucos os estudos que problematizam de forma localizada seu impacto e ingerências nos sujeitos, saberes e práticas do ensino de História em meio às tradições, regularidades e contínuismos que perpassam a cultura escolar. Esse foi o objetivo geral que persegui na pesquisa que focalizou o IEGG, uma escola pública de formação de professores primários instalada desde 1927, em Feira de Santana-Bahia. Para tanto, fiz uso das proposições teórico-metodológicas ensejadas pela categoria analítica Cultura Escolar (JULIA, 2001; FRAGO, 2007), as quais demandaram como fontes documentais da pesquisa escritos de caráter pedagógico e administrativo pertencentes ao arquivo escolar, memórias orais e fotográficas de ex-professores e ex-alunos e materiais didáticos utilizados por esses sujeitos no espaço escolar. A análise das fontes, sua confrontação com a legislação do ensino, com fontes periódicas e, ainda, com uma bibliografia especializada permitiu discutir neste trabalho o processo de imposição da Ditadura e de sua memória no Brasil e em Feira de Santana; situar o processo de constituição da instituição escolar focalizada, sua cultura, principais sujeitos e importância para a cidade e, por fim, o ensino de História, seus saberes e práticas ali desenvolvidos no contexto ditatorial. Este, em linhas gerais, esteve permeado por um espectro de vigilância e medo, prevalecendo entre seus saberes e práticas a memória oficial exaltadora de feitos políticos e de vultos históricos representativos do sacrifício em prol da Nação, rituais cívico-patrióticos levados a efeito em parceria com outras disciplinas escolares e, ainda, “técnicas” que, naquele contexto, renovavam os aspectos metodológicos do ensino de História, sem, contudo, renovar seu conteúdo.

Palavras-Chave: Cultura Escolar. Ensino de História. Ditadura Militar. IEGG.

ABSTRACT

This work is the result of a research that investigated the school culture and the teaching of history developed at the Institute of Education Gastão Guimarães (IEGG) in the context of the Brazilian Military Dictatorship, more emphatically in the years 1968-1978, times of student struggles, the “economic miracle”, reforms in higher education and 1st and 2nd degree and, among others, the duration of the Institutional Act No. 5 (AI-5). In general, educational institutions, their cultures and history teaching they developed suffered the effects of the military dictatorship installed in the country. However, there are few studies that question so localized impact and interference in the subject, knowledge and of history teaching practices among the traditions, regularities and “continuísmos” that permeate the school culture. This was the general objective chased in the research that focused on the IEGG, a public school for primary teachers installed since 1927, in Feira de Santana, Bahia. Therefore, I used the theoretical and methodological propositions enabled by the analytical category School Culture (JULIA, 2001; Frago, 2007), which demanded as documentary sources for the research, educational and administrative characterized writings that belong to the school’s files, oral and photographic memories from former teachers and former students and teaching materials used by these subjects at the school. The analysis of the sources, their confrontation with the education legislation, with periodic sources and also with a specialized bibliography allowed the discussion in this paper about the process imposition of dictatorship and its memory in Brazil and in Feira de Santana; placing the constitution process of a focused educational institution, its school culture, the main subjects and importance to the city and, finally, the teaching of history, the knowledge and practices they developed there. This, in general, has been permeated by a surveillance and fear spectrum, prevailing between their knowledge and practices the exalting official memory made by political and representative historical figures of sacrifice for the nation, civic and patriotic rituals carried out in partnership with other school subjects and also “techniques” that, in that context, renewed the methodological aspects of history teaching, without, however, renewing its contents.

Keywords: School Culture. History teaching. Military Dictatorship. IEGG.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Prédio sede da Escola Normal de Feira de Santana - Retrato da década de 1950	51
Figura 2- Segundo prédio sede da Escola Normal-IEGG. Retrato década de 1960	55
Figura 3- Fragmento da Planta Baixa do Instituto de Educação Gastão Guimarães- Térreo	57
Figura 4- Fragmento da Planta Baixa do Instituto de Educação Gastão Guimarães- 1ª andar.....	57
Figura 5- Professorandas na área verde do IEGG	63
Figura 6- Linha do Tempo elaborada e utilizada pela Professora Clara	90
Figura 7- Grupo de alunas do Pelotão das Bandeiras na concentração para o Desfile do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)	95
Figura 8- Solenidade de Hasteamento da Bandeira no IEGG - ano 1976	97
Figura 9 - Comitiva do IEGG no Desfile do Sesquicentenário da Independência do Brasil - 1972	100
Figura 10- Alunos do IEGG com a imagem de Tiradentes no Desfile dos 150 aos da Independência do Brasil (1972)	105
Figura 11- Plano de Ensino de História – IV Unidade, ano 1976	110
Figura 12- Prova de História da 2ª Unidade Letiva - 1º Série do Curso Colegial Normal - 1971	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

35° BI	35° Batalhão de Infantaria de Feira de Santana.
ANPUH	Associação Nacional de História.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CFE	Conselho Federal de Educação.
CPC	Centro Popular de Cultura.
EMC	Educação Moral e Cívica.
FUFS	Fundação Universidade de Feira de Santana.
IEGG	Instituto de Educação Gastão Guimarães.
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
MCP	Movimento de Cultura Popular.
MEB	Movimento de Educação de Base.
MEC	Ministério da Educação.
OSPB	Organização Social e Política do Brasil.
ST	Simpósios Temáticos.
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana.
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado	3
1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO 1: TRAÇANDO CAMINHOS	21
2.1 DO ENSINO DE HISTÓRIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	21
2.2 DE ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA MILITAR	27
2.3 DA PESQUISA: APORTE TEÓRICO, FONTES DOCUMENTAIS E TRATAMENTO METODOLÓGICO.....	32
3. CAPÍTULO 2: O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES	47
3.1 TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1927-1978).....	50
4.1 NO PÓS-GOLPE DE 1964, A IMPOSIÇÃO DE UMA MEMÓRIA.....	66
4.2 EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR: O ENSINO DE HISTÓRIA DESENVOLVIDO NA CULTURA ESCOLAR DO IEGG	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A: Documentos localizados no Arquivo do IEGG	124
APÊNDICE B: Questionário aberto para entrevista de Ex-Professor	125
APÊNDICE C: Questionário aberto para entrevista de Ex-Alunos	128
ANEXO A- Modelo de Termo de Autorização de Uso de Voz e Imagem de Ex-Professor e Ex-Aluno	132

1. INTRODUÇÃO

As disputas político-econômicas, militares e ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética iniciadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impuseram suas repercussões em vários continentes e países do globo. Com o apoio de Moscou, a experiência cubana de 1959 atuou irradiando o ideário e modelo de desenvolvimento socialista pela América, ameaçando as ambições de supremacia do sistema capitalista liderado pelos Estados Unidos, que passaram a apoiar a instalação de ditaduras por todo o Continente. No caso específico do Brasil, a influência norte-americana coadunou-se aos interesses de alguns setores da sociedade brasileira (parte dos militares, do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja católica, da classe média) que interpretavam as reformas político-econômicas e sociais do governo do então presidente João Goulart (1961-1964) como uma “ameaça comunista” que deveria ser banida, o que se fez com o Golpe Militar de 31 de março de 1964 (DREIFFUS, 1987; STARLING, 1986).

Na Bahia, o 31 de março foi seguido de marchas de apoio à tomada do poder político nacional por segmentos militares, pela “caça aos inimigos internos da Nação”, cujo alvo principal eram os comunistas, e, entre outros, por perdas de mandatos eletivos de políticos alinhados às propostas do governo Goulart, caso de Virgildásio Sena, de Salvador, e, Francisco Pinto, de Feira de Santana¹.

Instalados no poder, os militares golpistas passaram a realizar intervenções de toda natureza à frente do aparelho estatal, a começar pelos Atos Institucionais, instrumentos de legalização de suas ações políticas. No âmbito das políticas públicas para a Educação, sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento², foram promovidas alterações em suas finalidades e objetivos, na formação docente e nos currículos escolares (oficializando disciplinas, a exemplo, de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica- EMC, Organização Social e Política do Brasil- OSPB; excluindo outras: Filosofia e Sociologia) que

¹ Para abordagens destas nuances citadas ver: SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (org.). **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. v.1; FERREIRA, Muniz. **O Golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observabahia_02.pdf> Acesso em: 12 mai. 2015; DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do golpe de 1964**. Disponível em < http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/observa_bahia_01.pdf > Acesso em: 12 mai. 2015.

² A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no contexto da Guerra Fria, tinha como principal tese a necessidade de “defesa nacional” pela eliminação dos “inimigos internos”. Os comunistas tornaram-se o principal alvo desse programa, o qual, no Brasil, teve seus princípios formulados na Escola Superior de Guerra, por militares que eram instruídos nos Estados Unidos. Essa Doutrina foi transformada em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68.

repercutiram nas carreiras docentes, nas práticas escolares desenvolvidas, nos saberes ensinados e aprendidos, como também, nas sociabilidades docentes e discentes em meio às culturas escolares em que se encontravam inseridos.

É nesse contexto de Ditadura Militar, mais especificamente, entre os anos de 1968 a 1978, que busquei pesquisar o ensino de História na cultura escolar do Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG), em Feira de Santana-Bahia. A investigação que lhe deu corpo inseriu-se numa modalidade da História da Educação, a chamada História das Disciplinas Escolares, voltando-se, em especificidade, para a História do ensino de História.

Como professora de História há uma década no IEGG, escola pública de ensino fundamental e médio situada em Feira de Santana-Bahia, que no período da vigência da Ditadura Militar (1964-1985), como em grande parte de sua trajetória (1927-1998), atuou na formação de professores primários/1º grau, inquietava-me conhecer como meus antecessores, também professores de História nessa mesma instituição escolar, conduziram os processos de ensinar-aprender História no período da Ditadura Militar.

Essa busca em pesquisar o ensino de História nesse espaço-tempo determinado nasceu da necessidade de esclarecer questões do meu presente vivido como professora de História no IEGG, presente vivido que ainda se apresenta repositório de práticas intensificadas naquele período ditatorial, a exemplo da ênfase atribuída ao método de ensino como garantia da aprendizagem dos saberes históricos escolares, uso do livro didático como material imprescindível a aula e aprendizagem desses saberes e, entre outros, de aplicação de um modelo de avaliação da aprendizagem pautado em questões escritas do tipo “múltipla escolha”, o que também me faz querer refletir e buscar compreender o meu papel como professora de História neste atual contexto.

A hipótese que levantei para o desenvolvimento da pesquisa foi a de que o IEGG como uma instituição escolar portadora de cultura escolar própria, historicamente marcada por sua trajetória como Escola Normal, sofreu as ingerências da Ditadura Militar de uma forma particular, desenvolvendo, na mesma medida, um ensino de História com especificidade em seus saberes e práticas. Esse argumento buscou sustentação na matriz interpretativa que entende as instituições escolares, as relações que esta estabelece com o meio que a circunda e os processos de ensinar-aprender a elas inerentes, as disciplinas escolares, a partir da sua própria cultura escolar, esta, espaço agregador de sujeitos, de tradições, regularidades e continuísmos, mas, “aberta” à criatividade de seus sujeitos e inovações do meio externo, um sedimento duro e permanente que atua definindo os saberes a ensinar e as práticas para torná-los assimiláveis e incorporáveis nas instituições escolares.

Para Frago, teórico desta vertente, os elementos que constituem a cultura escolar³ são mediados por “[...] (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em formas de tradições, regularidades e regras do jogo não interdidas, e repartidas pelos seus actores, no seio das instituições educativas.” (FRAGO, 2007, p. 87). Nessa direção, penso ter caminhado a cultura escolar e os processos de ensinar-aprender História no IEGG entre 1968 a 1978, contexto de ditadura militar no Brasil.

As perguntas que nortearam o processo de pesquisa foram: Qual a trajetória da instituição e cultura escolar da qual pretendo investigar o ensino de História? No contexto da Ditadura Militar, quem eram os professores de História e que saberes e práticas mobilizaram? Esse ensino de História esteve ligado à memória histórica oficial? Quais memórias esses ex-professores de História e ex-alunos possuem da instituição e cultura escolar, das experiências vividas na escola e, especificamente, do ensino de História por eles desenvolvido na conjuntura da Ditadura Militar?

Utilizando-me da categoria analítica Cultura Escolar como a desenvolveu Dominique Julia (2001) e Frago (2007) que converge para a proposição teórico-metodológica de que a cultura escolar precisa ser pensada a partir do seu funcionamento interno e este deva ser considerado em suas relações com as culturas que lhes são exteriores, entre as quais, a cultura política, perseguir o objetivo geral: Investigar os processos de ensinar-aprender História no IEGG entre 1968 a 1978, suas tradições, regularidades, regras de jogo e possíveis ingerências da Ditadura Militar na cultura escolar e em seu ensino.

Como objetivos específicos: Traçar a trajetória do IEGG na cidade de Feira de Santana; Discutir os processos de imposição da memória da “Revolução de 1964” pelo país, em Feira de Santana e no IEGG após a instalação da Ditadura Militar; Identificar os sujeitos do ensino de História no período pesquisado, reconstituindo suas trajetórias de formação e de docência no IEGG; Analisar os registros deixados ou construídos pelos sujeitos do ensino de História sobre os saberes e práticas por eles desenvolvidos no contexto ditatorial, identificando formas de acolhimento, ressignificação ou recusa à memória histórica oficial, ao ideário desenvolvimentista e às normatizações educacionais oriundas dessa conjuntura autoritária.

A definição por investigar o ensino de História no contexto da Ditadura Militar, como já evidenciei, precedeu o desenvolvimento da pesquisa, mas, a ênfase no decênio 1968-1978,

³ Entre os elementos visíveis das culturas escolares citados pelo autor estão: os sujeitos da escola (professores, alunos, pessoal administrativo, etc.); as linguagens e os modos de comunicação (o oral, o escrito, o gestual e o icônico) na aula, fora dela e nos modos de avaliação; as práticas e os rituais da ação educativa; a cultura material da escola, seus espaços edificados e não edificados, o mobiliário, o material didático e escolar.

só ocorreu durante o seu processo, quando se pôde identificar um conjunto de acontecimentos articulados entre si no plano internacional, nacional e local e com influência sobre a instituição escolar, seus sujeitos e processos de ensinar-aprender História.

Assim, o ano de 1968 como recorte temporal inicial se justifica em razão de nele ter se desenvolvido uma combustão espontânea e generalizada de espíritos rebeldes que desencadearam movimentos contestatórios por todo o mundo: o da contracultura, o de luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos, o feminista, entre outros (KURLANSKY, 2005).

Essa combustão se manifestou no Brasil, principalmente, através da efervescência estudantil contra a Ditadura Militar instalada e contra as dificuldades de acesso da população aos níveis de educação médio e superior. Em meio a esses movimentos contestatórios e reivindicatórios efetivados por todo o país, inclusive, em Feira de Santana, com manifestação de estudantes pelas ruas da cidade, os militares no poder reagiram através de reformas na educação e com o enrijecimento de sua ditadura.

Pelo Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, se estabeleceu um aparato de controle e repressão, por vezes sutil, outras tantas violento, que se propagou pela sociedade e suas instituições, como as escolares, intervindo sobre sujeitos, saberes, práticas docentes, estudantis e de gestão da escola. Dada às evidências nas memórias dos depoentes da pesquisa, foi exatamente a partir desse ano que os sujeitos do IEGG sentiram de forma mais enfática as ingerências da Ditadura Militar na escola. A abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) contra uma de suas integrantes, a professora Yara Maria Cunha Pires⁴, atuou como um acontecimento reforçador de tradições e regras de jogo próprias da cultura escolar do IEGG, regulando os comportamentos e sociabilidades de seus sujeitos, suas formas de ingresso na instituição e, não menos, os saberes e as práticas do ensino de História desenvolvido.

Também entre 1968 e 1973 se assistiu pelo país à proliferação de ações oriundas da política econômica desenvolvimentista posta em execução pelos militares. Implementou-se um ideário otimista quanto ao progresso econômico brasileiro. Eram os tempos do dito “Milagre Econômico”, que em Feira de Santana se materializou por meio de discursos e de um projeto de modernização liderado pelo prefeito João Durval Carneiro (1967-1971), contexto em que a cidade foi inserida no plano nacional de modernização e descentralização da indústria, teve

⁴ O Termo de Perguntas ao Indiciado constante no Auto de Qualificação e de Interrogatório de Yara Maria Cunha Pires exposto ao público por ocasião da Audiência do Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade de Feira de Santana, realizada em 30 de outubro de 2013, no auditório do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Feira de Santana apresenta como alegação para a abertura do IPM o “incitamento dos estudantes do IEGG em manifestações estudantis” por ocasião dos movimentos de protesto contra a lei orgânica do ensino secundário. Nesta, o principal ponto de discordância de parte de professores, pais e alunos relacionava-se à possibilidade de cobrança de anuidade em colégios secundaristas públicos.

instalado o Centro Industrial do Subaé (CIS), que atraiu um intenso fluxo migratório do campo e de outros estados do País, estimulou a criação de novos bairros e habitações populares e intervenções urbanísticas na cidade.⁵

Esse ideário de progresso em evidência através de mudanças operadas na paisagem urbana, no incremento populacional e na reorganização econômica do município ganhou fôlego e, no campo educacional da cidade, atuou favorecendo a criação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), da sua primeira instituição de ensino superior, a Faculdade de Educação e, logo depois, da Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFES), de novas instituições escolares ginasiais e colegiais públicas e privadas e a progressiva ampliação do número de vagas ofertadas e de matrículas efetivadas nos estabelecimentos de ensino públicos existentes.

Essas mudanças repercutiram no IEGG, que deixou de ser a instância privilegiada de formação docente da cidade, teve triplicado o número de alunos matriculados entre 1964 e 1974, de 388 para 1244⁶, viu ampliar o acesso de novos segmentos sociais no quadro discente, agora, também, da classe média-baixa, e, ainda, teve aumentado e diversificado o seu quadro docente, seja pela posse de professores concursados oriundos da capital do Estado, seja pela contratação temporária de alunos recém-formados no curso colegial normal da escola ou de profissionais liberais, como advogados, para atuarem no ensino.

Por outro lado, essa tópica do “progresso brasileiro” se agudizou com a emergência das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. No IEGG se imprimiu um novo vigor ao patriotismo, ao culto aos símbolos, datas e heróis da Pátria, aos componentes do núcleo “duro e permanente” da disciplina escolar através de uma ação integrada com as disciplinas escolares Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

⁵ Nesse período, indústrias como a Incobal, Itagiba, Incoveg, Camas União S/A, Phebo do Brasil S/A, Tamoyo Investimentos S/A, Cia. de Pneus Tropical, Femag e Peterco do Nordeste S/A se instalaram no CIS. Período em que também foram inauguradas duas etapas do Núcleo Habitacional do Trabalhador, no bairro Cidade Nova, e, ocorreram algumas das primeiras intervenções visando a retirada dos feirantes do centro da cidade, numa tentativa de “higienizá-lo” e “embelezá-lo”, adjetivos utilizados na matéria do jornal local Folha do Norte “Feira Livre mudará”, publicada em 7/2/1970. Sobre a disseminação de um discurso de modernização e progresso em Feira de Santana e, ainda, sobre a implementação de um projeto de industrialização para a cidade entre os anos de 1967 a 1971, ver: CORREA, D. C. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. Especificamente sobre a política de industrialização implementada por dirigentes industriais locais em Feira de Santana entre 1963 a 1983, ver: MONTEIRO, Jhônatas L. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

⁶ Dados referentes aos turnos matutino e vespertino.

O marco temporal final, o ano de 1978, representa o momento em que o próprio general-presidente Ernesto Geisel afirmara ser de “abertura lenta, gradual e segura” do regime, que, por sua vez, sinalizou o início de novas vivências para a sociedade brasileira e também para alguns dos sujeitos do IEGG, entre os quais, seus professores de História. Alguns destes passaram a assumir de forma aberta suas insatisfações em relação às condições de trabalho e remuneração no magistério público e, não menos, em relação ao regime, mediados pelas ações da Associação de Professores Licenciados do Brasil - Sessão/Bahia, atual APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação, que nesse contexto se reorganiza, agrega novos docentes à luta contra o processo de deterioração da carreira docente e articula a greve de junho de 1978, responsável por paralisar, ainda que parcialmente, as atividades de ensino no estado (SANTOS, 1995).

Já a definição pelo IEGG, instituição escolar que abrigou o ensino de História pesquisado, esteve baseada no pressuposto de que mesmo existindo um conjunto de normas e práticas inerentes às instituições escolares, a chamada cultura escolar, cada uma, a partir dos sujeitos que a compõe se relaciona de uma forma muito particular com as esferas político-econômica, social e cultural que as envolve, disso podendo resultar oscilações no grau de recepção e operacionalização das normas e práticas que lhes chegam das esferas externas, nesse caso, do governo ditatorial instalado no país, daí a necessidade de se conhecer os processos internos constituídos na especificidade dos sujeitos do IEGG.

Essa definição seguiu, ainda, alguns critérios orientadores explicitados por Nosella e Buffa (2008) e adotados por pesquisadores do campo da História da Educação com ênfase no estudo das instituições escolares. De acordo com os citados autores, os pesquisadores brasileiros que vem se empenhando na construção da história de instituições escolares levam em consideração em sua escolha, entre outros aspectos, o reconhecimento do significado social da instituição pela sociedade que a abriga (ou)⁷; a sua densidade histórica, ou seja, que a instituição tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha, que a sociedade identifique, nesta escola, traços significativos de sua própria história e, por fim, haja possibilidade de acesso livre às fontes, aspectos considerados na pesquisa, sobretudo, porque o ensino de História na cultura escolar do IEGG, alvo da investigação, além

⁷ O reconhecimento do IEGG como uma instituição escolar com significado social em Feira de Santana também pode ser considerado pelo quantitativo de pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre seus sujeitos, processos educativos e de formação da identidade docente. São quatro as dissertações de mestrado já defendidas. Tratam-se dos trabalhos de Ione Celeste de Sousa, “Garotas Tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945”, o de Antônio Roberto Seixas Cruz, “Mestras no sertão: reconstituindo caminhos”, o de Rita de Cássia Oliveira Carneiro intitulado “Histórias de mestras: o sentido de ser professora do Instituto de Educação Gastão Guimarães (1968-2000)” e o de Mayra Paniago Spínola Cardoso, denominado “De normalistas a professoras, um estudo sobre trajetória profissional feminina em Feira de Santana (1950-1960)”.

de não se encontrar isolado da dinâmica complexa e real das relações sócio-políticas em curso, também não se desenvolveu numa instituição escolar sem uma inserção e participação no espaço da cidade.

O IEGG, no contexto da Ditadura Militar brasileira, já possuía um reconhecimento social em Feira de Santana e localidades vizinhas em razão da sua trajetória na formação de professores iniciada em 1927, quando foi fundado como Escola Normal de Feira de Santana. Essa trajetória de atuação educacional de quase cinco décadas, completadas no período privilegiado por esta pesquisa, alicerçou e consolidou a cultura escolar do IEGG, o que permitiu, no processo de pesquisa, a observância de alguns dos seus elementos internos e visíveis, bem como, daqueles elementos de fora, “os *ruídos* do exterior”, a exemplo das finalidades e objetivos atribuídos a ela pelas instâncias sociais e políticas ao longo de sua trajetória ou na temporalidade da Ditadura Militar, elementos estes que, certamente, atuaram sob o ensino de História nela desenvolvido.

Na tentativa de observância desses elementos internos e externos à cultura escolar do IEGG e sua influência sobre o ensino de História ministrado entre os anos de 1968 a 1978, se fez necessária, tanto a adoção de um leque maior de fontes documentais, como a legislação educacional do período, a documentação escolar de caráter pedagógico e administrativo da escola, depoimentos orais de ex-alunos e ex-professores, fotografias escolares e jornais em circulação na cidade, quanto de uma metodologia de análise específica e ao mesmo tempo confrontada das/entres as fontes selecionadas.

Os resultados da pesquisa foram sistematizados nesta dissertação em quatro capítulos.

No capítulo de abertura, intitulado “**Traçando caminhos**”, como o próprio nome sugere, procurei delinear a emergência do ensino de História como objeto de investigação da ciência da História e problematizar a sua pouca inserção entre as preocupações de historiadores brasileiros. Num segundo tópico, faço referência a trabalhos e pesquisas educacionais, sociológicas e históricas existentes sobre a educação brasileira e o ensino de História no contexto da Ditadura Militar, as problemáticas e fontes documentais privilegiadas, importância, bem como, seus limites na compreensão do tema, para, em terceiro, apresentar o objeto específico desta pesquisa, o aporte teórico que a subsidiou, as fontes documentais utilizadas e os caminhos metodológicos percorridos visando a sua concretização.

No segundo capítulo, “**O Instituto de Educação Gastão Guimarães**” explico o IEGG como uma instituição escolar possuidora de identidade e cultura escolar próprias na cidade de Feira de Santana. Demarco, dessa forma, aspectos de sua trajetória como uma instituição formadora de professores, apontando regularidades e tradições que governaram sua

cultura escolar e influenciaram, por exemplo, a seleção dos docentes de História e a organização de seus saberes e práticas no contexto da Ditadura Militar. Para tanto, utilizei-me de fontes orais, fotográficas e impressas, como periódicos e documentos escolares, sendo alguns manuscritos.

Já o terceiro e último capítulo, designado de **“O ensino de História no IEGG: tradição, regularidades e inovação”**, trata do processo de disseminação da memória da “Revolução de 1964” pelo país e do papel assumido pelas diretrizes da Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional na implementação de reformas educacionais durante o período, o que veio a repercutir na história ensinada, em seus sujeitos, saberes e práticas. São apresentadas as evidências da incorporação dessa memória e diretrizes pela cultura escolar do IEGG e pelo ensino de História desenvolvido entre os anos de 1968 a 1978, o que se processou em diálogo com suas tradições, regularidades e regras de jogo. Para sua consecução fiz uso de fontes impressas, como a legislação educacional, manuscritas, especialmente, documentos escolares, assim como, fontes orais, oriundas de depoimentos de sujeitos do IEGG.

Por fim, devo esclarecer que este trabalho é uma tentativa, dentre várias outras possíveis, de explicitação do ensino de História em sua historicidade e especificidade, indo ao encontro das preocupações dos pesquisadores do campo da História das Disciplinas Escolares, que vem investindo esforços na identificação da origem e constituição dos saberes escolares através da dinâmica temporal e dos processos de escolarização.

Penso se tratar de uma demanda investigativa importante e necessária aos historiadores e professores de História, os quais, como bem salientou Fonseca (2011), além de dominarem os conteúdos de ensino, as práticas pedagógicas, os procedimentos didáticos e teórico-metodológicos da pesquisa histórica deveriam conhecer, também, a história da disciplina que pesquisam ou ensinam, incursão, sem dúvida, necessária, mas que, ainda, encontra-se em estado lacunar, quadro que justifica o desenvolvimento desta e de novas pesquisas sobre a temática em nossa área.

2. CAPÍTULO 1: TRAÇANDO CAMINHOS

2.1 DO ENSINO DE HISTÓRIA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

O movimento da *Nova História*, um modelo de história desenvolvida a partir da chamada *École des Annales*, inaugurou uma escrita da história a contrapelo da narrativa política acerca dos grandes homens e seus feitos, da história-acontecimento baseada em documentos escritos e oficiais. Desde então, o que os historiadores vêm se esforçando em fazer é uma história-problema das múltiplas histórias possíveis num estreito e crescente diálogo com as demais ciências humanas, o que permitiu ampliar tanto os objetos de análise quanto o leque de enfoques e abordagens no interior do campo da História⁸. É, portanto, em meio a esse processo de dilatação de temáticas, especialidades e abordagens que a educação, as instituições escolares, suas culturas e produtos, como as disciplinas escolares e, em específico, o ensino de História, constituíram-se como objetos da História, ganhando impulso de pesquisa.

No Brasil, em razão do regime ditatorial em vigor até 1985, esses novos enfoques e a pesquisa sobre disciplinas escolares só se estabeleceu no trânsito da década de 1990 para os anos 2000, contexto em que o ensino de História passa a ser um tema mais visitado pelos historiadores, sobretudo, àqueles interessados em conhecer a história da sua própria disciplina por um viés que se apropriava de experiências de ensino localizadas em recortes temporais mais curtos (Lopes; Galvão, 2001 *apud* SOUZA JUNIOR; GALVÃO, 2005, p. 397).

Mas, apesar do caminho aberto e do evidente crescimento da pesquisa em ensino de História nesses últimos vinte anos, essa temática como objeto da pesquisa histórica continua desmerecendo a atenção da maioria dos historiadores brasileiros, o que se evidencia, entre outros, no reduzido número de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas sobre o tema em Programas de Pós-Graduação em História do país⁹.

⁸ Sobre a *hiper-especialização* sofrida pelo campo da História e para uma classificação dessas várias “histórias” em seu interior, ver: BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

⁹ De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) existem atualmente no Brasil 69 Programas de Pós-Graduação em História, que abrigam 25 cursos de Mestrado acadêmico, 9 de Mestrado profissional e 35 de Doutorado. O estado da Bahia possui 4 destes, o mestrado acadêmico em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o também acadêmico em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – campus Santo Antônio de Jesus, oferecidos desde 2007, o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que oferece o Mestrado desde 1990 e o Doutorado desde 2002 e, por fim, o mestrado profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, criado em 2014, na Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB). Informações obtidas em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em 06 nov. 2014.

Em análise que procedi junto ao banco de dissertações e teses dos três programas acadêmicos em História existentes nas universidades públicas do estado da Bahia, o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), entre 1990 e 2013¹⁰, constatei que das 299¹¹ dissertações defendidas, apenas 1 apresentava proximidade com a área temática do ensino de História ao abordar a formação profissional desse professor, seu universo de representações e identificação com a profissão escolhida. Trata-se da dissertação denominada *Na sala de espelhos: professores de história entre representações e identificação com a profissão (Feira de Santana, 1986-1991)*, de autoria de Jackeline Lopes, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em História da UEFS. Nas teses de doutorado, o quadro foi ainda mais desfavorável para a temática. Das 41 teses defendidas no mesmo período, nenhuma abordou o tema do ensino de História.

Quando análise semelhante é direcionada a Programas de Pós-Graduação em História com uma trajetória de constituição mais antiga, como é o caso do Programa em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), um dos mais antigos do país¹², o quadro não se apresenta acentuadamente diverso. Neste, observa-se um número maior de pesquisas na área temática do ensino de História, entretanto, desenvolvidas ainda de forma pontual, pois, em intervalos lacunares, e, quando comparadas a outras temáticas pesquisadas no Programa, como a da escravidão e a da religião, aparece sempre em número inferior.

Assim, entre 1971 e 2013, o conjunto de sua produção se resumiu a 9 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado que iniciou-se com as dissertações de Circe Bittencourt, denominada *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*, defendida em 1988, e *Caminhos da história ensinada: São Paulo e Minas Gerais, anos*

¹⁰ Esses marcos justificam-se porque foi em 1990 que as pesquisas em História, antes desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, passaram, então, a ser desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História. O ano de 2013, porque até a data da coleta dessas informações junto aos sites dos Programas, só haviam sido disponibilizados os trabalhos defendidos até o ano 2013.

¹¹ As informações sobre o número das dissertações e teses defendidas foram obtidas nos sites dos respectivos Programas de Pós-Graduação. Para o da UFBA ver: <www.ppgh.ufba.br/category/dissertacoes-e-teses>; para o da UEFS: <<http://www2.uefs.br/pgh/banco.htm>>; para o da UNEB ver: <www.mestradohistoria.com.br>. Acesso em 04 nov. 2014. Para o diagnóstico das temáticas desenvolvidas nas dissertações e teses procedi à análise dos títulos e resumos selecionando apenas os trabalhos em que seus autores referenciam o ensino de História no título ou que explicitaram no resumo possuir alguma relação ou proximidade com a temática do ensino de História.

¹² Esse Programa foi criado em 1971, depois da publicação do Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, que orientou o processo de implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. Uma análise sintética da história da pós-graduação no Brasil é possível encontrar em: SANTOS, Cássio Miranda dos. **Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.10, n. 37, p 479-492, out/dez, 2002.

70 e 80, de Selva Guimarães Fonseca, de 1991, as teses *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, de Circe Bittencourt, defendida em 1993, e *Ser professor de história: vida de mestres brasileiros* de Selva Guimarães Fonseca, defendida em 1996.

A esses pioneiros trabalhos no referido Programa seguiram-se algumas outras dissertações e teses que ao introduzir o ensino de História como objeto pertinente ao campo da História e os artefatos¹³ e memórias dos sujeitos das culturas escolares como exequíveis fontes documentais dessa pesquisa, privilegiaram como recorte temporal o século XX, mais enfaticamente, suas três últimas décadas, contemplando problemáticas relacionadas aos currículos e programas, aos manuais didáticos, processos de profissionalização e trajetória docente, confirmando, em parte, a tendência já descrita por Thaís Fonseca (2011) quando delineou o perfil das temáticas mais visitadas por esses estudos¹⁴: “concentram-se nos temas dos currículos e programas para o ensino de História, das práticas escolares no ensino de História e do livro didático de História, estando este último tema na liderança.” (FONSECA, 2011, p. 30).

Dessa forma, mesmo tendo ocorrido um crescimento no número de Programas de Pós-graduação em História no Brasil e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹⁵ ter reconhecido o ensino como uma área de pesquisa autônoma¹⁶, e esta, apresentar, mesmo antes da sua autonomização um crescimento da sua produção no Brasil, ainda são esparsas as pesquisas que abordam o ensino de História na maioria desses Programas, problemática que se reflete no principal evento que reúne historiadores e professores de História no Brasil.

No Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH/Brasil, o número de Simpósios Temáticos (ST) atinentes ao ensino de história também é diminuto frente ao número total ofertado. Em suas últimas cinco edições, as do ano de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, respectivamente, apresentou-se na quantidade de 6 STs num total de 79; 5 num total de 85; 7 num total de 130; 9 num total de 141, quando atinge o seu maior número, e, em sua última edição, como se fosse muito, retrocede para apenas 6 STs num total

¹³ Refiro-me ao acervo material existente entre as culturas escolares, a exemplo dos documentos de natureza pedagógica, administrativa, os registros fotográficos, materiais didáticos, periódicos estudantis, a própria arquitetura escolar, entre outros.

¹⁴ Sua análise fez uso de dissertações, teses, artigos em periódicos e textos apresentados em Simpósios, Reuniões, Congressos e Seminários ligados às associações profissionais da área de História e de Educação, a exemplo da ANPUH e da ANPED, entre os anos de 1988 a 2002.

¹⁵ Agência governamental responsável pelo fomento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

¹⁶ Através da Portaria nº 83, de 6 de junho de 2011, a CAPES reconheceu o ensino, as ciências ambientais, a nutrição e a biodiversidade como áreas específicas do conhecimento.

de 119 ofertados, porcentagem que não chega a ultrapassar o patamar de 6%, mesmo quando atinge a sua melhor marca entre todas as edições de Simpósios já realizados.

Francisco Falcon (2006) buscou explicar as razões históricas do distanciamento da historiografia nacional do tema da educação e, mais específico, do ensino, referenciando o processo de criação e institucionalização em nosso país da disciplina História da Educação. Para ele, o fato desta disciplina ter sido criada como parte integrante de uma “ciência da educação” e não como uma especialização temática do campo da História influenciou ou mesmo determinou o *locus* supostamente adequado ao desenvolvimento da pesquisa sobre o universo educacional no Brasil.

Falcon explicita, ainda, que a pedagogia “escolanovista” em ascensão no Brasil desde as primeiras décadas do século XX, além de ter respaldado o processo de constituição daquela disciplina teria, também, influenciado algumas discussões sobre a reforma universitária realizada em 1968, a qual, em seu entender, ao desagregar as antigas Faculdades de Filosofia em prol dos Institutos de Filosofia, fragmentou as unidades de ensino das universidades, e, em nada ajudou no intercâmbio entre docentes e seus saberes acadêmicos.

Por ter vivido diretamente esse contexto faz alusão às suas experiências na docência superior durante as transformações da antiga Universidade do Brasil e da Universidade Federal Fluminense em Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e no Instituto de Ciências, História e Filosofia, respectivamente, apontando para uma outra faceta da demarcação de fronteiras entre um saber tido como próprio do campo da História de outro que deveria ficar restrito ao campo da Educação. Assim ele relatou a experiência vivida:

Durante as intermináveis discussões que marcaram a constituição dessas novas unidades, tive minhas primeiras experiências sobre as dificuldades reais do historiador para lidar com as chamadas disciplinas setoriais de história – as disciplinas que, embora fossem de história, não faziam parte dos departamentos de história. Seria lógico, então (assim pensávamos nós, os historiadores), que a reforma em curso alocasse tais disciplinas de história nos departamentos de história de cada universidade. Ledo engano. Aos poucos, viríamos a perceber as dificuldades de toda ordem para se tomarem providências aparentemente tão lógicas e naturais. Na verdade, não havíamos previsto que para cada uma das histórias de [...], dispersas pelos diferentes departamentos da universidade, existiam sempre ponderáveis razões a recomendar sua permanência institucional nos departamentos em que já se achavam alocadas. Tradição, razões práticas, argumentos teóricos, tudo pesava a favor do *status quo* (FALCON, 2006, p. 331).

Essa possível trajetória de constituição de fronteiras entre o campo da História e o da Educação, seja em função de uma suposta tradição, seja por razões políticas ou práticas, conforme mencionou Falcon, da mesma forma pesou a favor desse *status quo* quando da efetiva

criação e organização dos cursos de Pós-graduação no Brasil, na década de 70. Nesse contexto, as abordagens e esforços investigativos do tema da educação e, em última instância, do ensino de História, mais uma vez, foram canalizados para os profissionais lotados na área da Educação, em seus Departamentos e programas de pesquisa, afastando-o, novamente do campo da História, daí resulta ser numericamente superior às pesquisas sobre o ensino de História entre os Programas de Pós-Graduação em Educação do país¹⁷.

Aproximando-se desse entendimento, Margarida Dias de Oliveira (2007) ao historiar a constituição do ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil, atribuiu a pouca aproximação dos historiadores brasileiros com a pesquisa em ensino ao fato de historicamente nossas universidades pouco terem se voltado para a própria reflexão sobre o ensino, tendo sido este praticado como área de formação e, não, como um objeto passível de pesquisa, concepção que teria refletido na investigação histórica sobre o ensino de História. Assim ela seguiu explicando tal negligência:

Na visão dicotômica da total separação entre ensino e pesquisa, o primeiro foi associado, estritamente, às ditas questões pedagógicas. Estas, por sua vez, restringidas aos cursos de Licenciatura e, nestes, às disciplinas assim denominadas “**pedagógicas**”, nas quais, segundo essa visão, deveriam ser debatidas e resolvidas as questões relativas ao **ensino**. [...] Junte-se a isso a dicotomia transferida para os cursos de pós-graduação no Brasil – organizados em nosso país a partir da década de 70 do século passado – quando, mais uma vez, as questões do **ensino** se restringiram aos Programas de Pós-graduação em Educação. Ou seja, aos profissionais de cada área abriu-se a possibilidade de pesquisas em temas variados, porém a discussão sobre **o que e como ensinar o produto desse conhecimento** foi tratada como uma questão menor, desvalorizada, menos nobre (OLIVEIRA, 2007, p. 38-39, grifo do autor).

Completando esse quadro de razões ao trato desigual dado às questões do ensino pelos historiadores, Norma Lucia Silva (2012) o atribui ao fato da CAPES não ter reconhecido há

¹⁷ A título de exemplificação, só no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA) foram defendidas entre os anos de 1979 a 2014, 8 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado abarcando problemáticas relacionadas ao ensino de História. Segue os títulos defendidos e autoria. Entre as dissertações: “*A formação do Professor de História: implicações e compromissos*”, de Maria Inês Correa Marques; “*Nos labirintos das concepções e das práticas do ensino da história recente: a memória da resistência à ditadura militar no Brasil*”, Tânia Côrtes de A. Miranda; “*Aprender a ensinar: a formação inicial de professores de história nas Faculdades Jorge Amado*”, Márcia Gabriela de A. Barreto; “*O século XVI que o XIX criou: heterodoxias e multimídia no ensino de história do Brasil*”, Genaro Vilanova M. de Oliveira; “*Um estudo de caso sobre a práxis da professora polivalente na escola comunitária: os caminhos do ensino de História*”, Heloisa Helena T. Monteiro; “*O tempo histórico e sua apresentação pelas professoras do ensino fundamental I*”, Jaime Baratz; “*Jogos digitais e o ensino de História: um estudo de caso sobre o history game Tríade: igualdade, liberdade e fraternidade*”, Isa Beatriz da C. Neves; “*O ensino de história e o sujeito histórico: narrando histórias, tecendo sentidos*”, Camila M. Góes. Já entre as teses de doutorado: “*Procedimento de Autoria Hipermídia em Rede de Computadores, um Ambiente Mediador para o Ensino de História*”, defendida por Alfredo Eurico Rodrigues Matta; “*O ensino de história: inventos e contratempos*”, Maria Antonieta de C. Tourinho; “*O ensinado, o aprendido: a educação histórica e a consciência histórica*”, Edinalva P. Aguiar e, por fim, “*A vez da África? O ensino da História africana na educação básica em Salvador/Bahia*”, de Jorgeval A. Borges.

mais tempo o ensino e, especialmente, o ensino de História, como uma área específica do conhecimento. De acordo com ela, enquanto os estudos ligados ao ensino da Física, da Química, Biologia ou Matemática enquadravam-se em um campo denominado de Ensino de Ciências, “os estudos de ensino das demais áreas do conhecimento como História, Geografia, Literatura eram desenvolvidos na área de Educação.” (SILVA, 2012, p. 42), limitando o diálogo dos estudos sobre o ensino de História com o campo da História.

Esses entraves levantados por Francisco Falcon, Margarida Oliveira e Norma Silva continuam a impor seus reflexos na pesquisa sobre ensino de História no Brasil, materializando-se seja no reduzido número de linhas de pesquisa em ensino de História entre os 69 Programas de Pós-Graduação em História em funcionamento no país¹⁸, seja na recusa, por vezes velada, de muitos historiadores em tratar o ensino como um objeto pertinente à pesquisa histórica, como se o mesmo não dissesse respeito à comunidade dos historiadores e ao próprio campo da História.

Por entender que o ensino de História e as problemáticas que o envolve sejam também uma demanda epistemológica do campo da História, susceptíveis às “leis do meio”, a pesquisa que deu origem a esta dissertação buscou fazer uso de seu aporte teórico-metodológico, sem com isso deixar de dialogar com as contribuições oriundas do debate entre História-Educação, pois, entendo que o ensino de História se dá nesse transito, buscando, dessa maneira, somar-se ao esforço investigativo de alguns historiadores e demais pesquisadores que até aqui empenharam-se na constituição da área e pesquisa em ensino de História.

¹⁸ De acordo com a CAPES apenas três Programas de Pós-Graduação Acadêmicos em História no Brasil apresentam essa especificidade. Tratam-se dos Programas da Universidade Federal da Paraíba, que possui uma linha denominada “Ensino de História e Saberes Históricos”, o em História Social da Universidade Estadual de Londrina, com a linha “História e Ensino” e o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, com a linha de pesquisa “Patrimônio, Ensino de História e Historiografia”. Desde 2012 essa área de concentração vem crescendo e buscando a sua consolidação através dos Programas de Mestrados Profissionais que visam, em sua maioria, a qualificação dos profissionais do ensino dessa disciplina escolar, sendo os primeiros do País o da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) denominado “História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem”, o da Universidade Estadual do Maranhão (UFMA) em “História, Ensino e Narrativas”, o da Universidade Federal de Goiás (UFG) em “História, Cultura e Formação de Professores”, o ProfHistória da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com área de concentração em “Ensino de História”, desenvolvido em rede colaborativa com universidades do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros, o da Universidade de Caxias do Sul (UCS) denominado “Ensino de História, Fontes e Linguagens” e o da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, com a linha específica em ensino de História denominada “Ensino de História, Educação Inter-Etnica e Movimentos Sociais”. Para mais informações e acesso aos sites específicos de cada Programa visitar: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em 06 nov. 2014.

2.2 DE ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA MILITAR

Um aspecto comum aos estudos e publicações que abordaram o tema da educação e do ensino de História no período da Ditadura Militar é sua interpretação como uma demanda forjada em nome do novo projeto político-econômico instalado no Brasil com o Golpe Militar de 1964.

Em geral, a educação e o ensino de História são compreendidos como instrumentos estratégicos para a legitimação do novo regime político e para a efetivação da meta de desenvolvimento econômico sem abalos na segurança nacional, ao modo da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento¹⁹. Desse modo, os títulos “Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964”, de Maria Inêz de Souza (1981), “O Golpe na Educação”, de Luiz Antônio Cunha e Moacyr de Góes (1985), seguidos por “Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio”, de Ivani Fazenda (1988), “Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1971)”, de José Willington Germano (1993) são alguns dos exemplos dessa corrente interpretativa e estão entre os principais estudos de caráter histórico ou sociológico existentes.

Em breves linhas, para esses autores, o projeto posto em execução no Brasil com o Golpe de 1964 foi imperativo sobre o papel e as metas da educação, o que autorizou seus agentes políticos a intervirem na legislação, no sistema e organização do ensino, nos processos de formação docente, bem como, nos currículos, programas e, inclusive, naquilo que deveria ser próprio à feitura das culturas escolares, seus saberes e práticas.

Ainda que não discorde de análises que apontem a influência do poder político instituído sobre as metas e finalidades do ensino no período, penso que o grande problema inerente aos estudos anteriormente citados esteja no enfoque homogeneizante, privilegiando a dimensão política e/ou economicista, bem como, no uso persistente de fontes documentais institucionais (leis, pareceres, programas, relatórios de dados quantitativos sobre matrícula, evasão, etc.), que

¹⁹ A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento possuía como principal tese a necessidade de “defesa nacional” pela eliminação dos “inimigos internos e externos” da Nação. Nesse sentido, os comunistas se tornaram o principal alvo desse programa, que teve seus princípios formulados na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, à semelhança do *Nacional War College*, organização norte-americana em que muitos militares brasileiros haviam sido instruídos desde o final da II Guerra Mundial. Essa Doutrina além de ter alicerçado o aparato jurídico e repressivo da Ditadura, ajudou a formar os quadros que durante o período ditatorial assumiram os cargos de direção no governo, sendo transformada em Lei de Segurança Nacional no ano de 1967, com a publicação do decreto-lei nº 314, e em 1969, através dos decretos-lei 510 e 898, ambos responsáveis por respaldar a necessidade por parte do Estado de ampliar as ações repressivas no País. Para uma análise do anticomunista no Brasil ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

atuaram quase sempre silenciando as vozes dos sujeitos da ação educativa, como se entre eles fosse impraticável o tensionamento ou qualquer possibilidade de burla, recusa ou ressignificação das normas e práticas externas às instituições e suas culturas escolares.

A literatura especializada em ensino de História emergente do contexto final de Ditadura ao denunciar a degradação sofrida pelos profissionais da área, pela formação docente universitária em História e pelo ensino de História nas escolas de 1º e 2º graus durante e após a Ditadura Militar, atuou corroborando com essa mesma visão, salientando, em especificidade, que a implantação dos Estudos Sociais, a formação de professores polivalentes e a criação das disciplinas EMC e OSPB harmonizaram-se com as diretrizes do poder político-econômico vigente que então demandava uma formação escolar em História reprodutora das relações sociais, políticas e econômicas em curso desde 1964.

Déa Ribeiro Fenelon, em 1984, por exemplo, chamou a atenção para a perseguição sofrida pelos profissionais da área educacional durante a Ditadura:

Na verdade, durante todos esses anos, pareceres, decisões, portarias e decretos caíram sobre nossas cabeças, uns após outros, como fatos já consumados, para que a eles nos ajustássemos ou nos adequássemos. Sempre a decisão do alto. Assim, o casuísmo se instalou na administração educacional, o caos na prática de professores e alunos e as medidas de força, burocratizadas em exigências descabidas, constituíram o nosso cotidiano (FENELON, 1984, p. 11-12).

Marco Antônio da Silva et al, na coletânea *Repensando a História*, publicada igualmente em 1984, também denunciaram as reais condições em que o ensino de História então se processava nas escolas de 1º e 2º graus brasileiras e a ausência de diálogo deste com o espaço institucional da Universidade e vice-versa. Mas, propuseram, ao mesmo tempo, alternativas para a ação político-pedagógico dos professores de História através de uma espécie de “apoderamento” da nova produção do conhecimento na área, o que ecoava, naquele contexto, como uma reação deliberada tanto à cultura histórica de “conformismo” que se estabeleceu no ensino de História quanto ao regime ditatorial ainda vigente que garantia a disseminação daquela cultura.

Cabrini et al (1986) e Pinsky (1988) também empenhados em discussões que pudessem conduzir a uma reformulação dos parâmetros teórico-metodológicos e legais do ensino de História procuraram lançar algumas possibilidades para o ensino de História no 1º e 2º graus articuladas aos fundamentos da pesquisa e a uma aprendizagem prazerosa de seus conteúdos, similarmente numa negativa explícita ao modelo que vigorou autoritariamente nos anos da Ditadura.

No campo acadêmico, algumas pesquisas sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, como as de Baldin (1985) e Nunes (1996), esta última publicada em livro, começavam a se aproximar dos sujeitos do ensino de História ao procurar investigar as concepções de mundo que estavam embutidas nesse ensino a partir da maneira como seus professores pensavam a sociedade, o conhecimento científico, a educação, a escola, a organização da cultura e da política, bem como, as teorias historiográficas, as metodologias de ensino, as concepções e tendências filosóficas de educação responsáveis por orientarem suas práticas pedagógicas em meio àquele contexto de redemocratização política do país.

Iniciando uma discussão que ficou perdida na década anterior, Selva Fonseca, em *Caminhos da História Ensinada*, lançado em forma de livro em 1993, originalmente sua dissertação de mestrado, empreendeu uma análise dos caminhos pelos quais historicamente passou o ensino de História no Brasil, mas, ao tomar como pauta o ponto de visto institucional, tratou de forma ainda superficial os fazeres dos professores e alunos das décadas de 1970 e 1980. Ainda que tenha privilegiado entre as fontes documentais de sua pesquisa uma documentação oficial composta por leis, pareceres, resoluções e programas de ensino, seu trabalho apresenta-se como um marco ao escrever uma primeira história do ensino de História que contemplava o período da Ditadura Militar brasileira.

Em definitivo, é só nos anos finais da década de 90 e no limiar dos anos 2000 que ocorre uma renovação dos estudos sobre ensino de História e, em especificidade, deste, na Ditadura Militar. Introduzindo novos referenciais teórico-metodológicos como os advindos da História Social, da História Cultural ou da “Nova” História Política, um novo grupo de historiadores em suas pesquisas acadêmicas investiram esforços num tipo de investigação do ensino de História que partia do caso particular, da internalidade dos espaços educativos, das memórias de seus sujeitos, de artefatos escolares e materiais didáticos inerentes ao fazer escolar em História, inventariando as trajetórias de seus docentes, suas formas de atuação, os saberes ensináveis, suas representações acerca do trabalho docente, dos saberes e práticas empreendidos em tempos como o da Ditadura Militar no Brasil.

Ratificando esse novo perfil da produção em ensino de História, Margarida Dias (2000-2001) o atribui ao esforço empreendido, inicialmente, nos Programas de Pós-graduação em Educação do país e, posteriormente, por iniciativas de licenciandos e bacharéis em História que passaram também a querer pensar a área e o ensino. De acordo com ela,

O desenvolvimento das pesquisas, concentradas nos programas de pós-graduação em educação, foi o que proporcionou um deslocamento do enfoque das mesmas. Migraram paulatinamente da externalidade para a internalidade da sala de aula. Leis,

currículos, livros didáticos continuaram sendo analisados, mas nas suas inter-relações com o que se faz dentro da escola e dentro da sala de aula. Como são interpretados esses elementos formais da educação pelos seus agentes sociais. Essa mudança do enfoque foi proporcionada também pelo aumento significativo do número de trabalhos sobre ensino de História. Trabalhos antes esporádicos e centrados na pedagogia tornam-se cada vez mais presentes nas reflexões de licenciandos e bacharéis em História pensando a sua própria área e o seu ensino (DIAS, 2000-2001, p. 98).

Fazendo uso desse novo enfoque de pesquisa as dissertações de Claudia Sapag Ricci, *Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de História em São Paulo*, defendida no Mestrado em História da PUC-SP em 1992, a de Antônio Simplício Almeida Neto, *O ensino de História no período militar: práticas e cultura escolar*, defendida na Faculdade de Educação da USP, em 1996, a tese de Doutorado em Educação de Décio Gatti Júnior, com o título *Livro didático e ensino de História: dos anos setenta aos nossos dias*, defendida em 1993 na PUC-São Paulo, a de Elison Antônio Paim, *Fala Professor (a): O Ensino de História em Chapecó-1970-1990*, obtida em 1996, também na PUC-São Paulo, e a de Elaine Lourenço *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista - 1970-1990*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, em 2011, são algumas das poucas referências existentes, o que demonstra que os processos educativos em História daquele período ainda comportam muitas possibilidades investigativas, notadamente, no que se refere aos sujeitos da ação educativa, seus saberes e as práticas levadas a efeito em espaços-tempos determinados.

Destes, os trabalhos de Almeida Neto e Lourenço representaram pontos de ancoragem para o meu estudo, sobretudo, pela similitude entre as temáticas que individualmente pesquisamos (os sujeitos, saberes ou as práticas escolares em História em culturas escolares específicas durante a Ditadura Militar brasileira), por algumas das fontes documentais selecionadas para a consecução do estudo, em sua maioria oriundas daquilo que restou do fazer cotidiano dos sujeitos nos espaços escolares (as memórias, os documentos e materiais escolares) e, especialmente, pelas soluções metodológicas empreendidas frente às dificuldades em se trabalhar seja com a pouca documentação disponível nas instituições escolares (quando existente apresenta-se em frágil estado de conservação e, quase sempre, com corte na seriação), seja com a recorrente recusa de propensos depoentes em falar de suas experiências docentes em meio à Ditadura, quando não, pelas dificuldades em localizar esses sujeitos a cada novo ano que se distancia temporalmente daquela conjuntura.

Possibilitando o exercício do novo na pesquisa em ensino de História o estudo de Almeida Neto procurou focalizar as práticas docentes em História em meio ao fazer cotidiano

de culturas escolares de instituições de ensino de São Paulo entre as décadas de 1960-1970, suas descontinuidades e especificidades, resgatando assim a dimensão histórica desse fazer a partir de depoimentos de sujeitos que viveram os processos e, ao mesmo tempo, por um outro tipo de fonte documental até então pouco conhecida em procedimentos de pesquisa de historiadores da educação brasileiros, os Relatórios de Estágio.

Por meio dessas fontes em confronto com outros documentos escolares e legais, o pesquisador centrou sua investigação e análise na atuação de professores de História em relação às propostas curriculares oficiais, à burocracia escolar e à produção didática, especialmente quanto aos livros didáticos. Um dos aspectos importantes desse estudo reside no fato de seu autor partir do reconhecimento da existência de uma cultura escolar que interage e conflita com as culturas que lhes são externas, uma cultura escolar que não é um “corpo passivo e vazio à espera das ações e determinações exteriores.” (ALMEIDA NETO, 1996, p. 12).

Dessa forma, demonstrou que os sujeitos da ação educativa atuaram simultaneamente sob a presença do consenso, quando muito docentes acolheram o que vinha de fora da cultura escolar, seja por convicção de seu benefício para a educação seja pela atmosfera de medo e represália que se instalou nas escolas, como também, estabeleceram, ainda que com discricção, a presença do dissenso, rechaçando em suas práticas docentes cotidianas algumas diretrizes estipuladas pela gestão escolar, e por trás desta, do regime ditatorial.

Já a tese defendida por Elaine Lourenço teve como eixo de reflexão as modificações promovidas no ensino de História no contexto da Ditadura e suas repercussões em escolas públicas paulistas, nas culturas escolares e, especificamente, nas trajetórias docentes, em suas graduações, carreiras e atuação em sala de aula.

Na reconstituição das vivências, carreiras e atuações docentes no período compreendido entre as décadas de 70-90, a pesquisadora fez largo uso da metodologia da história oral, a qual permitiu levantar diferentes estratégias usadas em sala de aula pelos docentes, às formas de discussão dos conteúdos, a relação com os livros didáticos e, propriamente, as formas de atuação desses docentes no contexto da Ditadura.

Ainda que tenhamos partido de uma mesma temática, o ensino de História na Ditadura Militar brasileira, cada um, a partir de um referencial teórico específico, construiu interpretações e narrativas conclusivas muito próprias, o que é esperado quando se tem o ser humano como o principal objeto do pesquisador²⁰, e este, não menos, encontrar-se diante de

²⁰ Segundo Cecília Minayo, os pesquisadores das ciências sociais possuem o próprio ser humano como objeto de investigação, diferentemente dos pesquisadores das ciências físico, naturais e matemáticas, cujo objeto são

subjetividades diversas, a sua própria e a do objeto investigado e, ainda, encontrar-se, situado em um meio social que também é múltiplo, pois é político, biológico, econômico, cultural, ideológico, que os influencia e é por eles influenciado, o que vem a incidir, inevitavelmente, sobre a operação histórica²¹, mesmo que adotemos o rigor metodológico imprescindível à tal tarefa. Dessa forma, é esse fazer investigativo que também me é particular, pois que o tomo a partir de experiências únicas de sujeitos num espaço-tempo determinado, que apresento em suas categorias teóricas e procedimentos metodológicos.

2.3 DA PESQUISA: APORTE TEÓRICO, FONTES DOCUMENTAIS E TRATAMENTO METODOLÓGICO.

O ensino de História desenvolvido no Instituto de Educação Gastão Guimarães no contexto da Ditadura Militar brasileira (1968-1978) foi investigado por meio das proposições ensejadas pela categoria analítica “Cultura Escolar” como a desenvolveu dois de seus principais teóricos, Julia (2001) e Frago (2007).

A virada de interesse dos pesquisadores em relação às problemáticas concernentes a escola data da década de 1970, quando alguns destes agrupados no movimento que ficou conhecido como Nova Sociologia da Educação²² passaram a focar em suas investigações os elementos constitutivos do dia a dia escolar. A partir desse contexto e movimento gerações de novos pesquisadores, entre eles, de historiadores, reconheceram mais enfaticamente que a instituição escolar possuía e possui uma prática social específica, uma carga de sentido a ser transmitida que lhe era peculiar, enfim, uma cultura própria que a diferenciava de outras instituições e práticas sociais, o que estimulou o desenvolvimento de novas pesquisas, temáticas e conceitos visando um melhor entendimento da realidade interna na qual se constituía a escola (KNOBLAUCH; RATTO; OLIVEIRA; FERREIRA, 2012).

Com referência a esse mesmo contexto de virada dos estudos sobre a escola, Faria Filho et al (2004) salientaram a importância das discussões em torno da crise dos sistemas educacionais impulsionadas pelo livro de Bourdieu e Passeron, *A reprodução: elementos para*

números, coisas, seres inanimados ou a flora e a fauna. MINAYO, M^a. Cecília. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

²¹ Essa operação, de acordo com o teórico Michel de Certeau, combina um *lugar* social, *práticas* “científicas” e uma *escrita*. É desse lugar social (multirreferencial e circunscrito a determinações próprias, como uma profissão liberal, um posto de ensino, etc.) que “se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p.47.

²² Esse movimento teve origem na Inglaterra e seu marco inaugural se deu com a publicação *Knowledge and control: new directions for the sociology of education*, organizada pelo sociólogo Michel Young, em 1971.

uma teoria do sistema de ensino, publicado no Brasil em 1975, as quais atuaram em solo mundial e, também brasileiro, influenciando a busca de novos referenciais teóricos e metodológicos para se interpretar o universo da escola, de seus saberes e fazeres ordinários. Eles apontaram, ainda, a década de 1990 como um outro marco importante, agora, da reflexão e produção historiográfica referente à categoria Cultura Escolar.

Precisando a introdução da expressão Cultura Escolar no âmbito histórico-educativo, Frago (2007) aponta os estudos de Dominique Julia divulgados em forma de conferências e artigos ao longo da segunda metade da década de 1990 como sendo um dos primeiros a fazer uso de tal expressão. No Brasil, as conclusões de Julia foram publicadas no ano de 2001, na primeira edição da Revista Brasileira de História da Educação, com o título *A cultura escolar como objeto histórico*. Antes, no entanto, circularam por aqui outros artigos fazendo referência à mesma categoria, a exemplo de *Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisa*, de José Mário Pires Azanha, *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa* e o de Jean Claude Forquin, *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicos sociais*. Foi a partir da introdução desse conjunto de publicações no Brasil que se desenvolveram as primeiras pesquisas histórico-educacionais sobre aspectos relacionados às culturas escolares.

Na descrição do que seja a cultura escolar, Julia (2001, p.10) afirma ser ela:

[...] o conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Frago (2007), por seu turno, numa tentativa de sintetizar em uma única definição algumas das principais vertentes interpretativas dessa categoria, termo que prefere usar pluralizado, culturas escolares, as definiu como sendo:

[...] um conjunto de teorias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de pensar e fazer, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não interdidas e repartidas pelos seus actores, no seio das instituições educativas (FRAGO, 2007, p. 87).

Essas definições convergem para a busca de entendimento da escola e de seus elementos constitutivos, como as disciplinas escolares e, em particular, a disciplina escolar História, a partir do seu *modus operandi*, da sua dinâmica interior e cotidiana.

Para ambos os teóricos, essa dinâmica interior das instituições escolares promove regularidades, produz uma tradição que é socializada e absorvida por seus membros em meio aos fazeres cotidianos da escola, ultrapassando, assim, gerações de seus sujeitos. Mas, em contrapartida, também deixam claro que essa dinâmica própria das instituições escolares não a torna uma cultura estática e fechada em si mesma, uma cultura que não dialoga com as demandas e mudanças do meio sócio-político, econômico e cultural no qual estiveram ou estão inseridos seus sujeitos, àqueles que põem em prática e circulação as teorias, princípios, normas, modelos, rotinas, saberes, enfim, a própria cultura escolar.

É nessa direção que Julia argumenta que as normas e práticas que fundamentam e regem a cultura escolar, entre as quais entendo estar inseridas as normas e práticas que regem o ensino de História, estão articuladas a finalidades variáveis no tempo, podendo ser de cunho religioso, cultural, sócio-político ou de outro tipo assentado nas circunstâncias históricas vividas pelos homens em sociedade, desmistificando, assim, a ideia da escola como uma instância à parte do mundo exterior, sem com isso deixar de reconhecer uma certa autonomia inerente a esses espaços educativos. No estudo do funcionamento interno da escola, Julia sugere que o olhar dos investigadores deva desviar-se do peso efetivamente dado às normas, em favor das práticas escolares. Dos elementos externos à sua cultura interna, daquilo que foi prescrito por órgãos reguladores da educação para a observância das “tensões, resistências e os apoios que os projetos têm encontrado no curso de sua execução.” (JULIA, 2001, p. 12).

Frago (2007) também defende um olhar etnográfico sobre a escola, numa tentativa de observação do seu dia a dia, do seu ritual e dos elementos ambientais que a atravessam: o quadro horário, a distribuição e os usos dos espaços, seus objetos e mobiliário, as hierarquias internas estabelecidas, o sistema de sanções, estímulos e recompensas, as formas de avaliação, elementos que incidem ou, no mínimo, dialogam com o ensino de História desenvolvido nessas instituições escolares, quando este faz uso de sua cultura material ou é permeado por recortes de tempo do seu quadro horário e espaço físico, ou ainda, quando participa de seu sistema normativo e desenvolve determinadas formas de avaliação de seus sujeitos.

Para Julia, esse olhar diferenciado voltado para as práticas contínuas desenvolvidas nos espaços escolares só se torna possível através do procedimento de “recontextualização” das fontes. Esse procedimento embora não desmereça o valor dos documentos de caráter normativo, busca apoiar-se, preferencialmente, numa nova vertente da historiografia da educação, a história das disciplinas escolares, a qual, para ele, “abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a *caixa preta* da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.” (JULIA, 2001, p.13).

Como campo de investigação dos conteúdos de ensino e de suas finalidades, a história das disciplinas escolares também se desenvolveu a partir da década de 1970, em meio aos esforços dos demais pesquisadores em pensar, nos estudos da escola, os seus aspectos internos. Um de seus principais promotores, o historiador francês Chervel (1990), concebe as disciplinas escolares como entidades específicas, nesse sentido, não subalternas ao saber acadêmico ou às “ciências de referência”. As disciplinas escolares são, de acordo com ele, construções históricas das culturas escolares, e, como tal, devem ser estudadas sem delas deslocar-se e em consonância com as finalidades temporalmente estabelecidas pela sociedade e àquela (s) assumida (s) pela escola em cada momento histórico.

Associada a mudança de atitude frente às fontes das quais podemos dispor para a análise da cultura escolar como objeto histórico Julia sugere três vias de investigação:

[...] a primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares (JULIA, 2001, p. 19).

E segue, afirmando, que mesmo que o pesquisador faça uso de textos normativos na investigação de qualquer dessas vias, estes devem sempre os reenviar às práticas. Assim, vê como imprescindível considerar nas investigações de práticas escolares e de outros elementos da cultura escolar, o corpo profissional dos agentes que utilizam os dispositivos pedagógicos e os põem em circulação no espaço escolar.

Frago (2007) também chama a atenção para a investigação dos *actores* que assumem o papel mais relevante na conformação da cultura escolar, os professores. Destes, assinala, a necessidade de se conhecer a sua formação, os modos de seleção, carreira acadêmica, o grau de profissionalização em relação a disciplina dada e sua composição social, por idades ou sexos. Além desses *actores*, ele aponta para a necessidade de se conhecer os modos de comunicação utilizados no mundo escolar, como os jargões e o peso respectivo do oral, do escrito, do gestual e do icônico na aula, a cultura material da escola, seus espaços edificadas e não edificadas, o mobiliário e o material didático-escolar, além das disciplinas escolares²³.

²³ De acordo com Circe Bittencourt há polêmicas em torno desse conceito, que refletem concepções diferenciadas de escola, do saber escolar, se produzido ou transmitido, do papel e poder dos professores e de sujeitos externos à escola. Em breves linhas, segundo ela, há, de um lado, os defensores da ideia de disciplina como “transposição didática” e, de outro, os que concebem as disciplinas como um campo de conhecimento autônomo. Entre os primeiros, destaque para o pesquisador Yves Chevallard, que defende que as disciplinas escolares decorrem das “ciências de referência”, são dependentes da produção das universidades, sofrendo “adaptações”, “vulgarizações” na escola, configurando-se, portanto, hierarquicamente inferior às ciências de referência. Entre os que concebem as disciplinas escolares como um campo de conhecimento autônomo, destaque para os pesquisadores Ivor Goodson e André Chervel, contrários à ideia de constituição dos saberes a partir da hierarquização entre eles. Estes

Como produtos genuínos da cultura escolar essas disciplinas são equiparadas a organismos vivos. Vistas como possuidoras de sua própria história, pois, “Nascem e evoluem. Transformam-se e desaparecem, afastam-se e unem-se, repelem-se e absorvem-se. Mudam as suas denominações, modificam os seus conteúdos.” (FRAGO, 2007, p. 89).

Desse movimento, emerge um núcleo fechado e exclusivo, demarcado por um campo acadêmico e profissional, um tipo de formação, titulação e formas específicas de seleção, que as tornam espaços de disputa, interesses, ações e estratégias. Por essas demarcações, assinala que a história de uma disciplina escolar “não pode fazer-se sem analisar a formação, as credenciais e o modo de seleção daqueles que a ela se dedicam ou pretendem fazê-lo.” (FRAGO, 2007, p. 90).

Esse olhar direcionado para quem ensinou, o que se ensinou e como se ensinou no interior das instituições escolares sugeridos tanto por Julia quanto por Frago se tentou incorporar já na fase de planejamento da pesquisa visando uma maior percepção dos elementos que se pretendia privilegiar no estudo: o ensino de História, seus sujeitos, saberes e as práticas em meio à cultura escolar do Instituto de Educação Gastão Guimaraes no contexto da Ditadura Militar brasileira (1968-1978).

Quanto aos professores, elementos importantes na composição das culturas escolares e do próprio ensino de História, procurei investigar suas identidades, suas trajetórias de formação docente e de atuação profissional, os modos de ingresso e ascensão na carreira docente e no IEGG, em suma, seus graus de profissionalização em relação a disciplina lecionada, como sugere o mesmo autor. Dos alunos busquei, igualmente, investigar os seus percursos estudantis, privilegiando o período de formação para o exercício profissional docente no IEGG.

No que tange aos saberes e conteúdos do ensino de História, considere em sua investigação a possibilidade dos mesmos terem sido produzidos na própria prática docente, em meio a regularidades e uma possível tradição forjada pela cultura escolar, mas, também, do contato desses professores com os documentos legais em vigor no período investigado (a LDB de nº 4.024/61²⁴ e a de nº 5.692/71²⁵; o Decreto-Lei nº 869/69²⁶; os Pareceres de nº 94/71²⁷ e

defendem que as disciplinas escolares se constituem de um conjunto mais complexo de conhecimentos, que vão além das “ciências de referência”. BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011. p.35-40.

²⁴ Fixou as diretrizes e bases da educação nacional entre 1961 a 1971;

²⁵ Substituiu a LDB anterior. Fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

²⁶ Dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. Foi substituído pelo Decreto de nº 68.065/1971 que dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país, e dá outras providências;

²⁷ Fixou os Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica em todos os níveis de ensino do País.

o de n.º 853/71²⁸ do Conselho Federal de Educação-CFE), com a produção historiográfica veiculada nos espaços de formação (o próprio IEGG, escola em que alguns dos então professores haviam obtido o primeiro diploma de magistério, no curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais da Fundação Universidade de Feira de Santana - FUFSS²⁹, que desde a sua primeira turma, possuía entre seus alunos alguns professores do IEGG, ou em outras instâncias de formação, como nos “treinamentos” de formação continuada mediados por órgãos da educação pública daquele contexto), com os materiais didáticos em circulação no espaço escolar (como os livros e materiais didáticos utilizados por professores e alunos, especialmente, os disponibilizados na biblioteca escolar).

Ao considerar todas essas possibilidades de constituição do saber escolar em História no IEGG evitou-se a concepção que se sustenta no “paradigma da racionalidade técnica”, que entende o professor como o reproduzidor de um saber construído fora da cultura escolar, concepção esta que, conforme destacou Ana Maria Monteiro nega a subjetividade do professor como agente do processo educativo, como se o mesmo não fosse capaz de refletir sobre a sua prática, “de dominar e produzir saberes e aproveitar das oportunidades garantidas em razão de ser integrante de uma cultura escolar.” (MONTEIRO, 2007, p. 13).

Assim posto, o procedimento de (re) contextualização das fontes se fez imprescindível ao estudo e compreensão dos sujeitos, saberes e práticas do ensino de História na cultura escolar e espaço-tempo privilegiado na pesquisa. Esse procedimento se encontra em sinergia com os avanços contemporâneos na investigação histórica, prevendo no quesito crítica documental, tanto a releitura dos documentos oficiais, legislativos e administrativos, quanto a utilização do que foi produzido pelos próprios sujeitos das/nas e sobre as culturas escolares.

Argumentando sobre as possibilidades oferecidas pelos arquivos de instituições escolares para a constituição de uma memória da educação baiana, Nunes *et al* (2012, p.57) afirma ser possível neles encontrar:

²⁸ Fixou o núcleo comum para os currículos do 1º e 2º graus.

²⁹ A FUFSS foi criada em 24 de janeiro de 1970 pela Lei Estadual nº 2.784, em resposta a uma política do governo baiano que buscava interiorizar o ensino superior no estado. No mesmo ano foi feito o anúncio dos nomes dos alunos que formariam a sua primeira turma do curso de Licenciatura em Estudos Sociais, da qual fez parte alguns daqueles que já atuavam como professores no IEGG, a exemplo de José Francisco do Amaral, Edvaldo do Amaral e Erotides do Amaral. A instituição funcionou até 1973 no mesmo prédio que anos atrás havia sediado a Escola Normal de Feira de Santana (1927 e 1956) e, também, a Faculdade de Educação de Feira de Santana (1968-1970). Em 1976 é extinta como fundação, cedendo lugar à Universidade Estadual de Feira de Santana. Ver FONTES, Ana Maria dos S. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano:** da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. 2011. 347 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

[...] sua ata de instalação, primeiros estatutos e regimento interno, autorizações legais necessárias para o devido funcionamento, cadernetas escolares de professores, registros de eventos (exposições, seminários, palestras), fotografias várias, inclusive de formatura, alunos em sala de aula etc. E ainda o material de secretaria como a matrícula de alunos, notas, os históricos escolares dos alunos, registro dos professores que deram aulas no estabelecimento, disciplinas que lecionaram programas de cursos, entre outros.

Disso se pode inferir que o arquivo escolar seja, em tese, o guardião das memórias de atividades administrativas e pedagógicas das instituições escolares. Contudo, é preciso salientar que essa visão um tanto idílica da guarda e conservação desse conjunto documental em nossas instituições escolares quase sempre não se confirme. Quando se trata de documentos que abordam ou referenciam os aspectos pedagógicos do fazer escolar, a exemplo de planos de aula, exercícios e avaliações de alunos, relatórios de estágio, enfim, produções diversas de professores e alunos, esse quadro tende a se agravar, pois, a política de guarda de documentos dessa natureza associada à inexistência de espaços apropriados para esse fim na maioria dos estabelecimentos escolares acaba por produzir em curto espaço temporal o seu descarte, o que, certamente, impõe perdas documentais muitas vezes irreparáveis para a compreensão da internalidade e cotidianidade dos processos educativos nelas desenvolvidos, inclusive, os em História.

No processo de diagnóstico de possíveis fontes documentais junto ao arquivo do IEGG me deparei com um lugar povoado de memória, mas, também, de esquecimento. De um lado podia-se ver empilhadas uma quantidade “incontável” de pastas individuais de alunos e diários de classe de professores, além de algumas outras pastas que se diferenciavam das demais pela cor ou formato e, após uma análise mais detalhada, também pelo conteúdo. Por outro lado, esse que era, muito provavelmente, um recorte seletivo da memória da instituição e de seus processos educativos, padecia, também, de um processo institucionalizado de esquecimento, dado o cenário de abandono visualizado no local.

Dessa documentação preservada ao longo das oito décadas de existência da instituição escolar, pude constatar tanto a ausência de determinados documentos de cunho pedagógico quanto de uma série mais longa de documentos administrativos, como as comunicações emitidas e recebidas pela instituição escolar, responsáveis por trazer à tona dados seguramente importantes para o entendimento das relações estabelecidas interna e externamente pela mesma. De todo modo, da documentação localizada no Arquivo escolar³⁰ advieram algumas outras, principalmente, depois de contatos estabelecidos com ex-professores e ex-alunos, que além de

³⁰ Ver no Anexo 1 lista dos documentos localizados no arquivo do IEGG durante o processo de pesquisa.

possuírem documentos que se mostraram relevantes na compreensão do meu objeto, eles próprios apareciam como “memórias vivas” da instituição, cultura e dos processos de ensino-aprendizagem ali vividos.

Se levar em consideração o fato de que “o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado” (LE GOFF, 1996, p. 535), todo acervo documental se apresentará lacunar, cabendo ao historiador não se intimidar diante desses silêncios colocados pelos arquivos escolares, transformando gravetos em flechas ou “flechas com qualquer madeira” Julia (2001, p. 17) para a consecução de seu estudo, daí que as lacunas identificadas na documentação administrativa, pedagógica e àquela relacionada aos processos de ensinar-aprender História no IEGG tornaram imperativo o uso de um corpus documental diversificado. Seu conjunto abrigou fontes impressas, manuscrita, periódica, oral e iconográfica. Foram elas:

- **Fontes Impressas:**

A) Correspondência Administrativa do IEGG: “Ofícios recebidos” e “Ofícios expedidos” pela instituição escolar – essa documentação permitiu mapear algumas das relações estabelecidas entre a instituição escolar e o meio externo, entre os quais, órgãos da educação (Secretaria de Educação do estado da Bahia, Delegacia Escolar, Inspeção de ensino) e outros, como os que naquele contexto atuavam como representantes diretos do regime militar na cidade, a exemplo dos militares do 35º Batalhão de Infantaria do Exército (35 BI), instalado em Feira de Santana no ano de 1968.

B) Materiais didáticos disponibilizados pela Biblioteca Escolar e utilizados por professores e alunos, como o livro “Brasil: 150 anos de Independência”, organizado por Agenor Bandeira de Mello e publicado em 1972 pela editora Divulbrás, cuja análise permitiu conhecer alguns dos conteúdos do ensino de História mobilizados, seus sistemas de valores, ao mesmo tempo, alguns de seus usos, leituras e apropriações por professores e alunos no IEGG;

C) Legislação Educacional: Decreto-Lei n.º 869/69; Lei n.º 5692/71; Decreto n.º 68.065/71; Parecer do CFE n.º 94/71; Parecer CFE n.º 853/71 – Grupo documental de caráter oficial interpretado como normas externas à instituição escolar. Sua leitura em confrontação com a documentação pedagógica escolar permitiu conhecer se tais normas foram incorporadas à cultura escolar do IEGG e pelo ensino de História desenvolvido;

D) periódicos: jornais Folha do Norte (1968-1978) e Feira Hoje (1970-1978) e recortes de jornais oriundos da capital do estado extraídos do “Livro de Expediente Colado do IEGG”³¹.

³¹ Este é um livro que constam recortes extraídos dos jornais “Estado da Bahia”, “Diário Oficial”, “Jornal da Bahia”, “A Tarde”, “Diário de Notícias”, estes com sede em Salvador, além do “Folha do Norte” e “Feira Hoje”,

Através do que era noticiado nesses veículos de comunicação foi possível identificar a participação e importância do IEGG na dinâmica sociopolítica instituída no País e não menos em Feira de Santana.

- **Fontes Manuscritas:**

A) Registros administrativos ou pedagógicos da escola: Pastas Individuais de alunos; grades curriculares; diários de classe; livro de “Expediente Colado”; atas de resultados finais; Planos de curso de disciplinas do Departamento de Estudos Sociais; apostilas constando conteúdos de ensino elaboradas por professores; atividade avaliativa aplicada com alunos; Atas de Reuniões Pedagógicas do Departamento de Estudos Sociais. Esse conjunto de fontes permitiu identificar alguns de seus ex-professores e ex-alunos e, ainda, informações sobre naturalidade, sexo, endereço de moradia à época, entre outros. Pôde-se observar também algumas das mudanças curriculares na formação oferecida pelo IEGG, em consequência, mudanças de enfoque na disciplina História, em seu programa de ensino, conteúdos e formas de avaliação da aprendizagem;

- **Fontes Iconográficas:** fotografias oriundas, principalmente, de álbuns de estágio e formatura de ex-alunos ou pertencentes a ex-professores entrevistados. Não seria pertinente aos objetivos deste trabalho explorar a totalidade das fotografias que me foram apresentadas, cerca de 40 exemplares, razão para a seleção de algumas daquelas capazes de evidenciar processos internos vividos no IEGG, as sociabilidades entre os alunos e destes com professores e a direção escolar, atividades de ensino desenvolvidas no espaço escolar e fora deste, como em momentos de solenidades e festividades cívicas, de estágio docente e o de conclusão de curso dos alunos, enfim, fotografias que evidenciaram aspectos diversos de sua cultura escolar. Por fazerem parte de álbuns pessoais de professores e alunos a identificação das datas e principais figurantes das fotografias quase sempre ocorreu de forma facilitada, contribuindo para a decifração de suas informações a partir da sua finalidade e contexto espaço/temporal do registro. Entendida como mais um documento/representação, capaz de produzir realidades e ficções, a análise dessas fotografias requereu também a adoção de critérios específicos como os apontados por Kossoy (2001; 2002) que aponta a necessidade de se analisar a fotografia a partir do contexto sociocultural de sua criação.

- **Fontes Oraís:** depoimentos de memória produzidos a partir de entrevistas temáticas realizadas com ex-professores de História, coordenador pedagógico geral, coordenadores do

de Feira de Santana, das décadas de 1950 a 1980. Esses recortes trazem informações relacionadas à legislação educacional, ao IEGG, como também, da vida funcional de professores e funcionários.

Departamento de Estudos Sociais e ex-alunos do IEGG, que permitiram construir evidências, estabelecer correlações e análises do que fora vivido no IEGG, mas, também, e, como colocado por Lucília Delgado sua apropriação por meio da metodologia da história oral contribui para que as lembranças desses sujeitos continuem vivas e atualizadas, transformando-se “em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado.” (DELGADO, 2010, p. 31).

Em detalhes, esse processo de reconstituição de testemunhos e memórias de ex-professores, coordenadores e ex-alunos do IEGG se apresentou permeado por algumas dificuldades.

A primeira delas se relacionou a localização dos professores que haviam ensinado a disciplina História no curso colegial normal do IEGG durante o período da Ditadura Militar. O livro de Posse de Professores definia a assunção da maioria deles com a denominação “Professor do Ensino Médio”, logo, não especificava a disciplina para a qual o professor tinha tomado posse. Além disso, esses termos de posse não registravam nomes de professores com passagem temporária pela escola, sendo alguns identificados pelos Diários de Classe. Ao mesmo tempo, professores empossados para a disciplina História, em alguns Diários de Classe apareciam assinando aulas de outras disciplinas do Departamento de Estudos Sociais, como Filosofia, Sociologia, Geografia, OSPB ou EMC.

Esse mosaico de informações desencontradas protelou o início dos contatos com os ex-professores de História do curso de formação de professor do IEGG, o que necessitou o confronto e checagem contínua com outros documentos (planos de curso, diários de classe e depoimentos de ex-coordenadores pedagógicos, funcionários administrativos e professores de outras disciplinas escolares). Apesar dos problemas detectados, foi elaborada uma primeira lista com 13 nomes de ex-professores do Departamento de Estudos Sociais, depoentes em potencial.

A existência de um grupo de professoras aposentadas do IEGG que mantinha reuniões mensais visando entre outros objetivos manter vivos seus laços de amizade e suas memórias docentes ajudaram na compreensão da teia de informações que havia se criado em torno dos supostos professores de História da escola. Através de uma participante do grupo de aposentadas tive acesso a uma dessas reuniões, oportunidade em que, sob olhares desconfiados das professoras, me apresentei e expus as motivações da minha presença entre elas. Era quase um pedido para continuar frequentando o grupo e o universo de lembranças dessas mestras. Assim aconteceu.

Particpei durante o ano de 2013 desses encontros bimestrais, quando tive a oportunidade de conhecer algumas das ex-professoras de História daquela casa, obter

impressões de suas trajetórias docentes, dos processos de ingresso e sociabilidade na escola, sobre o ensino de História ministrado. Nessas oportunidades, ainda, pude estabelecer as primeiras conversas buscando obter delas o aval em participar da pesquisa, ao tempo, em que forjava possíveis perguntas para o roteiro de entrevista. Também nessas reuniões tive, em definitivo, a confirmação de que o número de professores de História, anteriormente listado, era bem menor, em razão do falecimento de 3 deles (os professores Fernando Pinto de Queiróz, Marília Queiróz e Dival da Silva Pitombo), da negativa de 2 em conceder qualquer tipo de depoimento e, também, em razão de alguns dos listados não terem trabalhado diretamente com a disciplina História ou com o curso de formação de professores do IEGG, demarcações de interesse na pesquisa.

Dessa maneira, o conjunto de depoentes do quadro docente compreendeu o número de 3 ex-professores de História, Clara, Consuelo, Marinélia³², que em alguns anos também lecionaram outras disciplinas do Departamento de Estudos Sociais, como EMC, ou assumiram a Coordenação do Departamento de Estudos Sociais; 3 de Didática/Metodologia dos Estudos Sociais (Aparecida, Leda, Perpétua) e 1 Coordenador Pedagógico Geral (Dóris).

Essa amostragem se apresentou pertinente por tratar-se de sujeitos com participação ativa no processo histórico escolar investigado, tendo eles permanecido por vários anos na instituição escolar, e, apesar de exerceram funções diversificadas (professor, coordenador do Departamento de Estudos Sociais e Coordenador Pedagógico Geral, Assistente de Diretor), estas, possuíam relação dialógica com o ensino de História ministrado no IEGG.

Quanto aos depoentes do quadro discente, dos 16 ex-alunos localizados, 7 foram selecionados por terem tido passagem pela escola entre os anos de 1968 a 1978 (Fátima, Flora, Kátia, Maria da Conceição, Patrícia, Tânia, Valmir). Destes, 6 tornaram-se professores do IEGG, 2 logo após a conclusão do curso colegial normal e através de contratos temporários de trabalho e 4 a partir da década de 1980, mas, através de concurso público, período em que a outra ex-aluna também ingressou como professora na rede estadual de ensino em uma outra escola da cidade. Atualmente, todos esses ex-alunos do IEGG são também professores aposentados.

Como procedimento metodológico de coleta e tratamento dos depoimentos e memórias desses sujeitos utilizei-me da história oral, método que busca, pela construção de fontes e documentos “registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e

³² Os depoentes da pesquisa (ex-professores, ex-alunos, ex-coordenador do IEGG), nesta dissertação, receberam nomes fictícios, justificativa apresentada no corpo do texto.

interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.” (DELGADO, 2010, p. 15).

Como um documento histórico que também possui especificidades, como a carga emotiva dos sujeitos que recordam, o depoimento oral necessita de uma interpretação que leve em consideração os desejos de rememoração, o transito presente-passado operado pelo sujeito que lembra, bem como, os esforços de esquecimento e silenciamento que esses sujeitos acabam criando no presente numa tentativa de “blindar-se”, inconsciente ou conscientemente, das emoções, traumas e dores que marcaram a sua trajetória de vida.

Por se alicerçar no transito do presente com o passado esse exercício do lembrar e sua narrativa acaba trazendo à lume a dinâmica da vida pessoal de quem lembra em relação com os processos mais amplos vividos em coletividade. Assim, nas narrativas de memória construídas na interação com meus depoentes pude observar que suas experiências individuais e em coletividade foram postas em evidência sob a intersecção de múltiplos tempos:

[...] o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado e o tempo presente que orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador que prepara o roteiro do depoimento como as respostas a essas indagações (DELGADO, 2010, p. 16).

Nesse processo de construção documental também se evidenciaram outras variáveis circunstanciando o ato de recordar. Como teorizou Halbwachs (1990), além da interveniência de múltiplos tempos no ato de recordar dos sujeitos, as variáveis espacial e coletiva também imprimem suas marcas nas memórias dos sujeitos, de forma que, aquilo que foi vivido se transforma em memória a partir do momento em que aquele que lembra recorre afetivamente ao grupo do qual pertence.

Trata-se de uma memória que se constrói mediada pelo outro, pelo grupo do qual se pertenceu e pertence, aspecto que fica explícito na fala de uma das ex-professoras do IEGG proferida na reunião realizada em 05 de dezembro de 2013: “[...] se este grupo se reúne é porque vivemos muitas coisas juntas! ”, frase que foi seguida de sinais faciais de emoção e palmas unânimes entre os presentes.

A assertiva da professora e os gestos de aprovação da maioria dos presentes permitiu compreender esses momentos de reuniões como um lugar de proteção e também de (re) criação de suas memórias, soando como um daqueles lugares de memória de que fala Pierre Nora, para quem a memória “é a vida, sempre carregada por grupos vivos [...] emerge de um grupo que ela une.” (NORA, 1993, p. 9).

Estabelecendo-se um paralelo com as teorizações sobre memória coletiva de Halbwachs fica patente a necessidade de se fazer parte do grupo onde a memória é conservada para se manter acesa a lembrança dos lugares, das pessoas, dos processos vividos e compartilhados em comum. Dessa maneira, já que a memória individual não basta a si mesma, esses ex-professores do IEGG parecem querer apoiar-se uns nos outros e estes no grupo e em outros grupos para manterem acesas suas lembranças de docentes, uma vez que as mesmas não existem apartadas da sociedade (HALBWACHS, 1990).

Durante a coleta de seus depoimentos fiz uso de questionário com perguntas abertas³³, por acreditar que possibilitaria ao depoente maior liberdade para revelar suas memórias, ao tempo em que me permitiria, como entrevistadora, ouvir o que se propunham a dizer, extraindo das falas, quando se mostrava oportuno, novas perguntas e encaminhamentos para o entendimento do meu objeto de estudo. Nesses momentos, procurou-se respeitar os limites impostos pelo tempo decorrido dos acontecimentos e àqueles provenientes da idade e saúde física de alguns dos depoentes, aspectos que associado ao receio manifesto em falar dos processos vividos ou testemunhados na instituição escolar e, principalmente, de suas próprias práticas docentes no contexto da Ditadura Militar, concorreram para as dificuldades de extrair deles suas memórias.

Por isso, procurei lançar mão nesses momentos de entrevistas do conhecimento que possuía acerca de documentos escolares, apresentando cópias de manchetes de jornal, fotos de sujeitos escolares e plantas-baixa da escola como forma de estimular os processos de reminiscência³⁴ desses sujeitos na busca por esclarecer questões específicas acerca dos saberes e práticas do ensino de História pesquisado. Ter estado com esta documentação durante as entrevistas foi importante porque demonstrou que enquanto pesquisadora possuía documentado aspectos diversos da instituição, cultura escolar, da vida funcional e escolar deles e, inclusive, sobre o ensino de História ministrado, o que atuou favorecendo uma maior abertura de suas memórias e, em alguns casos, de seus arquivos pessoais contendo álbuns de fotografias e documentos pedagógicos escolares sob posse dos mesmos.

No decorrer deste trabalho, junto a cada depoimento exposto, os nomes reais dos depoentes foram preservados, sendo substituídos por nomes fictícios, considerando, assim,

³³ Ver nos Apêndices B e C, respectivamente, modelo de “Questionário aberto para entrevista de Ex-Professor” e modelo de “Questionário aberto para entrevista de ex-Aluno” utilizados no processo de coleta de depoimentos e memórias dos ex-professores e ex-alunos do IEGG.

³⁴ De acordo com Paolo Rossi, tanto na tradição filosófica quanto no modo de pensar comum, a reminiscência (ou anamnese ou reevocação) remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido. ROSSI, Paolo. **Lembrar e esquecer**. In: O passado, a memória o esquecimento: seis ensaios de história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.15.

pedidos individuais daqueles que alegaram ainda se tratar de um contexto muito em voga na história brasileira, enfatizado pela passagem do cinquentenário do golpe militar de 1964 ocorrida em 2014, pela realização das audiências das Comissões da Verdade nacional/local e, principalmente, pela presença no convívio social deles de muitos opositores e outros tantos defensores daquela Ditadura, o que pode justificar o temor e recusa de alguns em ser entrevistados, a insegurança aparente de outros em momentos de fala demonstradas em hesitações do tipo: “isto está sendo gravado?”, os pedidos de cortes na gravação de suas falas ou, ainda, nos tantos silêncios traduzidos num breve “não me lembro!”, “não sei!”.

Como colocado anteriormente, durante os momentos de entrevistas, além da coleta de depoimentos orais, outros documentos emergiram via acervo pessoal de professores e alunos, os quais passaram por análise confrontada com os demais documentos existentes, preenchendo algumas lacunas e ajudando na compreensão do objeto específico de estudo. Foram documentos manuscritos de natureza pedagógica e, principalmente, fotografias.

As fotografias pertencentes aos ex-professores encontravam-se guardadas em envelopes ou caixas de papel, possuíam tamanhos diferenciados e foram feitas por eles ou por outros sujeitos da escola. Já as oriundas do acervo de ex-alunos estavam plastificadas em álbuns genericamente chamados de “álbuns de formatura”, possuíam tamanhos semelhantes e foram produzidos por fotógrafos particulares através de encomendas, especialmente, de alunas, que queriam (e podiam) pagar para terem registrados os momentos finais de sua vida estudantil e de formação docente na escola.

Pude observar que nem todos os ex-professores e ex-alunos entrevistados possuíam esses registros iconográficos ou, se os tinham, preferiram não apresentar. No caso de ex-alunos, alguns alegaram não ter feito um álbum de formatura devido ao alto custo com a contratação desses serviços à época, um indício da composição econômica e social diversificada dos alunos do IEGG na transição da década de 1960/70. Esses serviços fotográficos eram autorizados pela Direção Escolar ao fotógrafo “Margarido”, com raras exceções atribuída a outro profissional, como Antônio de Magalhães, no caso do álbum da ex-aluna “Flora”.

O quase “monopólio” desses serviços a um único fotógrafo explica uma certa padronização entre as fotografias, pois, nestas, foram privilegiadas determinadas poses das alunas-futuras professoras, delas em espaços da escola (como jardins, escadas e biblioteca) e em momentos específicos como o do estágio docente (com cenas destas em sala de aula ou em atividades escolares) e o da solenidade e festividade de formatura. A propósito da padronização constante em fotografias escolares, Souza (2001, p. 79) afirma:

A homogeneidade e a uniformização são características dos retratos escolares, cujo enquadramento, disposição formal, ângulos, focalização e planos, são semelhantes em diferentes épocas e em diferentes instituições educativas. Há, portanto, uma certa identidade e representação padronizada dessas imagens.

Ainda que inscritas na ordem afetiva dos significados, pois, são partes constituintes da memória pessoal e da família desses alunos, essas fotografias mantêm vínculos com a memória institucional. Dessa forma, como um instrumento de recordação e memória pessoal, da família e, não menos, da instituição, elas permitem interpretações do modo de ser e representar a arquitetura da escola, seus sujeitos, os processos de sociabilidades e usos do espaço escolar, e, em casos localizados, dos processos formativos em História.

Ao serem trazidos à tona nos momentos de coleta de depoimentos, esses registros iconográficos funcionaram como um pretexto para a evocação de um passado constituído de afetividades e imagens que misturavam suas trajetórias individuais com memórias de uma cultura escolar antes compartilhada e, no presente, lembrada pela convivência com seus pares, pela postura e disciplina exigida do professor-formador e do aluno- futuro professor primário/ 1º grau-, pelas primeiras experiências docentes através do estágio curricular, por alguns conteúdos e práticas de ensinamentos ministrados e internalizados, enfim, por um padrão identitário do IEGG como uma instituição educativa ímpar em Feira de Santana.

A diversificação de fontes na consecução desta pesquisa se fez necessária por querer entender o ensino de História numa instituição e cultura escolar específica, mas, este, em estreita relação com a realidade social, política e econômica que o cercou, tentando assim não perder de vista que os saberes ensinados e as práticas desenvolvidas pelos sujeitos do ensino de História no IEGG no contexto da Ditadura além de responderem a demandas internas do grupo, estas nem sempre homogêneas, também estiveram susceptíveis às necessidades da sociedade que as abrigava, num diálogo constante com as finalidades temporais estabelecidas por esta, conforme explicitou Chervel (1990) e, baseado neste, Dominique Julia.

Essas fontes documentais quando interrogadas e interpretadas em correlação umas com as outras formaram o construto que subsidiou o desenvolvimento deste trabalho. Elas atuaram como “uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação” (RAGAZZINI, 2001, p. 14) dos processos de ensino-aprendizagem em História empreendidos por sujeitos do/no IEGG, ajudando-me a delinear uma compreensão dentre outras tantas possíveis do ensino de História num passado recente, esta, certamente, em estado pretérito incompleto, pois, à espera de novas incursões investigativas e interpretativas de historiadores e demais pesquisadores que queiram se debruçar sobre o mesmo objeto.

3. CAPÍTULO 2: O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES

Foste em tua longa trajetória templo, lar e escola, que ajudando a construir os fundamentos culturais da nossa comunidade, deste uma imensa parcela de colaboração à pátria. Na consciência cívica de teus mestres. Na sabedoria de tuas lições. Na eloquência do teu exemplo. Na beleza do teu futuro. Na sede das gerações que ainda virão beber no teu seio o dourado vinho da verdade e justiça. (PITOMBO, 1977, p.3).

Sanfelice (2006, p. 22) num artigo sobre História e Instituições Escolares levanta o seguinte questionamento: “Por que fazer a História das Instituições Escolares, ou mais precisamente: por que fazer a História de uma Instituição Escolar? ”.

A resposta não lhe parece simples, para a qual levanta várias considerações que conduzem o leitor ao entendimento de que cada instituição escolar ao ocupar um espaço geográfico específico passa a ter uma identidade que a torna singular e, portanto, merecedora de uma construção narrativa própria.

A singularidade que recobre cada instituição escolar, de acordo com ele, deve ser buscada entre outros, em suas origens e desenvolvimento no tempo, nas alterações arquitetônicas pelas quais passou, na identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que a habitaram, nas práticas pedagógicas que ali se realizaram ou no mobiliário escolar que se transformou. Mas, alerta:

Nenhuma Instituição Escolar tem o sentido da sua singularidade explicitado, se tomada apenas em si mesma. Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem etc (SANFELICE, 2006, p. 25).

Nessa linha, o discurso do professor Dival da Silva Pitombo, diretor escolar que mais tempo permaneceu à frente do IEGG, vinte e um anos, de 1955 a 1976, pronunciado na solenidade de comemoração do cinquentenário dessa instituição escolar ocorrida em 27/05/1977, publicado integralmente no jornal local Feira Hoje³⁵, aponta alguns possíveis

³⁵ PITOMBO, Dival. Gastão Guimarães: meio século de existência. **Jornal Feira Hoje**. Feira de Santana, domingo, 29/05/1977, página 3.

caminhos na compreensão de sua singularidade em Feira de Santana e do que ela foi capaz de instituir para si, para seus sujeitos, em específico, os sujeitos do ensino de História entre os anos de 1968 a 1978, contexto da Ditadura Militar brasileira, um fragmento de tempo em sua trajetória iniciada em 1927.

Esse discurso de memória de Dival Pitombo refere-se ao IEGG como uma instituição herdeira das tradições da Escola Normal, cuja atuação peculiar na formação de professores, contribuiu, direta e decisivamente, para o desenvolvimento sociocultural e econômico de Feira de Santana, conforme expressou neste trecho:

A antiga Escola Normal de Feira de Santana, hoje Instituto de Educação Gastão Guimarães, na década de vinte, ao ser inaugurada, projetou a sua influência na cidade e mais tarde em toda a região que Feira de Santana centraliza, de maneira verdadeiramente marcante. As modificações foram tão sensíveis, que qualquer observador, mesmo superficial, constataria. A vida urbana passou a girar em torno da Escola, que se tornou, por assim dizer, a vedete da época. [...]. Essa influência, entretanto, não se exerceu apenas nas limitações da superfície. Ela se aprofundou com o tempo. Assim é que foi a Escola Normal se tornando um centro irradiador de cultura, modificando a geografia humana da região, atraindo, para cá, inúmeras famílias e incalculável quantidade de jovens, que aqui se fixaram, modificando a densidade demográfica, a sociedade, a economia e a paisagem urbana, dando o salto inicial que desdobraria, posteriormente, no surto de desenvolvimento que hoje assistimos (PITOMBO, 1977, p. 3).

Em toda a extensão do discurso, o ex-professor e diretor do IEGG faz referência a uma instituição escolar que se aninhou na cidade: “A cidade e a escola marcharam juntas em todos esses anos”. E o faz reafirmando a relação de cooperação estabelecida desde a sua fundação e que resultou no desenvolvimento atingido pela cidade nos anos setenta, quando já se tinha instalado o Centro Industrial do Subaé e se experimentava o crescimento populacional e algumas das intervenções no campo da urbanização dele decorrente, período também em que seu discurso, um tanto quanto otimista em relação à economia nacional e local, fora construído:

Feira de Santana desde a época da fundação da Escola Normal, até os nossos dias, percorreu uma longa trajetória, que parte da comunidade provinciana dos anos vinte, até a atual conjuntura, em que exerce indiscutível liderança política, social e econômica entre as cidades baianas. Esta faixa da sua história foi pontilhada de acontecimentos, que testemunharam a capacidade de seu povo, no ordálio do fogo das lutas e sacrifícios, os quais permitiram a dimensão da sua importância no estado e na nação (PITOMBO, 1977, p.3).

Como demonstrado no trecho, Pitombo costura uma história para o IEGG articulada aos processos sociopolíticos, econômicos e culturais locais e nacionais, em conformidade com o que sustentou Sanfelice (2006). Cinge contextos históricos específicos (o de criação da escola na década de 1920 e outros que se sucederam, especialmente, àqueles em que esteve ligado

institucionalmente à escola, longos 25 anos, de 1951 a 1976). Mas, trata, também, de sujeitos (ex-diretores, professores, pessoal do quadro administrativo e alunado em geral) e de relações políticas estabelecidas visando a criação, manutenção e ampliação da escola (como a que resultou na construção de um dos seus pavilhões, o intitulado “Áureo Filho”, fruto de um pedido seu e do então deputado federal feirense, João Durval Carneiro, ao governador do estado Roberto Figueira Santos (1975-1979)).

Sua construção discursiva também transitou pelos lugares assumidos por ele na instituição escolar e na sociedade feirense e baiana. Nele fala o homem diplomado, o 2º professor Catedrático da cadeira de História Geral e do Brasil da instituição, o primeiro diretor nomeado de Feira de Santana, àquele que também permaneceu mais tempo no cargo e, não menos, o poeta da cidade, para quem “na vida de uma cidade, a escola situa-se na função de realizar um trabalho silencioso”, como o de um templo e o de um lar, mas, um trabalho que “extravasa-se, atuando na vida social da comunidade, contribuindo para transformar o seu modo de vida”.

Seu discurso entremeia passado e presente. Aliás, busca no passado a legitimidade para o presente vivido e consolidação de uma memória da instituição escolar. É, portanto, um daqueles documentos/monumentos de que fala Le Goff (1996), pois, síntese que remete a uma comemoração, faz recordar o passado, institui uma memória, memória de um lugar, de uma instituição escolar específica, a primeira de formação de professores de Feira de Santana. É, ainda, texto a partir de um contexto e sobre os vários contextos por que passou o IEGG.

Outros escritos sobre o IEGG, como o “Hino ao Gastão”, de autoria do próprio Dival Pitombo, notícias publicadas nos jornais locais e da capital, documentos escolares, fontes documentais secundárias, como o livro “IEGG: 50 anos de Educação” escrito por duas de suas professoras de História no contexto de comemoração do cinquentenário da escola, quatro dissertações de mestrado, especialmente, a de Ione Sousa, pioneira na pesquisa sobre essa instituição escolar, bem como, depoimentos de seus ex-professores e ex-alunos sugerem representações diversas acerca da trajetória e cultura escolar, sendo algumas delas retomadas neste trabalho, buscando outros caminhos possíveis de compreensão de sua singularidade e dos processos formativos desenvolvidos por meio do ensino de História. É essa trajetória singular da instituição escolar, iniciada em 1927, que procuro desenvolver a seguir.

3.1 TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR (1927-1978)

O IEGG³⁶ foi fundado como Escola Normal de Feira de Santana, em 1927, fruto de ato do então governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, que buscava cumprir a lei estadual nº 1.846 de 14 de agosto de 1925, instituidora de uma reforma do sistema escolar baiano, e ao Decreto nº 4.218 de 30 de dezembro de 1925, que regulamentava o ensino primário e normal, prevendo a sua expansão para o interior do estado.

Nesse contexto de criação da Escola Normal de Feira de Santana, assim como da Escola Normal de Caetité, o governo de Calmon, iniciado em 1924, buscava impor-se e sobressair-se do mando político do ex-governador José Joaquim Seabra, para isso utilizou como meio a implantação de um projeto de “progresso” e “modernização” para a Bahia via educação, dirigido por Anísio Spínola Teixeira, chefe da pasta de instrução pública de seu governo. A lei 1.846/25 e o Decreto 4.218/25 que permitiram a criação no interior do Estado desses novos estabelecimentos de ensino especialmente voltados para a formação de professores, nasceram, portanto, inseridos nesse projeto (CRUZ & SILVA, 1977; SOUSA, 2001).

Sousa (2001), que pesquisou as relações socioculturais da Escola Normal de Feira de Santana com a cidade que a sediou, mais especificamente, o fazer-se “normalista” num período em que Feira de Santana se urbanizava, décadas de 20 a 40 do século passado, explica que a criação de novas escolas normais no interior da Bahia ia ao encontro das promessas de campanha feitas pelo governador Calmon, fazia parte das metas pessoais e profissionais de Anísio Teixeira e, ainda, respondia aos anseios de líderes políticos de cidades do interior do Estado que viam na instalação desse centro de formação docente a abertura de portas para o progresso, a civilização e a modernidade em suas respectivas cidades. Dentre esses políticos se encontravam o mandatário regional estabelecido na cidade de Caetité, o coronel Diocleciano Teixeira, pai de Anísio Teixeira, e o intendente municipal de Feira de Santana, Arnold Ferreira da Silva, amigo pessoal do governador, lideranças políticas que conquistaram o direito de sediar em seus redutos eleitorais as duas escolas normais previstas em lei.

³⁶ A denominação Instituto de Educação Gastão Guimarães é a quinta e última recebida por esta instituição escolar. Desde fundado, há 88 anos, a instituição recebeu as seguintes designações, em ordem cronológica: Escola Normal de Feira de Santana (1927-1935); Escola Normal Rural de Feira de Santana (1935-1949); Escola Normal e Ginásio Estadual de Feira de Santana (1949-1957); Escola Normal e Colégio Estadual de Feira de Santana (1957-1962); Instituto de Educação Gastão Guimarães de 1962 aos dias de hoje. Para o processo de constituição da Escola Normal de Feira de Santana e suas conseqüentes transformações ver: CRUZ, Neide A.; SILVA, Marília Q. **IEGG: 50 anos de história**. Gráfica da Feira, 1977. SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925-1945**. São Paulo: EDUC, 2001. SOUSA, Ione C. de; CRUZ, Antônio R. Seixas (Orgs.) **Escolas normais da Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

Seixas e Ribeiro (2009) também levantaram alguns motivos que atuaram favoravelmente à instalação em Feira de Santana de uma das Escolas Normais previstas na lei nº 1.846/25. Para eles, a importância econômica e cultural que essa cidade possuía para os municípios e populações circunvizinhas, a enorme demanda por mestras e mestres para alfabetizar as populações rurais tanto do Município quanto da região e, por fim, a própria carência de estabelecimentos de ensino na cidade estiveram entre as principais motivações citadas por eles.

Sob a influência desse conjunto de condições, em 1º de junho de 1927, se inaugurou a Escola Normal de Feira de Santana.

Sua instalação física se deu num prédio público relativamente novo, uma construção de 1916, situada à Rua Direita, atual Conselheiro Franco, via das mais importantes do ponto de vista da circulação econômico-financeira e, também, de pessoas da cidade. Uma edificação imponente (Figura 1), em estilo eclético, que se diferenciava na paisagem da cidade, seja pelas suas dimensões, seja pela funcionalidade para a qual tinha sido criada.

Figura 1-Prédio sede da Escola Normal de Feira de Santana - Retrato da década de 1950



Fonte: IBGE

Como desenvolveram Escolano e Frago (2001), a materialidade do espaço-escola, o traçado arquitetônico do seu edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados, a sua localização e disposição na trama urbana da cidade e de suas populações formam um

constructo cultural que expressa e reflete discursos, gera experiências e aprendizagens, modela ideias e corpos, impondo-se tanto como um equipamento específico da paisagem urbana quanto como um elemento do currículo escolar.

Nesse sentido, a instalação da Escola Normal de Feira de Santana, numa região da cidade estratégica do ponto de vista cultural e econômico, vizinho à igreja Matriz, no prédio do “Grupo Escolar Dr. José Joaquim Seabra”, expressou sentidos e significados que se coadunaram com o projeto civilizador e modernizador em curso no Estado e em Feira de Santana, cidade que desde o final do século XIX e primeiras décadas do século XX emitia sinais de crescimento comercial e progresso urbano com repercussões sobre o corpo social, suas práticas e sociabilidades (OLIVEIRA, 2000). Em outras palavras, sua inauguração nessa cartografia atuou ratificando a inclinação da cidade ao progresso urbano e modernização das práticas, agora no campo educacional, inserida que estava no novo programa de reestruturação do sistema de ensino, o qual investia esforços na expansão da formação de novos professores, aplacando ao mesmo tempo as carências do ensino elementar nessa região do Estado.

Sobre a composição numérica de suas primeiras turmas, Neide Cruz e Marília Silva (1977) exemplificam que no ano de 1927 apenas duas se constituíram: uma do 1º ano Normal, composta de quarenta alunos e, outra, do 2º ano, que funcionou, excepcionalmente, com uma aluna. Ainda de acordo com as autoras, esse quadro se apresentou tendencialmente crescente, mas, essas alterações durante os primeiros anos e décadas de funcionamento foram sempre moderadas, o que permite interpretar a Escola Normal de Feira de Santana, desde a sua origem, como um lugar de saber e de poder para poucos privilegiados, em sua maioria, alunos do sexo feminino, oriundos de segmentos sociais médios e altos da cidade ou de municípios vizinhos, professores nomeados sem a observância dos critérios legais vigentes³⁷ e gestores, estritamente, do sexo masculino³⁸ e diplomados em carreiras como a de medicina, agronomia ou odontologia.

Nesse contexto, a Escola Normal de Feira de Santana era a segunda em funcionamento no interior da Bahia³⁹, a primeira de nível secundário colegial da cidade, o que a colocava numa condição privilegiada na rede de ensino da cidade e do interior do Estado. Esse fato também testemunha a estreiteza dessa rede de ensino, situação que se manteve pelos anos seguintes,

³⁷ Ione Sousa em sua dissertação de mestrado (2001, p. 65) afirma que o processo de seleção e admissão do corpo docente da Escola Normal de Feira de Santana entre os anos de 1927-1945, período contemplado por sua pesquisa, não seguiu as diretrizes de ensino contidas na lei 1.846 e no decreto 1.925, ou seja, não foram realizados concursos para esse provimento, ao contrário, foram aproveitadas as antigas mestras das escolas complementares, cujas escolhas, em geral, se deram por meio do critério do apadrinhamento político, ainda que implícito.

³⁸ De 1927 a 1976 todos os diretores gerais da instituição foram do sexo masculino. A primeira mulher a assumir esse cargo foi Josenita Nery Boaventura, no ano de 1976.

³⁹ A primeira foi a da cidade natal de Anísio Teixeira, Caetité, reestruturada e inaugurada em 21 de abril de 1926, trajetória escolar que é descrita por Adriana Rocha Oliveira (2012).

conforme atesta a matéria intitulada “Inaugurados os cursos noturnos no Colégio Estadual de Feira”, publicada em 14 de março de 1954, no jornal da capital “O Estado da Bahia”, a qual afirma “Em Feira de Santana há, pois, dois ginásios, sendo um público e outro particular; uma Escola Técnica de Comércio; uma Escola Normal, além de 71 escolas municipais mantidas pela Prefeitura”. E, na mesma direção, o estudo diagnóstico realizado por Boaventura (1977), no qual situa a Escola Normal de Feira de Santana, ainda em 1947, como uma das quatro escolas a oferecer o ensino secundário na Bahia, dados que permitem inferir sobre a posição destacada assumida pela escola no sistema público de ensino local, regional e baiano já nos primeiros anos de seu funcionamento e nas décadas seguintes, ainda que em termos quantitativos o número de alunos atendidos tenha se apresentado retraído.

Também nessas três primeiras décadas de seu funcionamento (anos 20 a 50 do século XX), a Escola Normal foi determinante na vida pública e cultural de Feira de Santana propondo atividades diversas, sejam as de caráter cívico, como no “Dia da Independência”, artístico, como na 1ª Exposição de Arte Moderna realizada na cidade, em 1952, sejam as esperadas solenidades de diplomação de seus alunos, os novos professores, conforme destacam Cruz & Silva (1977, p. 37):

[...] a Escola Normal transformou-se, desde seu início, num centro, não só de atividades pedagógicas, mas de calor cívico e patriótico, infundindo, nos jovens que ali mourejavam, o zelo, o amor, a exaltação pelas comemorações cívicas, e, através delas, o respeito às tradições que constituem o sensível e intocável relicário da Pátria.

Na mesma perspectiva Sousa (2001, p. 87) afirma:

As formaturas eram momentos de esplendor na cidade, da Escola Normal e das normalistas, quando o escol feirense reunia-se e demarcava seu Who’s Who. Realizadas no salão do Paço Municipal ou no salão J. J. Seabra, no próprio prédio, antecedia do Te Deum na Matriz de Sant’Anna ou na igreja do Senhor dos Passos, mobilizava a cidade chique, com a presença das filarmônicas - Eutherpe, Vitória ou 25 de Março – e o comparecimento das personalidades gradas: o prefeito, o juiz de Órfãos, o bispo ou vigário geral, os principais comerciantes, o chefe da polícia, e, no período da Segunda Grande Guerra, quando um destacamento do exército ficou sediado no prédio da Escola Normal, o seu comandante.

Essa participação na vida cultural da cidade a projetou para além das fronteiras locais, evidência disso são as notas em jornais da capital acerca da integração dos estudantes da Escola Normal de Feira de Santana nos desfiles cívicos referente ao “2 de Julho” ou ao “Dia da Pátria” na cidade de Salvador⁴⁰ ou, ainda, em eventos de caráter institucional, a exemplo da visita de

⁴⁰ No Livro de “Expediente Colado” do IEGG pode-se encontrar algumas dessas notas acompanhadas das respectivas imagens, como a publicada pelo Jornal “O Estado da Bahia”, em 8 de setembro 1956.

um grupo de alunas acompanhadas do Diretor escolar ao gabinete do recém empossado Governador da Bahia, Régis Pacheco, objetivando o convite à sua participação na formatura daquele ano, conforme declara a nota publicada no jornal “O Estado da Bahia”, de 5 de setembro de 1951:

O Governador do Estado, dr. Régis Pacheco, recebeu, ontem, pela manhã, no Palácio da Aclamação, a visita das professorandas da Escola Normal de Feira de Santana. As futuras educadoras se faziam acompanhar do diretor daquele importante estabelecimento de ensino, professor Lourival Bastos, convidou o ilustre chefe do executivo bahiano para assistir à solenidade da sua formatura, tendo o governador Régis Pacheco ao agradecer aquela distinção proferida palavras de fé nos destinos da nossa mocidade e desejado o mais pleno êxito às jovens professorandas (LIVRO DE EXPEDIENTE COLADO- IEGG).

Ainda na década de 1950, três acontecimentos internos marcariam a história do IEGG e a constituição de sua cultura escolar. O primeiro deles foi a formação de uma nova geração de professores desde que tinha sido fundado em 1927. Essa segunda geração de docentes se formou, progressivamente, em sua maioria, nomeados sem a ocorrência de um concurso público específico, sendo, na verdade, contratados como “extranumerário-mensalistas-mensalistas”, efetivando-se, posteriormente na rede estadual de ensino e permanecendo na referida instituição pelos anos e décadas seguintes.

Entre os professores desse grupo estiveram, Osvaldo Pinheiro Requião, Maria da Hora Oliveira, Renato de Sá, José Francisco do Amaral, José Joaquim Lopes de Brito, Wilson Mascarenhas, Dival da Silva Pitombo, este último contratado como professor secundário de História Geral e do Brasil⁴¹, em 1951, e, em 1959, designado para o cargo de Catedrático da cadeira de História Geral e do Brasil⁴² na vaga decorrente da aposentadoria da professora Sidrônia Jaqueira, mesmo ano em que a professora Marília Queiróz assume como regente de Geografia e História da Bahia⁴³.

Deve-se destacar nessa transição entre gerações de professores do IEGG a manutenção das formas de recrutamento dos mesmos, sem a ocorrência de concursos públicos específicos, e, conseqüentemente, apropriação da carreira docente por profissionais de áreas diversas como Direito, Medicina, Engenharia, Arquitetura e Odontologia, características que perpassaram, por décadas, a admissão do professor e, especificamente, o ensino de História ministrado na instituição, cuja investigação, não se pode fazer sem que se analise, entre outros aspectos, “o modo de seleção daqueles que a ela se dedica [ra]m.” (FRAGO, 2007, p. 96).

⁴¹ Diário Oficial do Estado da Bahia, de 11 de março de 1951. Livro de Expediente Colado do IEGG.

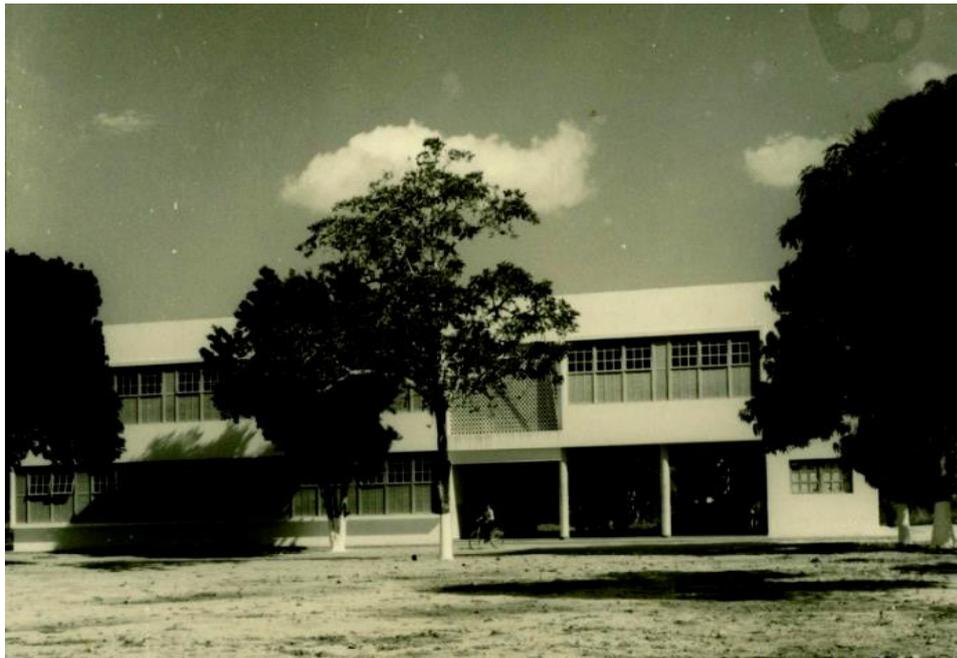
⁴² Diário Oficial do Estado da Bahia, de 09 de julho de 1959. Livro de Expediente Colado do IEGG.

⁴³ Diário Oficial do Estado da Bahia, de 01 de março de 1959. Livro de Expediente Colado do IEGG.

O segundo fato faz referência também ao professor de História Geral e do Brasil, Dival da Silva Pitombo. Ele, um odontólogo de formação, além de professor de História dessa casa de ensino, torna-se o primeiro feirense à frente da Direção Geral da escola, fato ocorrido em 1955⁴⁴, cargo que assumiu pelos 21 anos que se seguiram, logo, por quase a completude do recorte temporal da Ditadura Militar no Brasil.

Quanto ao terceiro e último acontecimento, ocorreu em 1956 e tratou-se da inauguração das novas instalações físicas da então denominada Escola Normal e Colégio Estadual de Feira de Santana, suprimindo, assim, a demanda por mais espaço diante da estrutura de atendimento que havia se ampliado e já envolvia além do curso normal, o curso ginásial e a escola de aplicação (CRUZ & SILVA, 1977).

Figura 2- Segundo prédio sede da Escola Normal - IEGG. Retrato década de 1960



Fonte: IBGE

Sua instalação, de acordo com a Certidão registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Feira de Santana, se deu em uma área da antiga Chácara Santo Antônio, que originalmente compreendia “20 tarefas, com arvoredos frutíferos, limitando-se a Norte com a Avenida Sampaio; ao Sul com Mário Pereira Leal [...]; Nascente com José Martins Magalhães; e ao Poente com a Chácara Santana”.

⁴⁴ Diário Oficial do Estado da Bahia, de 17 de maio de 1955. Livro de Expediente Colado do IEGG.

Na segunda metade da década de 1950, quando se efetiva a inauguração do novo edifício escolar, essa região da cidade era pouco habitada, com características rurais, pois, cercada de pequenos sítios, arvoredos e terrenos baldios. Apesar da paisagem bucólica prevalecente no bairro, denominado de Ponto Central, as novas instalações mantêm, em certa medida, a imponência de antes, justificada, agora, pelas dimensões de sua área total e pelo espaço edificado, cuja fachada correspondeu a aproximadamente, 74 metros de comprimento.

Projetado em estilo moderno, sob linhas retas e simétricas numa composição retangular, sua edificação incorpora os critérios de racionalidade e funcionalidade já em observância na arquitetura escolar dos anos 1950, em parte, por influência do educador Anísio Teixeira à frente do INEP, órgão responsável pelo projeto, que naquele contexto, atuava em parceria com a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (DESE) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) buscando democratizar e modernizar o ensino secundário brasileiro e em extensão a arquitetura dos seus espaços educativos (BUFFA, 2005, p. 110).

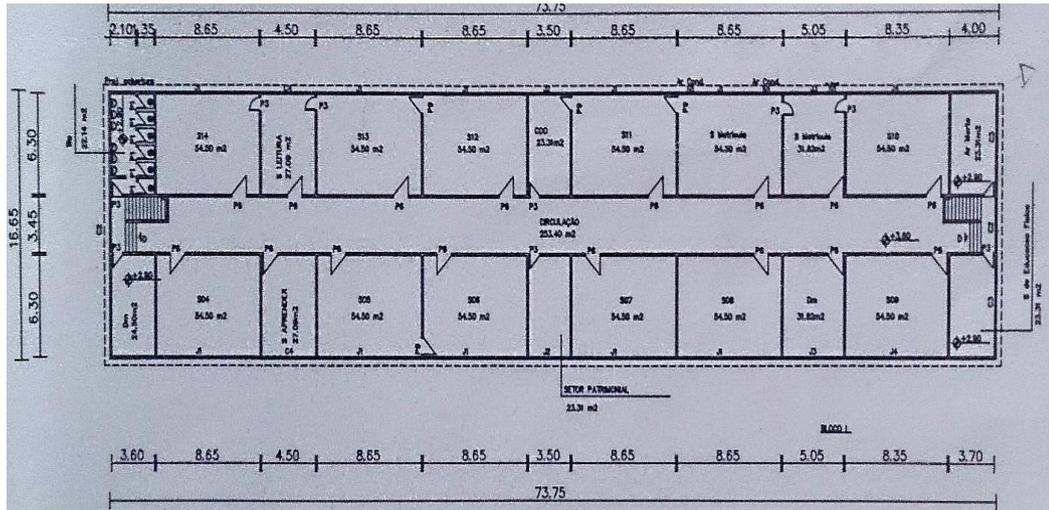
Na fotografia da fachada da escola, datada como sendo da década de 1960 e pertencente ao acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/ unidade Feira de Santana (Figura 2) se pode observar o pavilhão recentemente construído. Este divide espaço com um conjunto de árvores frutíferas remanescentes da antiga Chácara Santana, visão que denota tanto a tentativa de integração do espaço construído com o ambiente natural e externo (também evidente pela inexistência em seu projeto inicial de muros que o separava da rua ou, ainda, pela presença na edificação de amplos vãos abertos para livre circulação de ar), quanto, destes, com os sujeitos escolares que o habitaria como espaço escolar.

O edifício escolar que está representado no registro fotográfico apenas em sua parcialidade (Figura 2) foi construído em dois pavimentos, cujo modelo e distribuição interna do espaço pode ser melhor visualizado através da Figura 3- fragmento de sua Planta Baixa acessível no setor de engenharia escolar do Núcleo Regional de Educação de Feira de Santana (NRE-19).

Rastreando as alterações que sua cartografia sofreu ao longo dos anos, pelas plantas-baixa e a partir das memórias dos sujeitos da pesquisa, ex-professores e ex-alunos, os quais, habitaram esse espaço em diferentes temporalidades, pôde-se concluir que o prédio abrigava no térreo, sua entrada principal sobre um vão livre e coberto, imediatamente seguida de sua secretaria e diretoria com acesso interno entre elas, a sala de professores, a biblioteca, 4 a 5 salas de aula e sanitários feminino e de professores. Ao centro se encontrava um corredor de circulação com 55 metros de comprimento.

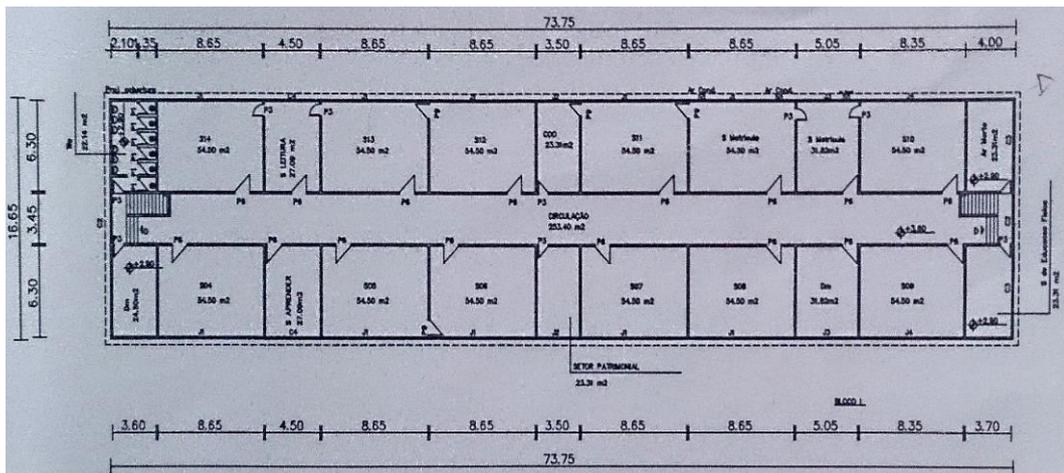
Já o segundo pavimento (Figura 4), o 1º Andar, abrigou a maioria das salas de aula da escola, mas, também, o arquivo escolar, a sala de materiais de educação física, a de patrimônio, além de banheiros masculinos e vãos abertos para ventilação, estes últimos, incorporando os critérios de salubridade já correntes para as novas construções escolares.

Figura 3-Fragmento da Planta Baixa do Instituto de Educação Gastão Guimarães - Térreo



Fonte: GBM Engenharia e Arquitetura- Setor de Engenharia Escolar do NRE- Feira de Santana

Figura 4-Fragmento da Planta Baixa do Instituto de Educação Gastão Guimarães - 1ª andar



Fonte: GBM Engenharia e Arquitetura- Setor de Engenharia Escolar do NRE- Feira de Santana

A necessidade imperativa que se fez de construção desse novo edifício escolar, “a Sede-própria da Escola Normal”, a escolha do seu território levando-se em conta o crescimento da cidade e seu “planejamento” urbanístico, bem como, a distribuição de lugares em seu interior, a exemplo da diretoria, secretaria e biblioteca no pavimento térreo, e, da maioria das salas de

aula, no pavimento superior, conforme discutiram Escolano e Frago (2001) também não se deram num campo neutro, ao contrário, trazem implícito um sistema de valores, uma dimensão educativa, que no caso do IEGG se coadunou à necessidade de formação do professor primário, àquele que atuaria, especialmente, com crianças das séries iniciais da escolarização oficial, o Primário/1º grau.

É a arquitetura escolar parte do currículo escolar. Como um programa oculto do currículo, que socializa e educa, situa, ordena e gera condicionamentos entre seus sujeitos, deixa marcas culturais e afetivas em várias gerações deles. Constitui-se, portanto, como parte da cultura escolar e como tal contribui no processo de construção de representações a respeito de si mesmo, dos processos de ensino-aprendizagem e da própria instituição escolar.

Em 1962, ocorre a separação do Ginásio Estadual e da Escola Normal em adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB de nº 4.024 de 20/12/1961. Neste mesmo ano, mais uma vez a instituição escolar muda de nome, passando a se chamar, em definitivo, Instituto de Educação Gastão Guimarães, em parte, uma homenagem ao seu terceiro Diretor, o médico Gastão Clóvis de Souza Guimarães. A LDB 4.024/61 passa a institucionalizar algumas das mudanças que já vinham em curso na principal modalidade do ensino médio oferecido pela Escola Normal-Ginásio Estadual de Feira de Santana: o curso Normal. A equivalência entre os diversos cursos de graus médios, entre os quais, o curso normal, visando regular o acesso dos estudantes no ciclo colegial e nos cursos superiores então estabelecidas pelas chamadas “leis de equivalência”, a Lei nº 1.076 de 31/3/1950 e Lei nº 1.821, de 12/3/1953, foi um exemplo. À equiparação do ensino normal a outros cursos de nível médio, como o secundário e o técnico, é atribuído o início do processo de descaracterização do curso normal no Brasil, como destacou Tanuri (2000, p.77):

As chamadas “leis da equivalência” – Lei n. 1.076 de 31/3/1950 e Lei n. 1.821, de 12/3/ 1953 –, atendendo a pressões no sentido de democratizar o sistema, estabeleceram a equivalência de todas as modalidades de cursos de nível médio, inclusive o normal, ainda dependente da prestação de exames de complementação do ensino secundário. A equivalência completa só viria com a Lei de Diretrizes e Bases, mas já estava, no dizer de Anísio Teixeira (1966, p. 282), “dado o passo para a sua descaracterização como curso vocacional de habilitação ao magistério primário.

Apesar desse processo de descaracterização do curso de habilitação ao magistério primário conferido pelas Leis de Equivalência e pela LDB nº 4.024/61, este, em Feira de Santana, continuava gozando de prestígio social se comparado aos outros dois cursos de ensino médio a ele equiparado, o curso científico e o comercial, oferecidos na cidade pela instituição privada, Santanópolis. Vale destacar, que no início dos anos 1960, o ensino normal/pedagógico

de 2º ciclo (colegial) era oferecido tanto pela Escola Normal, de caráter público, quanto pelo Colégio Santanópolis, privado. Certamente, por essa diferença, o curso Pedagógico/ Normal da Escola Normal fosse o mais disputado entre os de nível colegial da cidade.

Analisando o ambiente de disputas do campo escolar de Feira de Santana na década de 1960, Santos (2000, p. 48) afirma que o município possuía uma população de, aproximadamente, 140 mil habitantes, mas, sua taxa de analfabetismo era de mais de 50% da população escolarizável, o que correspondia a cerca de 30 mil habitantes com idades entre 7 e 14 anos.

Os dados do IBGE relativos ao ano de 1957, apresentados pela autora, enfatizam, ainda, que dos 13.443 alunos matriculados na rede escolar do município, 11.608 estavam matriculados no Primário, 1.333, no Ginásio e 502 no Colegial. Destes 502 alunos, 235 estavam alocados no curso Científico, 131 no Comercial e 274 encontravam-se matriculados no Pedagógico/ Normal Colegial, número que, certamente, apresenta-se acanhado para as demandas sociais do período, mas, que demonstra, por outro lado, uma procura maior pela formação para o magistério.

No caso específico das matrículas do curso oferecido pelo IEGG, a partir de 1962, seus registros escolares (Atas de Resultados Finais) apontam um crescimento. Naquele ano, o número de matriculados no curso Pedagógico/ Normal Colegial foi de 343 alunos, com crescimento acentuado nos anos posteriores: em 1964 (371); 1965 (535); 1966 (592); 1967 (763); 1968 (809) atingindo, em 1974, o número de 1244 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino.

Em meio a esse contexto, a carreira docente era majoritariamente requerida pelo segmento feminino, o que também se aplica à cultura escolar do IEGG, visto que em análise a 500 pastas Individuais de Alunos, estudantes entre 1968 a 1978, pude constatar que, destes, 365, eram do sexo feminino e, 135, do sexo masculino. Essa opção pelo curso de magistério

entre algumas das ex-alunas entrevistadas, como Maria da Conceição⁴⁵, Patrícia⁴⁶, Flora⁴⁷ e Kátia⁴⁸, justificou-se, segundo elas, pela facilidade de emprego no estado, razão que já justificaria a grande procura por uma vaga no curso do IEGG.

Para Kátia, filha de um inspetor de ensino da região de Conceição do Coité, estudante na escola de 1966 a 1968, o que determinou sua vinda para Feira de Santana foi justamente a necessidade de continuidade dos estudos ginasiais e conclusão dos estudos “superiores”, termo que atribuiu à formação para o magistério ofertada pelo IEGG. De acordo com ela,

[...] minha cidade só tinha até o [curso] Primário. Papai era inspetor de ensino naquela região. [...] me mandou aqui pra Feira para morar com uma tia. O objetivo era a continuidade dos estudos [...] e comigo veio uma carreirinha de irmãs e irmãos. Naquela época a gente não tinha nem o que escolher, principalmente a mulher, não é? A gente tinha era o magistério mesmo. Ou você fazia isso ou você ficava dentro de casa! Como as condições não eram nada boas, a gente tinha que trabalhar. [...] o magistério foi o caminho mais rápido pra mim, apesar de eu sempre ter sido impulsiva. Mesmo fazendo o magistério no Gastão, pela manhã, papai conseguiu uma bolsa de estudos com o Dr. João Durval e eu comecei a fazer, ao mesmo tempo, o científico lá no Colégio Santo Antônio. O que vingasse primeiro eu agarraria. O magistério venceu (Ex-aluna Kátia).

⁴⁵ A ex-aluna Maria da Conceição nasceu em janeiro de 1949, no município de Paripiranga, região norte da Bahia. Em 1967, por decisão de seu pai que buscava garantir um futuro melhor para a família e a continuidade dos estudos dela e dos outros 12 filhos, migram para Feira de Santana. Ainda em 1967, conclui o Ginásio no “Municipal” e, em 1968, já empregada no comércio da cidade, inicia o curso Colegial Normal, turno noturno, no IEGG, onde fica até 1970, ano de sua formatura. Outras cinco irmãs também estudaram no IEGG que, naquela época, segundo ela, era a escola mais procurada pelo público feminino. Fez licenciatura curta em Letras na UEFS, entre 1976 e 1977, e concluiu a Licenciatura Plena nos anos seguintes. Foi entrevistada em sua residência, na cidade de Salvador, no dia 07 de fevereiro de 2014.

⁴⁶ Patrícia nasceu em Feira de Santana em 1955. É a primeira dos 8 filhos de uma dona de casa e de um artesão-comerciante de artigos de montaria. Fez o Primário na escola da professora Glícia, prestou exame de admissão para o ginásio particular São Francisco de Assis, permanecendo, neste, apenas um ano, concluindo no Ginásio Municipal. Entre 1971-1973 fez o secundário em dois Institutos: o 1º e 3º Ano no IEGG e o 2º no Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA), em Salvador. Em 1973, com 18 anos e de volta à Feira, cursando o 3º ano do curso Normal, abriu uma sala de aula para atendimento de reforço escolar particular, segundo ela, com imediata aceitação das famílias vizinhas pelo “prestígio e gabarito” (palavras dela) conferido a uma normalista com formação no IEGG. Desde a infância morou na mesma casa do bairro Ponto Central. Seu estágio curricular foi realizado na Escola Odorico Tavares com uma turma de 3ª série primária. Anos depois, cursou Letras Vernáculas na UEFS e ingressou por concurso como professora da rede estadual de ensino, aposentando-se em 2011. Entrevista realizada em 16 de novembro de 2013, em sua residência na cidade de Feira de Santana.

⁴⁷ A aluna Flora, nasceu em Bonfim de Feira, em 8 de fevereiro de 1936. Desde 1938 a família se estabeleceu em Feira de Santana. Filha de pai agricultor e uma dona de casa. Estudou na Escola Maria Quitéria e João Florêncio durante o primário. Fez o ginásio na Escola Normal/ Ginásio Estadual. Depois de uma passagem pelo Rio de Janeiro, em 1964, volta para Feira de Santana. Já casada e com dois filhos volta a estudar e ingressa no IEGG em 1970, permanecendo até 1972. Desde esse período é moradora do Ponto Central, mesmo bairro onde está localizada a escola. Fez o estágio curricular na Escola Assis Chateaubriand com uma turma de 4ª série. No final da década de 1970 ingressa como professora da rede estadual de ensino. As fotos de seu álbum de formatura, que também pertence ao Arquivo do fotógrafo Antônio Ferreira de Magalhães, foram gentilmente cedidas para compor este trabalho. Entrevista realizada em 16 de maio 2013.

⁴⁸ A aluna nasceu em julho de 1947, na cidade de Conceição do Coité. Filha de um Inspetor de ensino e uma dona de casa. Mudou-se para Feira de Santana em 1959 objetivando fazer o exame de admissão. Passa a estudar no Ginásio Estadual, ainda ligado à Escola Normal. Entre 1966-1968 estudou no curso Colegial Normal do IEGG. Ao mesmo tempo fez o curso “Científico” no Colégio Santo Antônio, instituição privada da cidade. Fez o curso de Licenciatura Curta em Ciências na Faculdade de Educação e, já em 1971, começa a lecionar no IEGG através de contrato temporário, escola onde se aposentou como professora.

Como Kátia, outras alunas eram provenientes de cidades baianas e vinham para Feira de Santana à procura de maior oportunidade educacional e, paralelamente ou posteriormente, profissional. Este também foi o caso de Fátima⁴⁹ que migrou da cidade de Candeias para Feira de Santana em 1966, e, em meados da década seguinte, foi matriculada na única escola pública da cidade, que aos olhos de seu pai, um militar reformado, ofereceria uma “formação adequada às meninas”, qual seja, a formação para o magistério. Em seu relato, ela nos traz alguns detalhes de como sua mãe conseguiu sua matrícula no IEGG:

[...] na época eram poucas turmas e nossos pais iam de madrugada, tinham pais até que dormiam na fila pra conseguir uma vaga pro filho e era muito concorrido o IEGG nesse sentido. Eu tinha uns amigos [...] que iam dormir ou chegavam, às vezes, a dormir na fila, e tinha minha mãe e a mãe de uma amiga minha que elas iam cinco horas da manhã pro IEGG, mas “J” e “N” que eram meus colegas já estavam lá pra tentar garantir a vaga (Ex-aluna Fátima).

Por outro lado, professores também rememoraram as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para matricular-se no IEGG no início da década de 1970:

Olha, vaga tinha, mas tinha também muita indicação, muito bilhetinho. [...] por isso era difícil. Quando se preenchia as vagas tinha o tal de bilhetinho das indicações. Eu cansei de ver isso lá [...]. Era tão difícil que existia aquela coisa horrorosa de ficar nas filas, gente demais, porque na cidade a opção melhor só era o IEGG mesmo. Eram filas gigantescas, era uma confusão, um inferno por falta de opção na cidade. [...]. Não existia mais turmas de 25 alunos, de 30, não! Existia era de 40 ou mais (Ex-Professora Consuelo).

Esse crescimento acentuado do número de alunos do curso de formação de professores do IEGG no final dos anos sessenta do século XX, passou a acompanhar o crescimento populacional desenhado pelo Município e, especialmente, pela cidade de Feira de Santana, na transição da década de 1960-1970. Nesse período, a população urbana que na década de 1960 era de 69.884 habitantes, em 1970, eleva-se para 134.263 habitantes, crescimento que é atribuído à migração campo-cidade, à melhoria da malha viária que corta o município (BA 052, 084, 502, 503 e 504 e BR 101,116 e 324), bem como, à instalação do CIS, em 1970, e da Universidade Estadual de Feira de Feira de Santana, em 1976 (HENRIQUE; SANTOS, 2012).

O crescimento do número de habitantes da cidade de Feira de Santana durante a década de 70 atuou, também, diversificando o quadro discente do IEGG, composto nas décadas

⁴⁹ Fátima nasceu em 1958 no Estado do Rio Grande do Norte. Filha de um militar reformado veio com a família para a cidade de Candeias em 1966. No início da década de 1970 estabeleceram-se, definitivamente, em Feira de Santana. Fez o curso Colegial Normal no IEGG entre 1974 a 1976. cursou Licenciatura Curta em Estudos Sociais na UEFS e em 1985 começa a lecionar na rede estadual de ensino. Torna-se professora do IEGG nos anos seguintes, onde permanece até 2012. Entrevista realizada em sua residência no dia 10 de dezembro de 2013.

anteriores por segmentos médios e alto da sociedade local ou de municípios adjacentes. Nesse período a ampliação do número de vagas na escola atraiu jovens provenientes de setores médios e de baixa renda da cidade e de diferentes regiões do Estado e da região Nordeste do país, que, para a cidade migravam, muito provavelmente, em razão da expectativa de emprego gerada pela instalação do pólo industrial na cidade.

Pelas atividades econômico-profissionais desempenhadas por pais de alguns dos ex-alunos entrevistados (artesão, comerciante, donas de casa, inspetor de ensino, professor), pela não-participação de alguns deles nas solenidades de formatura, nem aquisição do álbum de estágio e formatura, depreende-se que se tratava de alunos provenientes de setores médios e de baixa renda.

Ainda da análise das 500 Pastas Individuais de Alunos matriculados no IEGG no período de 1968 a 1978, se pôde diagnosticar além do número majoritário de alunos do sexo feminino, algumas características fenotípicas, caso da cor da pele, declarada por eles próprios ou atribuída por funcionários responsáveis pelo processo de matrícula na escola.

Entre as 500 Pastas foram encontradas referências à cor de pele branca ou parda, morena e preta. Em 362 das Pastas havia a declaração de que o aluno era branco ou pardo, mas, as fotos 3X4 que as acompanhavam nem sempre atestavam essas características fenotípicas. Em 73 Pastas havia a referência de que o aluno era moreno e, em apenas 10 Pastas, que eram pretos. No restante das Pastas, em número de 55, não foram encontradas qualquer indicação quanto à cor da pele.

Já quanto à naturalidade desses alunos, a cidade de Feira de Santana foi o principal local de origem, com 173 alunos, seguida pelos vários distritos do Município, 94 alunos. Os outros 233 alunos eram dos mais diversos municípios da Bahia, principalmente, àqueles próximos à Feira de Santana, caso de Riachão do Jacuípe e Santo Estevão, mas, também, tinham origem em outros Estados do País, mais enfaticamente, da região Nordeste, como Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Para os ex-alunos entrevistados não apenas a possibilidade de rápida empregabilidade ou a influência familiar foram determinantes na escolha pelo curso Colegial Normal do IEGG. Para eles e seus familiares diretos, pais e mães, as representações construídas sobre essa instituição escolar foram também decisivas na escolha pelo curso de formação de professores e pelo IEGG. Nesse sentido é importante a fala do aluno Valmir⁵⁰:

⁵⁰ O aluno nasceu em Feira de Santana no ano de 1950. Filho de pais professores. Iniciou sua vida estudantil na Escola Rui Barbosa, fez o ginásio no “Estadual” e em 1971 ingressa no IEGG. Já em 1972, começa a desenvolver atividades docentes no IEGG sob a supervisão de alguns de seus professores, a exemplo de Joston Sobral. Ao

Eu já sabia que era uma escola-modelo, que era a tradicional Escola Normal... eu já sabia o que ela representava [...] mesmo porque tinha pessoas da minha família que já havia estudado na Escola Normal, onde é hoje o CUCA (Ex-aluno Valmir).

Na mesma linha explicou Kátia:

[...] desde o ginásio eu tinha na minha cabeça que ia pra [sic] Escola Normal, quer dizer, que ia pro [sic] Instituto de Educação Gastão Guimarães, porque em 1966 já não era mais Escola Normal, mas [...] a gente só tinha boas referências, boas informações (Ex-aluna Kátia).

Palavras que, em parte, são ratificadas pela ex-aluna Patrícia: “Se lá era a escola do momento, a escola da moda, a escola que todos procuravam [...] era um centro de formação de moças, então, na cabeça de meus pais, era lá que eu tinha que estar”. Essa “reputação” do IEGG como a principal instituição escolar pública da cidade a receber o público jovem feminino se confirma ao observar a supremacia da presença feminina nas fotografias de Álbuns dos ex-alunos entrevistados.

Figura 5- Professorandas na área verde do IEGG



Fonte: Álbum de Estágio e Formatura da ex-aluna Flora. Autoria: Fotógrafo Antônio Ferreira de Magalhães.

concluir, em 1973, por intermédio do diretor Dival Pitombo consegue um contrato temporário de professor (1974-1976) no IEGG. Muda-se para Salvador onde desenvolve formação em teatro e, posteriormente, faz Licenciatura Curta em Estudos Sociais na UEFS. Torna-se professor da rede estadual de ensino de onde se aposenta no início dos anos 2000. Entrevista realizada em 14 de maio de 2014 em sua residência.

A Figura 5, uma fotografia pertencente ao Álbum de Formatura da ex-aluna Flora, datada de 1972, ainda que aparente uma pose, uma cena preparada para a realização do registro fotográfico, permite a observância de elementos da cultura escolar do IEGG no período investigado pela pesquisa: o uso que as alunas faziam da área verde da escola, a cultura livresca do estabelecimento de ensino, o fardamento que identificava essas estudantes e as diferenciava de outras de estabelecimentos do sistema escolar da cidade e, ainda, a forte presença de estudantes do sexo feminino, inclusive, negras, no curso de formação de professores do IEGG, o que confirma a inserção de diversificados sujeitos no quadro discente da instituição durante o período.

Nesse mesmo contexto, o quadro docente do IEGG também se renova. A admissão de novos professores, agora, por concurso público, o concurso “Navarro de Britto” realizado em 1968 será a porta de entrada de alguns dos profissionais que passam a atuar na escola. Nesse período o governador do Estado, Luiz Viana Filho, lança incentivos financeiros aos professores da capital que quisessem trabalhar no interior do Estado, momento em que vários deles assumem suas atividades no IEGG, a exemplo, da professora Yara Cunha e Teresa Berens⁵¹. Ainda, assim, não cessaram as contratações temporárias de professores no IEGG, meio pelo qual a Professora Clara afirmou ter ingressado no IEGG, também em 1968, conforme ela mesma nos conta:

Olha, na época [1968] eu não fiz o concurso. Foi o ano do famoso concurso de “cem horas” que ironicamente as pessoas chamavam de concurso de “senhoras” [...] e um dia eu lendo o Jornal “A tarde” bem grande: “O concurso feito recentemente não preencheu as vagas de determinadas disciplinas” [...] quando eu vi aquilo [...] eu enlouqueci. Aí, fui pra [sic] Secretaria de Educação, veja que audácia a minha. Cheguei lá, falei com um braço direito do Secretário, não procurei pistolão nem nada, não queria saber de nada e fui direto na sala de uma 2ª pessoa [...] era Davi Mendes. Aí eu contei a ele do que tinha lido no jornal e que já tinha ido no Gastão, que estava precisando de professor para História, que havia a necessidade de “x” horas-aula. Aí, ele fez um bilhete para Drº Dival me encaminhando. Na mesma hora Drº Dival me contratou e mandou todos os meus papéis para Salvador [...] e em 68 comecei no Gastão como contratada, não foi como nomeada, não! Todo ano eu era contratada, todo ano! (Ex-Professora Clara).

Conforme demonstrado no depoimento, a troca de favores estava configurada, ou seja, a instauração de uma forma de clientelismo se tornou uma prática recorrente no IEGG durante a Ditadura Militar. É uma prática em que se tem como finalidade a satisfação de interesses particulares e, especificamente naquele contexto, visava à construção de um quadro docente subordinado aos dirigentes escolares e às instâncias hierárquicas superiores com as quais se

⁵¹ Não se trata de um nome fictício.

encontravam vinculados, como os governantes civis do Município e do Estado, que os mantiveram nas funções de “confiança” durante o período da Ditadura Militar.

Em meio a essa teia de relações “clientelistas” estabelecidas no IEGG, algumas famílias se destacaram na indicação de nomes de pessoas do seu círculo de amizade ou familiar para o preenchimento de vagas de emprego na escola. Consuelo⁵², uma das ex-professoras entrevistadas, ao tratar do processo de ingresso na carreira docente e admissão no IEGG, afirmou que sua admissão ocorreu através dessas relações e, indicou, ainda, os sujeitos e famílias que detinham na escola o monopólio das vagas de emprego: “as dinastias Pitombo, Boaventura e Amaral”.

De acordo com Consuelo, o quadro diretivo do IEGG representado especialmente pelo diretor geral Dival Pitombo, pela vice-diretora do matutino Josenita Nery Boaventura e pelo vice-diretor do noturno, Francisco do Amaral, escolhia “a dedo” quem ingressaria na escola como docente e, nesse sentido, muitos de seus parentes se empregavam na escola, conforme explicou nesse trecho de sua fala:

Existia muita gente que era parente, não apenas de Amaral, mas, também, de Dival, caso de Diva Pitombo e muitos outros Pitombos. O Amaral tinha a esposa, duas sobrinhas, o irmão. Dele no total eram seis pessoas... por isso surgia a fofoca entre os professores que era a dinastia do Amaral. Já de professora Nenê [Josenita Boaventura] tinha a irmã, o cunhado, os dois filhos dela, Vitória e Miguel, e a esposa do filho, Graça. Era muita gente dessa família empregada, por isso chamavam, também, da dinastia Boaventura. Ali, minha filha, existia um grupo político que determinava quem seria professor e empregado temporário que, depois, se tornavam funcionários efetivos da escola e do Estado (Ex-Professora Consuelo).

Esse processo de indicação e admissão de professores pela direção escolar é um elemento que singulariza a cultura escolar do IEGG e gera implicações no ensino de História ministrado durante o período da Ditadura Militar, o qual, favoreceu a manutenção das circunstâncias políticas de ditadura vivida pelo país e a difusão da memória oficial, conforme discuto no capítulo seguinte.

⁵² Consuelo é natural do Estado de Pernambuco e mudou-se para Feira de Santana no ano de 1969 buscando maiores possibilidades de crescimento educacional e profissional. No ano seguinte prestou vestibular e foi aprovada para o curso de Estudos Sociais na FUFSS, quanto também começa a lecionar História e EMC no IEGG a convite de seu tio, vice-diretor da escola. Na instituição permanece por 25 anos até a sua aposentadoria. A entrevista foi realizada em 13 de dezembro de 2013 em sua residência na cidade de Feira de Santana.

4. CAPÍTULO 3: O ENSINO DE HISTÓRIA NO IEGG: TRADIÇÃO, REGULARIDADES E INOVAÇÃO.

4.1 NO PÓS-GOLPE DE 1964, A IMPOSIÇÃO DE UMA MEMÓRIA.

*O que são esses navios cinzentos no meu mar?
O que são esses olhos de menino
querendo o mar?
Por que Dona Mosa, professora do primário,
nunca me ensinou que toda ditadura enfeia o mar?
(Damário DaCruz)*

O poema *Primeiro de Abril de 1964* de Damário Dacruz⁵³ é explicativo do processo de construção e imposição da memória sobre o movimento militar deflagrado no Brasil na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964, daquilo a que denomino de Golpe Militar de 1964. Pode ser ele também a metáfora de uma memória de resistência, a expressão de que mesmo sob o peso de uma Ditadura, a memória oficial não se consolidou sem conflitos e resistências na sociedade brasileira.

Muitos acataram a memória dos “vencedores”, a memória que se queria fazer dominante e se fez pelo peso da violência psicológica ou física que se implementou, mas, certamente, tantos outros a rejeitaram e a combateram, muitas vezes, em silêncio, outras tantas, sob a ameaça ou perda da própria liberdade e da vida, o que demonstra não ter sido consumida apenas como uma verdade absoluta.

Mas, é fato, que mesmo antes que se tivesse passado a euforia inicial dos setores conservadores pela “salvação da Pátria” contra o “inimigo vermelho” o comando das Forças Armadas já havia começado a implementar suas ações autoritárias no governo que instalaram no País. Iniciaram estabelecendo o novo papel assumido por eles na gestão política e administrativa da Nação⁵⁴, os novos limites da ação civil e também trataram de construir e impor a “memória gloriosa dos vencedores”.

⁵³ Damário DaCruz foi um poeta baiano (1953-2010) que despontou como membro da geração de artistas surgida nos anos 70. Publicou quatro livros, sendo o mais conhecido o “Todo risco” de 1985. O poema citado faz parte de uma publicação póstuma de poemas do autor. Para mais informações visitar < <http://www.damariodacruz.com.br>. Acesso em 02 fev. 2014.

⁵⁴ De acordo com Nilson Borges (2003), muito antes de 1964, as Forças Armadas já haviam demonstrado sua participação como atores políticos atuantes em momentos de crise institucional no Brasil, como nos eventos da Proclamação da República, em 1889, na “Revolução de 1930” e na deposição de Getúlio Vargas, em 1945.

Acerca desse último aspecto, Daniel Aarão Reis (2004) argumenta que as memórias em torno da “longa noite da ditadura militar”⁵⁵ começaram a ser moldadas imediatamente após a tomada do poder pelos militares. Tratou-se de um investimento abrupto na consecução de uma memória oficial em torno do 31 de março de 1964, um esforço em metamorfosear o sentido dos fatos, de um golpe militar para uma revolução. Segundo ele, as direitas⁵⁶ no poder passaram a cultivar com esmero uma memória “como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção.” (REIS, 2004, p. 39).

A expressão “Revolução Gloriosa em nome do Povo” ou simplesmente “Revolução”, por exemplo, passou a ser utilizada sistematicamente pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução, quando da publicação dos seus consecutivos atos, a começar pelo Ato Institucional nº 1- o AI-1⁵⁷.

Esse instrumento jurídico referia-se ao movimento militar de 31 de março de 64 como uma autêntica revolução cujo apoio inequívoco dos brasileiros era o referendo à ação dos militares, responsáveis agora por conduzir a Nação na conquista dos meios indispensáveis à obra da reconstrução econômica, financeira, política e moral de que tanto se dizia carecer o País. Usada por esses militares como sinônimo para o movimento iniciado em 31 de março de 1964, a expressão serviu ao discurso de posse do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), o primeiro dos Presidentes dessa nova fase ditatorial brasileira.

Em seu juramento, declarou que seria instrumento para a consolidação dos ideais do movimento cívico, não através de um golpe de Estado, mas, segundo ele, por uma Revolução que,

Referendando-se em outros estudos como os realizados por Leonardo Trevisan e Joseph Comblin ele justifica a participação dos militares em outros períodos e eventos mais remotos da história nacional, como no período imperial. Nesse sentido, para ele, o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro possui duas fases distintas: uma antes de 1964, quando “os militares interviam na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar” e, outra, pós-1964, “quando sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), os militares assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política.” (BORGES, 2003, p. 16).

⁵⁵ A expressão foi utilizada por Daniel A. Reis para designar o desfecho da crise institucional iniciada com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, e encerrada com o Golpe Militar de 1964 (REIS, 2004, p. 39).

⁵⁶ A expressão no plural visa demonstrar que se tratava de uma frente heterogênea, um amplo movimento civil que congregava partidos políticos conservadores, setores da Igreja Católica, militares e empresários.

⁵⁷ O autoproclamado Comando Supremo da Revolução, tendo à frente o Gen. do Exército Artur da Costa e Silva, o Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello e o Vice-Alm. Augusto Hamann Rademaker Grunewald, expediu o Ato Institucional nº 1 no dia 9 de abril de 1964 dispondo sobre as modificações à Constituição de 1946, Constituições estaduais e respectivas Emendas. Por este Ato ficou definido, entre outras coisas, que a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República seria realizada pela maioria dos membros do Congresso, que o Congresso teria o prazo de 30 dias para apreciar projetos de lei enviados pelo Presidente da República, passado o prazo seria considerado aprovado e, este, teria o poder de decretar o estado de sítio. Enfim, ao invés de restabelecer a “legalidade”, os militares evocaram para si o poder Executivo, diminuindo, conseqüentemente, o poder do Legislativo e do Judiciário.

[...] nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. Convicções e concepções que nos vêm do passado e deveremos transmitir aprimoradas às gerações futuras.⁵⁸

Nesta perspectiva, o jornal Folha do Norte⁵⁹ como o principal canal de informação de setores conservadores da sociedade de Feira de Santana também atuou como veículo para a consolidação da “Revolução de 31 de março de 1964” e de sua memória. Já, em 11 de abril de 1964, ao anunciar as grandes homenagens que a capital do Estado faria “às Gloriosas Fôrças Armadas, que, mais uma vez, souberam lutar contra os traidores da Pátria” (FOLHA DO NORTE, 1964, p.1), faz divulgar, também, o convite supostamente apartidário e enviado pela comissão organizadora da Marcha de Feira de Santana, esta, liderada por ditas “senhoras distintas” e pelo colunista social da própria Folha do Norte, Eme Portugal.

O convite para “a grande festa da Fé e do Civismo, [...], da luta pela Democracia e pela Fé, contra a traição vermelha” era destinado, nomeadamente, ao comércio, aos trabalhadores, estudantes, colégios, integrantes do Lions e do Rotary Clube, das Filarmônicas e aos sacerdotes de todas as igrejas da cidade e dividia espaço na diagramação do Jornal com o Ato Institucional nº 1, emitido dias antes, e também, com discursos que incitavam a população a denunciar “todos os segredos dos comunistas desta cidade [...] para uma completa operação de limpeza no Município.” (FOLHA DO NORTE, 1964, p.1).

A edição do dia 23 de abril, pós-realização da Marcha na cidade, destacou na primeira página uma matéria em que seus redatores se gabavam do sucesso do evento, exaltando-o como tendo sido “a maior demonstração de fé e patriotismo da história de Feira de Santana.” (FOLHA DO NORTE, 1964, p. 1).

De acordo com a publicação, entre as mais de trinta mil pessoas que se fizeram presentes ao evento encontravam-se representantes das Forças Armadas, da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa do Estado (Deputado Áureo Filho), da Igreja Católica e de Evangélicas, professores, a exemplo, de Laura Pires Folly, diretora do Colégio Estadual de Feira de Santana,

⁵⁸ Discurso de posse do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em 11 de abril de 1964. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>>. Acesso em 03 mar. 2014.

⁵⁹ Jornal local fundado em 1909, sendo o mais antigo em circulação em Feira de Santana. A opção em fazer o levantamento do que era noticiado em Feira de Santana no pós-Golpe tomando como fonte o Jornal Folha do Norte justifica-se no fato de ter sido este o maior jornal em circulação na cidade naquele período e, também, por manter-se preservada uma ampla seriação do mesmo. A referida fonte documental encontra-se amplamente digitalizada e acessível ao público através do Museu Casa do Sertão pertencente à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

além de estudantes que desfilaram acompanhados das bandas marciais de suas respectivas escolas.

Especificamente sobre a participação de estudantes no evento o jornal fez questão de enfatizar nominalmente os estabelecimentos escolares que teriam acenado positivamente ao convite da comissão organizadora da Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia em Feira de Santana. No grupo estariam os alunos do Ginásio Municipal, do Ginásio Estadual, do Colégio Santanópolis e do Instituto de Educação Gastão Guimarães.

Perguntei aos ex-alunos entrevistados sobre onde se encontravam no imediato pós-Golpe, se recordavam do que se falava no ambiente familiar ou escolar sobre o acontecimento, ou ainda, sobre sua possível participação na citada Marcha em Feira de Santana ou em suas respectivas cidades de origem, questões que poderiam me indicar caminhos para compreensão das experiências vividas ou dos processos por eles testemunhados no pós-1964 na Cidade de Feira de Santana.

Sobre uma possível participação na Marcha ou em outro evento em comemoração ao Golpe Militar em Feira de Santana, a ex-aluna Tania⁶⁰, que fez o curso de formação de professores, o Colegial Normal, no IEGG nos anos de 1971 a 1973, mostrando-se hesitante quanto à possibilidade de lembrança do acontecimento e dessa fase de sua vida, afirmou:

Nesse tempo eu estava ainda no curso primário[...] era aluna da Escola Professor Leonídio Rocha, lá na Maçonaria e, eu não me lembro de muita coisa não, na certa eu tinha uns oito ou nove anos. Não[...] em 1964 eu tinha era 10, se eu sou de 54! E eu não me lembro da escola ter feito nenhum comentário, nenhuma passeata, desfile, não! Nunca aconteceu, não! Não tenho a menor lembrança. Não tenho mesmo! (Ex-aluna Tânia).

Seguindo a mesma linha de negação da possibilidade do lembrar, mas, tecendo um maior detalhamento em sua narrativa, característica que me remeteu ao escrito de Maurice

⁶⁰ Tânia nasceu em 1954 no distrito de São Vicente, zona rural de Feira de Santana, mas, desde os primeiros anos da infância veio com mais cinco irmãos e os pais, uma “dona do lar” e um negociante de fumo, morar na sede do município de Feira de Santana. Aqui, deu os primeiros passos na vida estudantil, iniciada na Escola Leonídio Rocha, onde fez até o antigo 5º Ano primário. Depois, presta exame de admissão e ingressa no Ginásio Municipal, de onde saiu direto para o curso de formação de professora do IEGG. Neste, estudou entre 1971 a 1973. Morava no bairro Caseb e sua experiência de estágio curricular docente foi com uma turma da 3ª série primária na Escola Luís Viana Filho. Em 1976, ingressa no curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais já nas novas instalações da UEFS. Presta concurso para a rede estadual de ensino e retorna ao IEGG, em 1986, para ensinar a disciplina Didática/Met. dos Estudos Sociais no curso de formação de professor, onde permaneceu por 16 anos até a sua aposentadoria. Entrevista realizada em 02 mai. 2014.

Halbwachs (1990) acerca das lembranças da infância⁶¹, a aluna Patrícia⁶² que também fez o curso Colegial Normal no IEGG entre os anos de 1971 a 1973, ao ser perguntada sobre o que se conversava no ambiente familiar naquela conjuntura, respondeu sinalizando para aspectos relacionados à perseguição que se abriu contra alguns de seus familiares, correligionários do prefeito de Feira de Santana, Francisco Pinto⁶³, deposto no imediato pós-Golpe, bem como, para o trato dado à história do tempo presente no ambiente escolar:

Recordar bem, eu não me recordo, não! Mas, na família nós tínhamos duas professoras, duas irmãs professoras e elas eram de oposição política! Eram do partido de Chico Pinto, de Francisco Pinto! Eu me lembro que essas criaturas foram tão perseguidas que se escondiam em casas diferenciadas, porque elas tinham as ideias e elas as colocavam! Elas nunca tiveram medo nem vergonha de se colocar. Elas eram como se fossem minhas tias. Elas eram primas de minha mãe. Eram minhas tias-primas, mas, não eram pessoas velhas, não. Elas deveriam naquele período estar assim antes dos trinta. Elas eram professoras e eram perseguidas e denunciadas sempre pela vizinhança, por pessoas até amigas que não eram do mesmo partido... que naquele tempo era UDN e PSD [...] E elas eram de oposição, eram militantes, eram do lado de Pinto! Isso eu me lembro bem porque meu pai esbravejava lá em casa! Porque meu pai não aceitava isso não! A família delas aceitava. Mas, meu pai, não! Meu pai sempre foi da situação, a vida inteira, mas, nunca denunciou ninguém pelo seguinte: elas eram da família, não é? Apesar dele sempre falar demais, ele nunca denunciou ninguém, não! Agora, é o seguinte, isso naquela época não era uma coisa aberta, não! Porque a criança, a maioria dos jovens, o grosso mesmo, não tinha ligação assim com as questões políticas, não! Na escola agente não via essas coisas. Acontecimentos históricos recentes do país, como o Golpe de 1964, eu não me lembro de ter visto na escola da professora Glícia, em 1964 e 1965, no Colégio Municipal, de 1967 a 1970, muito menos no Gastão quando eu estudei lá (Ex-aluna Patrícia).

⁶¹ De acordo com Halbwachs (1877-1945), as lembranças da infância são influenciadas pelas narrativas que lhes foram sendo contadas pelo seu grupo familiar de forma que “é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu.” (HALBWACHS, 1990, p. 39).

⁶² “Patrícia” nasceu em Feira de Santana em 1955. É a primeira dos 8 filhos de uma dona de casa e de um artesão-comerciante de artigos de montaria. Fez o Primário na escola da professora Glícia, prestou exame de admissão para o ginásio particular São Francisco de Assis, permanecendo, neste, apenas um ano, concluindo no Ginásio Municipal. Entre 1971-1973 fez o secundário em dois Institutos: o 1º e 3º Ano no IEGG e o 2º no Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA), em Salvador. Em 1973, com 18 anos e de volta à Feira, cursando o 3º ano do curso Normal no IEGG, abriu uma sala de aula para atendimento de reforço escolar particular, segundo ela, com imediata aceitação das famílias vizinhas pelo “prestígio e gabarito” (palavras dela) conferido a uma normalista com formação no IEGG. Desde a infância morou na mesma casa do bairro Ponto Central. Seu estágio curricular foi realizado na Escola Odorico Tavares com uma turma de 3ª série primária. Anos depois, cursou Letras Vernáculas na UEFS e ingressou por concurso como professora da rede estadual de ensino, aposentando-se em 2011. Entrevista realizada em 16/11/2013.

⁶³ Assumiu a prefeitura em 1963, ano em que consegue implantar no Município o orçamento participativo, o método educativo Paulo Freire, cria a farmácia popular e o Ginásio Municipal. Teve seu mandato interrompido em maio de 1964 após o Golpe Militar, quando foi cassado, o que não o fez perder a postura combativa em relação ao Regime, compondo o grupo que ficou conhecido como “autênticos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para uma biografia completa de Chico Pinto consultar: BAPTISTA, Ana Teresa. **Chico Pinto: a voz que desafiou os ditadores**. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2012. Para sua atuação na ala oposicionista do MDB ver: NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Continuando sua explicação, Patrícia lembrou de como passou a ter conhecimento da situação política atravessada pelo País,

[...] eu só sabia do que estava se passando no país quando meu pai chegava em casa falando: “fecha, fecha, fecha tudo. Tá na hora de apagar a luz! Apaga a luz! Fecha tudo e vamos dormir. Ninguém pode sair” ou então quando as duas primas de minha mãe e Osmário, um dos irmãos delas, tinham que ficar escondidos lá em casa, às vezes, ficavam dias e a gente não sabia abertamente do porquê. Porque aquilo era assunto de adulto, não era conversa de criança [...] intuitivamente eu sabia que tinha algo errado, não sabia claramente o que era, mas algumas das vezes eu pegava as conversas deles e acabava ligando as coisas intuitivamente. Mas o que eu me lembro assim são passagens vagas...pois não se tinha explicação para criança! Criança não tinha o direito de saber nada, nem na escola! Mesmo porque quando a gente perguntava na escola por que isso? “É porque isso e acabou! Não tá aí no livro? Tem que ser o que está aí no livro!” (Ex-aluna Patrícia).

A referência a pouca idade que tinham nos idos de 1964, nove, dez, onze anos, bem como, à dicotomia existente no ambiente familiar entre “conversa de adulto” e “conversa de criança” atravessou as lembranças de Tania e Patrícia, o que pareceu uma tentativa prévia de justificar possíveis lacunas em suas memórias sobre os fatos relacionados àquele contexto de mudança política.

Os outros cinco entrevistados do grupo de ex-alunos, quando indagados sobre a mesma participação, afirmaram não lembrar-se da Marcha nem de ter recebido a convocação das suas respectivas escolas, muito menos de ter eles participado na condição de acompanhantes de seus familiares, o que pode ser interpretado como um sinal de que o convite só teria sido encaminhado às quatro maiores escolas da cidade, o IEGG, o Ginásio Estadual, o Ginásio Municipal e o Colégio Santanópolis, excluindo os grupos escolares primários e/ou as escolas particulares de pequeno porte de Feira de Santana, como eram as Escolas Leonídio Rocha e a da professora Glícia, como também, evidencia que uma ampla parcela da sociedade não comungou com o Golpe e com a perda de perspectiva que ele impôs para a classe trabalhadora do país.

Assim, os momentos inaugurais da Ditadura só apareceram nas lembranças desses sujeitos de forma esparsa e fugidia, associadas a argumentos de que naquela ocasião eram crianças ou ainda muito jovens e, por isso, não tinham acesso a assuntos políticos, nem mesmo se sentiam à vontade para falar sobre o mesmo. Todos alegaram já ter se passado muito tempo, razão para não se lembrarem do acontecimento nem de conversas familiares sobre o assunto ou mesmo de manifestações ocorridas na cidade, favoráveis ou contrárias ao Golpe de 1964 e a recém-inaugurada Ditadura Militar.

Indo de encontro à possibilidade de esquecimento dos fatos vividos, a ex-aluna Maria da Conceição⁶⁴, que fizera o curso Normal Colegial entre 1968-1970, relatou como membros de sua família receberam a notícia da ação militar contra o governo de João Goulart e as providências tomadas pela Direção da escola em que estudava, no município baiano de Paripiranga, no sentido de apoiar o novo regime.

Olha, [...] meu pai foi favorável ao Golpe e isso influenciou na família. O pai era o patriarca da família, inclusive interferia nas nossas escolhas. Eu me lembro que houve uma manifestação na cidade e os estudantes foram todos convocados, né? E teve o desfile na rua, mas a gente não tinha muita noção do que estava acontecendo, não! (risos). Mas teve isso! Eu me lembro... Teve o desfile e todo mundo ficou na frente da escola, cantou o Hino, hasteou a Bandeira. Eu estudava num grupo escolar chamado Escolas Reunidas Professor Francisco de Paula Abreu e tinha a Delegada Escolar que convocou os alunos. [...] depois disso, eu me lembro de que vivia-se esse civismo, né? Todos os dias, antes de começar a aula, os alunos todos se reuniam no pátio, vinha a Delegada Escolar, escolhia quem ia tirar o Hino, quem ia começar a cantar e aí todo mundo cantava o Hino e se hasteava a Bandeira. Todos os dias! Primeiro ela olhava se todos estavam uniformizados de acordo com as normas da escola, formavam-se as filas, cada professor ficava à frente de sua turma e aí se começava a cantar o Hino (Ex-aluna Maria da Conceição).

O depoimento de Maria da Conceição demonstra como setores da sociedade civil brasileira, àqueles identificados com a Revolução de 1964, a exemplo da Delegada Escolar, contribuíram para a legitimação dos militares no poder, atuando, ao que parece em conformidade com o que assinalou Marco Silva (1995, p. 63) a partir de argumentos extraídos das teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin. Segundo este, os grupos dominantes, enquanto vencedores das lutas sociais em diferentes momentos agregam aos troféus de guerra um monopólio da memória como continuidade, metamorfoseada em vontade geral - da nação ou do povo.

Nesse sentido, quando esses grupos conservadores iniciaram as comemorações nas ruas e em pátios de escolas no imediato pós-Golpe, empreenderam, na verdade, os primeiros passos na construção da memória da sua Revolução. Iniciaram a tarefa de construção do 31 de março de 1964 como um novo marco político nacional, uma data digna de ser festejada e cultivada pelos brasileiros, especialmente, por aqueles em idade escolar, destinatários históricos de

⁶⁴ A ex-aluna Maria da Conceição nasceu em janeiro de 1949, no município de Paripiranga, região norte da Bahia. Em 1967, por decisão de seu pai que buscava garantir um futuro melhor para a família e a continuidade dos estudos dela e dos outros 12 filhos, migram para Feira de Santana. Ainda em 1967, conclui o ginásio no “Municipal” e, em 1968, já empregado no comércio da cidade, inicia o curso Colegial Normal, turno noturno, no IEGG, onde fica até 1970, ano de sua formatura. Outras cinco irmãs também estudaram no IEGG que, naquela época, segundo ela, era a escola mais procurada pelo público feminino. Fez licenciatura curta em Letras na UEFS, entre 1976 e 1977, e concluiu a Licenciatura Plena nos anos seguintes. Foi entrevistada em sua residência, na cidade de Salvador, em 07 de fevereiro de 2014.

normas morais e de valores cívico-patrióticos erguidos visando a homogeneização da identidade e memória nacional.

Memória que era reafirmada a cada sucessão de Presidente da República na Ditadura instalada. Nesses momentos, buscava-se retomar os fatos em torno do 31 de março de 1964, reafirmando-se a memória conservadora. Assim o fez o marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), imediatamente após a votação no Congresso Nacional que o conduziria no ano seguinte ao cargo máximo da Nação. Falou aos membros daquela casa legislativa como um dos promotores da Revolução de 1964 e, mais do que isso, seu discurso pregava a necessidade de continuidade dessa Revolução. Era imperativo para ele, naquele contexto que afirmara ser de apreensões, incertezas e dificuldades, “assegurar-lhes os ideais, para que ela não [fosse] um episódio perdido no curso da nossa História”⁶⁵. Com essas palavras, Costa e Silva, garantia a manutenção dos ideais e valores já implementados por seu antecessor, mas que, precisava ser reforçado continuamente, inclusive pela Junta Militar que, temporariamente, o substituiu no poder.

Com o General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) não foi diferente. Referiu-se ao 31 de março como “a autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento”⁶⁶. Sob a anuência do dito “milagre econômico”, sua primeira mensagem à Nação lida no rádio e na televisão em sete de outubro de 1969, é um claro exemplo da construção de representações em torno daquele evento e da fase vivida pelo país. Segundo o general-presidente, “a Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, restabelecendo a unidade nacional, a democracia e o desenvolvimento econômico e social necessários à consolidação do Brasil grande”⁶⁷.

Por meio de setores da imprensa e órgãos da burocracia estatal essas Mensagens à Nação proferidas pelos consecutivos presidentes militares, assim como as demais propagandas patrióticas formuladas durante o período, iam tendo ampla penetração social. Através de instituições como a Família, a Igreja, a Escola e alguns outros lugares de memória (NORA, 1993), a exemplo do Museu Mariano Procópio, em Minas Gerais, se propagavam os ideais, valores e memória da “Revolução de 1964”.

⁶⁵ Discurso de Artur da Costa e Silva proferido perante o Congresso Nacional, em 3 de outubro de 1966, depois de ter sido eleito Presidente da República. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/costa-silva/discursos-1/1966-1/01.pdf/download>>. Acesso: em 03 mar. 2014.

⁶⁶ Trecho da Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici, proferida em 07 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1969/01.pdf/view>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

⁶⁷ Trecho da Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici, proferida em 07 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/discursos-1/1969/01.pdf/view>>. Acesso: em 03 mar. 2014.

Ainda que consideremos terem existido exceções no seio dessas instituições, os setores militares e civis ligados ou favoráveis ao movimento militar conseguiram proclamar a memória e valores de sua Revolução com muita eficiência, o que garantiu a sua expansão rápida pelo País. Um dos exemplos dessa inculcação da memória dos “vencedores” se deu com as práticas educativas e comemorativas realizadas pelo Museu Histórico Mariano Procópio, situado em Juiz de Fora⁶⁸, estudadas por Carina Martins Costa.

Segundo a pesquisadora, a partir do segundo aniversário da “Revolução Gloriosa de 1964”, o Museu, sob a gestão de Geralda Armand, uma militante da Campanha da Mulher Democrata- CAMDE⁶⁹, empreendeu uma intensa campanha de celebração e difusão de heróis, valores e práticas relacionadas ao militarismo e ao civismo, consagrando a “Revolução democrática de 1964” e seu patrono mais ilustre, o general Olympio Mourão Filho.

Ainda para ela, um dos marcos emblemáticos da afirmação da memória da Revolução através do Museu foi a doação realizada pelo próprio general Mourão Filho do fardão militar que trajava no dia 31 de março. Outras doações foram feitas pelo mesmo militar, como uma espada de ouro e várias condecorações, e foram realizadas, também, exposições de fotos, cartazes e objetos sobre, “o que acabou por legitimar o Museu Mariano Procópio como um lugar de memória de tal movimento.” (COSTA, 2013, p.70).

Nas escolas essa memória da “revolução gloriosa” também teve ressonância e tentou se consolidar fazendo uso das mais diversas estratégias.

No Instituto de Educação Gastão Guimarães a recomendação feita pela Coordenação Pedagógica do Departamento de Estudos Sociais aos professores de História, Geografia, EMC e OSPB⁷⁰ era a de que estes em suas aulas deveriam “chamar atenção para dois dias do ano: o 31 de março - dia da Revolução, e, o 19 de novembro, dia da Bandeira”, não grafados no quadro de feriados e dias santificados do Calendário Escolar para o ano letivo de 1971, o que demonstra

⁶⁸ Cidade de onde partiram as tropas da 4ª Região Militar, comandadas pelo general Olympio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro a fim de efetivar a tomada do poder através da força militar.

⁶⁹ A CAMDE foi uma entidade feminina de São Paulo, criada no ano de 1962, com o objetivo de lutar contra a infiltração comunista no Brasil, atuando supostamente em defesa da democracia. De acordo com Ediane Santana (2009) que estudou a ação de organizações de mulheres no período que antecedeu ao Golpe de 1964 na Bahia uma articulação institucionalizada entre as organizações baianas com esse movimento nacional só ocorreu no pós-Golpe através da mobilização desenvolvida pela Deputada Estadual Ana Oliveira, do Partido Libertador (PL), que, após o sucesso da manifestação paulista, em 19 de março de 1964, passa a “empenhar-se em conclamar as baianas para se integrarem a esta mobilização nacional.” (SANTANA, 2009, p. 23).

⁷⁰ A recomendação estava escrita de próprio punho no Calendário Letivo de 1971, que foi encontrado na pasta de Atas, Anotações, Planos de Curso, Exercícios e Cópias de provas pertencente ao Departamento de Estudos Sociais do IEGG, mas de posse da ex-professora e ex-Coordenadora do Departamento, Clara. Naquele calendário, manuscrito à caneta e no verso da folha, como se fosse um lembrete a ser dado aos professores do Departamento ao qual coordenara, encontrava-se as datas referidas: o 31 de março e o 19 de dezembro.

a imposição e manutenção da memória dos “vencedores” no processo de formação educacional dos “bons cidadãos”, neste caso, os futuros professores primários.

Essa memória exaltadora dos militares como atores indispensáveis à manutenção da ordem social e avanço econômico do país se tornou ainda mais evidente no IEGG depois da abertura de Inquérito Policial Militar (IPM)⁷¹ contra uma de suas integrantes, a professora Yara Maria Cunha Pires⁷², ocorrida em 1968.

Esse acontecimento instalou o medo entre os sujeitos do IEGG. Viram nele o exemplo maior de que ir de encontro à Ditadura e a memória oficial resultaria no que ocorreu com a colega de trabalho Yara, que acabou condenada a uma prisão de sete meses. Portanto, este, configurou-se um acontecimento balizador de novos comportamentos, sociabilidades e, não menos, de novos saberes e práticas para o ensino de História no espaço escolar do IEGG, dado as evidências nas memórias de depoentes do quadro de ex-professores da escola.

Essa tentativa de manter a memória oficial incólume se fez de diversas formas no IEGG. No ensino de História, em sua prática de sala de aula, por exemplo, professores descreveram viver intimidados em sua liberdade de expressão, como se houvesse um certo modo de investimento político e detalhado do corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 134), uma espécie de “panóptico”, onde os sujeitos se autovigiavam, como se estivessem vivendo um processo de naturalização do controle dos seus corpos e, não menos, de seus saberes e práticas.

Sobre isso, uma das professoras de História do IEGG, a professora Clara⁷³, que atuou na escola a partir do ano letivo de 1968, quando indagada sobre a relação professor-professor e

⁷¹ O Termo de Perguntas ao Indiciado constante no Auto de Qualificação e de Interrogatório de Yara Maria Cunha Pires exposto ao público por ocasião da Audiência do Grupo de Trabalho da Comissão Estadual da Verdade de Feira de Santana, realizada em 30 de outubro de 2013, no auditório do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Feira de Santana apresenta como alegação para a abertura do IPM o “incitamento dos estudantes do IEGG em manifestações estudantis” por ocasião dos movimentos de protesto contra a lei orgânica do ensino secundário. Nesta, o principal ponto de discordância de parte de professores, pais e alunos em relação a esta lei que se pretendia instituir no âmbito do estado da Bahia era a cobrança de anuidade em seus colégios secundaristas públicos.

⁷² A professora Yara foi transferida de uma unidade escolar de Salvador para o IEGG em 1968. No final do mesmo ano foi aberto o IPM. Em 1971 ocorre o seu afastamento temporário da escola para cumprimento da sentença. No retorno, voltou à escola e para a Faculdade de Educação, onde também dava aulas. Instituída a FUFES e a UEFS manteve-se como professora. Em 1987, através de eleição direta, a primeira realizada, torna-se Reitora da Universidade Estadual de Feira de Santana, a primeira mulher a exercer o cargo, no qual permaneceu até março/1991. Hoje, é professora aposentada do Departamento de Educação da UEFS.

⁷³ A professora Clara nasceu em 13 de novembro de 1941 numa fazenda localizada em Traribe, na época, município de Santo Amaro, hoje pertencente a Amélia Rodrigues. Declarou com orgulho ter tido como sua primeira professora, Laura Ribeiro Lopes, formanda da primeira turma da Escola Normal de Feira de Santana, em 1930. Segundo ela, ainda no primário, apaixonou-se pela História, pois, uma das professoras que assistira ao desfile do 4º Centenário da fundação da cidade do Salvador, em 1950, narrou sobre o desfile visto e sobre a história da Bahia e isso aguçou a sua imaginação e paixão pela História. Já morando em Feira de Santana, estudou na Escola Normal e também, no Colégio Santanópolis, onde concluiu o curso pedagógico no turno noturno, quando já encontrava-se casada. Começou a atuar no IEGG em 1968 onde permaneceu até a década de 1990. Cursou História na Faculdade Católica de Salvador e fez Mestrado em Sociologia na UFBA.

professor-governo militar, mudou completamente o seu tom de voz, como se quisesse manifestar um verdadeiro horror ao vivido:

Vivíamos uma relação camuflada. Nós não falávamos nada, nada! Ninguém comentava na-da! Se você comentasse uma coisa aqui de algo que você não estava gostando, a colega lhe olhava assim, fazia um jeito assim que era para você não continuar a falar. Nós vivíamos minha filha, amedrontados, nós não tínhamos direito de falar nada, nada! (Ex-Professora Clara).⁷⁴

Essa vigilância de uns sobre outros⁷⁵, a tentativa de disciplinarização do saber histórico e das ideias que podiam ou não ser expressas no contexto escolar e, especialmente, no ensino de História, também atuou fazendo disseminar o espectro do medo de que em cada sala de aula do IEGG possuía um militar-espião.

A professora Clara continuou assinalando que a vigilância existia, mas continuava sendo uma prática sutil na escola. Relembrou que num dado ano da década de 70, enquanto dava uma aula sobre a Revolução de 1930 ouviu um ruído de gravador na sala. Dizendo sentir-se incomodada, mas sem deixar transparecer nervosismo com a situação, virou para a turma e perguntou se havia ali alguém gravando a sua voz, “quando toda a turma, de uma só vez, olhou para uma das alunas [...] que se defendeu, rapidamente, afirmando gravar a aula apenas para uso como referência para seu estudo em casa.”⁷⁶

Todavia, para a Professora Clara, apesar de estar trabalhando um conteúdo pedagógico que não fazia referência à situação política vivida pelo país, o que poderia estar em jogo era uma dimensão policialesca por parte da aluna. Como explicitado no conteúdo da sua fala:

[...] como eu havia dito na aula anterior que explicaria o assunto a Revolução de 1930, provavelmente, ela achou que eu fosse fazer um paralelo com a Revolução de 1964. Já estávamos na 4ª unidade e terminávamos o ano letivo trabalhando a Revolução de 1930 ou, no máximo a 2ª Guerra Mundial. Por que ela só gravou a aula em que eu ia tratar da Revolução de 1930? Certamente, ela achou que eu fosse estabelecer comparações e ela não teria outra oportunidade de gravar a minha forma de explicar o assunto (Ex-professora Clara).

Apesar do conteúdo “A Revolução de 64” não aparecer como parte integrante do Plano de Curso da disciplina História no IEGG, a professora insistiu afirmando que o que existiu em

⁷⁴ Trecho da fala da professora Clara obtida em entrevista realizada em 12 de novembro de 2013.

⁷⁵ Segundo Germano (2011, p. 64) o conceito de Segurança Nacional a partir da Constituição de 1967 sofre um deslocamento: de uma “defesa contra agressões externas e à preservação das fronteiras territoriais” para a defesa contra o “inimigo interno” do Estado. Essa noção de inimigo interno, segundo ele, ligava-se à de “guerra revolucionária” que significava uma internalização, em cada país, de uma estratégia do comunismo internacional para conquistar o mundo. Assim, pela Constituição de 1967 a defesa da Segurança Nacional não cabia apenas às Forças Armadas, mas também a toda pessoa natural ou jurídica, daí a motivação para cada indivíduo atuar como um vigia, um iminente informante de atividades consideradas suspeitas pelo Estado.

⁷⁶ Trecho da fala da ex-professora Clara obtido em entrevista realizada em 12 de novembro de 2013.

sua sala de aula foi uma tentativa de “espionagem”, uma tentativa de flagrá-la posicionando-se sobre os acontecimentos políticos de março de 1964, pois “a aluna era filha de alguém grande do 35º BI”, Batalhão do Exército instalado em Feira de Santana, que, segundo ela, “atuava severamente, fazendo intervenções nas instituições escolares, buscando punir infrações disciplinares de professores e alunos, os atos de subversão, como eles chamavam.” (Ex-Professora Clara).

De acordo com ela, o IEGG já era uma escola visada por se encontrar instalada no centro da cidade e pelo seu passado como Escola Normal, tornando-se ainda mais visada depois que a colega Yara foi convocada para responder a Inquérito Policial-Militar (IPM)⁷⁷. Daí a professora Clara acreditar que também sofreu espionagem, fato que seguiu relatando assim:

Eu sempre achei que isso foi espionagem, comentei com algumas de minhas colegas na sala dos professores, mas não comentei com a Direção da escola, pois, assim chamaria muita atenção para mim e eu não queria que isso acontecesse. Eu poderia até ter pego aquela fita, mas, como eu não estava falando nada demais, como eu sabia o que falava em sala, eu não tava [sic] fazendo nenhum paralelo com 64, eu apenas estava falando da Revolução de 30, então, deixei pra lá (Ex-Professora Clara).⁷⁸

Sua argumentação sobre a existência de uma possível vigilância no espaço da escola e da aula de História sustenta seu receio manifesto no trato de determinados assuntos em sala, sobretudo, os ligados àquela conjuntura ditatorial e, mais precisamente, à sua problematização e questionamento.

O fato de a professora Clara afirmar “eu não estava falando nada demais” ou “eu sabia o que falava em sala” é indicativo do quanto os saberes veiculados em sua aula de História tiveram que se moldar à memória oficial que se fazia impositiva através de mecanismos explícitos ou sutis de vigilância, o que por sua vez, atuava intimidando não apenas a sua prática docente, pois, outros professores de História utilizaram o mesmo discurso de que sabiam o que falavam em sala e no espaço da escola.

O relato da professora Consuelo, que lecionou durante vinte e cinco anos no IEGG, de 1971 a 1996, também confirma a existência de um quadro de vigilância e mesmo de intervenção conservadora sobre os saberes e práticas dos professores de História, sobretudo, com os

⁷⁷ Em sua tese de Doutorado, Ana Maria Fontes dos Santos (2011, p. 278) trouxe um depoimento da ex-professora do IEGG, Yara Maria Cunha Pires, ela que respondeu a um IPM entre 1969 a 1971, sendo condenada e presa por sete meses durante o ano de 1971, depoimento que nos pareceu muito revelador da ação de pessoas ligadas ao Exército (35º BI) nas dependências do IEGG. Reproduzo o trecho: “[...] no final de 1968, não, início de 1969, [...] eu estava no Gastão Guimarães, dando aula à noite [...] quando fui parada por um rapaz com fardamento militar, que era estudante do Gastão e que me entregou uma correspondência, aí quando eu abri a correspondência meu primeiro choque, eu estava sendo convocada para prestar depoimento no 35º Batalhão de Infantaria.”

⁷⁸ Entrevista realizada em 12 de novembro de 2013.

“novatos”, ou seja, os professores recém-contratados pela escola, muitos dos quais, segundo ela, temiam trabalhar com a disciplina História, porque:

[...] era uma disciplina muito visada, diziam até que tinha pessoas do Exército lá dentro da nossa sala de aula. Eu nunca vi ninguém, mas a sensação é que tinha gente à paisana e por isso era uma disciplina muito visada [...] eu mesma recebia algumas orientações “olhe cuidado com o que você fala em sala de aula, cuidado com o que você diz”. A aula tinha que seguir aquilo que constava no livro, que era justamente pra não fugir do programado (Ex-Professora Consuelo).

Embora a tentativa de esquivar-se da problematização de temas sociopolíticos da época não tenha sido uma prática exclusiva de professores de História, ou ainda, esta não representasse a única possibilidade de atuação dos profissionais de História da escola, o que se pôde observar a partir das lembranças docentes é que a memória que foi edificada sobre a “Revolução Gloriosa” somada às práticas de intimidação e controle implementadas pelo Estado ditatorial⁷⁹ e por agentes civis em nome da Ditadura tenham sido determinantes para o silenciamento de outras tantas memórias possíveis. Dessa forma, colocar-se como um questionador da memória oficial seria como dar um passo em falso, bater de frente com o regime de exceção e sofrer as punições, como a que a professora Yara Maria Cunha Pires, caso mais próximo a eles, sofreu.

Aliás, o caso da prisão da professora Yara Cunha foi um caso retomado por quase todos os ex-professores entrevistados, ainda que a ação de rememoração destes sujeitos, mediada pelo presente, trouxessem algumas informações desconhecidas acerca da real motivação para a abertura do Inquérito Policial Militar, de sua condenação e prisão.

Entretanto, estas são divergências que não diminuem a importância do evento para sujeitos da cultura escolar do IEGG, especialmente, para aqueles que disseram priorizar “trabalhar com um conteúdo que dizia respeito às experiências das pessoas no tempo, com ideias e não com números e seres inanimados”⁸⁰, daí ainda provocar indignação relembrar o trato que fora dado pela Ditadura a alguém tão próximo a eles.

⁷⁹ O decreto-lei 477/69, por exemplo, foi uma forma encontrada pelo Estado ditatorial brasileiro para submeter os sujeitos da escola, principalmente, professores e alunos, ao seu projeto disciplinador. Ao instituir punições (dispensas, demissões, cancelamento ou proibição de matrícula) para quem ousasse propor ou participar de eventos não-autorizados, confeccionasse ou mantivesse sobre o seu poder material considerado subversivo ou mesmo utilizasse o espaço da escola “para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”, conforme expresso no parágrafo VI do Artigo 1º. A elaboração de uma nova legislação educacional configura uma outra possibilidade de controle, agora dos saberes que deveriam ser ensinados nas escolas de 1º e 2º graus através das novas disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil ou Estudos Sociais. Para ter acesso ao decreto-lei 477/69 visite: A <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126092/decreto-lei-477-69>.

⁸⁰ Dóris nasceu em Salvador, em 9 de julho de 1934. Chega ao IEGG em 1968, transferida do Colégio Manoel Devoto, em Salvador, onde já atuava por quase uma década. A pedido do Diretor do IEGG, Dival Pitombo, assume a Coordenação Pedagógica Geral, função, segundo ela, até então inexistente, e que passa a ocupar por dois anos consecutivos. Paralelamente, dava aulas de Francês no Colégio Estadual. Formada em Letras Neolatinas pela Faculdade Católica de Salvador, onde iniciou intensa atividade de militância estudantil associada à experiência

De forma espontânea ou estimulada por perguntas a eles feitas, alguns dos ex-professores e ex-alunos do IEGG, passaram a explicar sobre os acontecimentos que motivaram o inquérito contra a colega de trabalho e sobre o medo que se impôs na escola após a sua prisão. A professora Clara, por exemplo, antes que eu pudesse concluir a pergunta sobre a existência de algum caso de afastamento de professor ou aluno por motivo de natureza política, atravessou a minha fala, dizendo:

Aconteceu com Yara! Foi com Yara! Ela foi falar alguma coisa sobre a Lei Orgânica com os alunos, criticou a Lei, algo nessa linha. Aí minha filha, ela acabou sendo chamada pelo Exército. Ela foi presa, passou um ano presa, se afastou da escola. Isso deve ter sido entre 1969 e 1971, eu já fazia faculdade em Salvador [...]. Eu tive vontade de visitá-la, mas ela pediu que não fosse muita gente pra não chamar, talvez, atenção para a figura dela, né? (Ex-Professora Clara).

Já a professora Leda⁸¹ que chegou ao IEGG no final da década de 1970, ou seja, não se encontrava na escola no transcurso do IPM contra a professora Yara, se colocou a partir do que ficara sabendo ao chegar ao IEGG:

Logo que cheguei no IEGG soube do caso de uma professora chamada Yara. Soube por alguns colegas que eram daqui e já estavam há mais tempo na escola. Quando a gente chega está “verde”, não sabe ainda de nada, não é? [...]. E eu soube não foi em conversa de corredor, não. Eu lembro que foi numa dessas reuniões de planejamento, não sabe? Nessa época me comentaram que ela tinha sido presa porque falou demais. Como eu gostava de me pronunciar (risos) [...]. Eu sei que logo no início eu soube, parece que vieram me contar como um alerta, naquela época eu senti assim, sabe? (Ex-professora Leda).

Entre os alunos, também, foram feitas referências ao ocorrido diretamente com a professora Yara e, indiretamente com a professora Neuza Berman Estrela, esposa do professor “Estrela” lotado no Colégio Estadual de Feira de Santana, arrolado no mesmo IPM e preso no mesmo período que a professora Yara Cunha. A ex-aluna Flora⁸², por exemplo, lembrou que

com a Juventude Católica, que a instruiu nos princípios do “Ver, Julgar e Agir”, utilizados, segundo ela, em sua atuação junto ao alunado do IEGG e das demais escolas em que atuou. Com a instalação da FUFES e, depois, da UEFS, ela, assim como outros professores da escola, passa a compor os quadros funcionais dessa instituição de ensino superior, onde aposenta-se. Declaração proferida pela professora Dóris em entrevista realizada em 30 de novembro de 2013.

⁸¹ Leda é natural de Muritiba, onde estudou até o Ginásio. Seguiu para Salvador onde fez o ensino Médio e Superior, iniciado em 1971 na Universidade Federal da Bahia. Fez Licenciatura em Pedagogia com habilitação para Administração. Chega em Feira de Santana, em 1976, para trabalhar na Universidade Estadual de Feira de Santana, onde conheceu o ex-Diretor do IEGG, Dival Pitombo, para quem pediu um emprego de professora, que escreve um bilhete para a atual Diretora Escolar, Josenita Ney Boaventura, que imediatamente, a emprega. Chega no IEGG em 1977 e inicia ensinando Psicologia, EMC e Didática, de onde só se afasta em 2009.

⁸² A aluna Flora, nasceu em Bonfim de Feira, em 8 de fevereiro de 1936. Desde 1938 a família se estabeleceu em Feira de Santana. Filha de pai agricultor e uma dona de casa. Estudou na Escola Maria Quitéria e João Florêncio durante o primário. Fez o ginásio na Escola Normal/ Ginásio Estadual. Depois de uma passagem pelo Rio de Janeiro, em 1964, volta para Feira de Santana. Já casada e com dois filhos volta a estudar e ingressa no IEGG em 1970, permanecendo até 1972. Desde esse período é moradora do Ponto Central, mesmo bairro onde está localizada

em 1971, quando fazia o 2º ano do Curso Colegial Normal no IEGG, o “clima” na escola não era bom em razão dessas prisões. Ela relatou como os estudantes tiveram conhecimento dessas prisões de professores:

Naquela época se estava vivendo os reflexos do movimento de 64. Tinha professoras da turma, professoras nossas, que foram presas. Aliás, tinha uma professora da escola que foi presa, a professora de Psicologia, e tinha a pró Neuza, que o marido dela é que foi preso e ficou em Salvador também. Ela, na época, era minha professora, e ela ficou assim muito nervosa, falava muito sobre a prisão do marido com agente, ela ficou muito abatida com toda a situação e passava essa angústia pra gente. Eu me lembro que até eu me formar esse professor, marido dela, continuava preso. Mas, a professora Yara, foi dessa época também, e para nós alunos, também não foi fácil, não! Nós sentimos por eles, porque eram bons professores, professores que tinham bons ensinamentos e a turma sentiu por isso (Ex-aluna Flora).

As falas corroboraram com o entendimento de que a abertura do IPM contra a professora Yara interferiu no cotidiano e cultura escolar do IEGG, “machucou nossas emoções e o trabalho que nós costumávamos desenvolver”, conforme afirmou a Ex-Professora e Coordenadora Pedagógica Dóris⁸³. Em seu depoimento Dóris assinalou ainda que a abertura do Inquérito foi devido à participação da colega Yara em uma Feira de Ciências realizada no Colégio Estadual de Feira de Santana, no ano letivo de 1968, época em que a depoente atuava tanto como Coordenadora no IEGG quanto como professora do Colégio Estadual de Feira de Santana, tendo sido ela uma das responsáveis pelo convite à professora para participação no referido evento escolar. Assim ela contextualizou os fatos anteriores à abertura do IPM contra a colega de trabalho:

No Gastão, eu sempre trabalhei sem fugir dos meus princípios e, por conta disso, muitas vezes, eu era vista por alguns colegas como alguém que tinha princípios comunistas, entendeu? Mas alguns colegas nossos, nessa época, foram prejudicados por conta da nossa atuação. Eu não imaginava nem que era uma atuação terrorista nem nada, mas para quem estava no Regime qualquer expressão que você tivesse que não fosse de acordo com o que estava determinado, você era subversivo, era o nome que dava, né? Assim como eu, outros colegas também eram vistos por alguns como subversivos, porque a gente tinha um trabalho social muito bom com os alunos e em 68 se eu não estou esquecida, houve uma Feira de Ciências imensa, muito grande no Colégio Estadual [...] a professora Yara Cunha era do Gastão e o professor Estrela era do Estadual, eu era das duas escolas, e era um grupo grande, fizemos uma Feira de Ciências muito boa e, na verdade, a gente estimulou os alunos a fazer trabalhos sociais e isso realmente deve ter despertado naquele pessoal muito fechado do Regime alguma insinuação, alguma estimulação aos alunos e a consequência é que logo depois, os citados colegas sofreram as consequências disso porque eles foram denunciados por pessoas da cidade, da escola, [...] e eles acabaram presos, né? [...] e

a escola. Fez o estágio curricular na Escola Assis Chateaubriand com uma turma de 4ª série. No final da década de 1970 ingressa como professora da rede estadual de ensino. As fotos de seu álbum de formatura, que também pertence ao Arquivo do fotógrafo Antônio Ferreira de Magalhães, foram gentilmente, cedidas e autorizadas para compor este trabalho. Entrevista realizada em 16 de maio 2013.

⁸³ Entrevista realizada no dia 30 de novembro de 2013.

nessa ocasião eu estava grávida perto pra ter a criança, talvez por isso eles devem ter me poupado, acredito, né? [...] mas foi difícil, não foi fácil não! (Ex-Coordenadora Dóris).

Já a professora Aparecida⁸⁴ afirmou que a motivação daquela prisão esteve relacionada a um episódio ocorrido nas imediações do IEGG em que a professora Yara havia congregado ao seu redor um número considerável de alunos da escola e, na tentativa de ser melhor ouvida, decidiu subir num banco ou carro, o que foi interpretado pelos informantes da Ditadura como incitação à mobilização estudantil, versão relatada, com algumas poucas alterações por outros professores entrevistados. A professora Aparecida explicou os fatos da seguinte maneira:

[...] acho que ela subiu foi num caminhão, alguns desses carros que estavam de frente pro Colégio para aconselhar os alunos a irem pra casa, porque estava uma movimentação muito grande nas ruas depois da edição do AI-5, em 1968, uma manifestação política [...] parecia que ia ser intensa e as aulas foram suspensas, e ela subiu na verdade pra esclarecer algo para os alunos, [...] alguém viu a professora subir num palanque desses lá [...] num caminhão, num carro, não sei [...] e imaginou que ela estivesse conclamando o alunado para fazer revolução [...] terrorismo. (Ex-Professora Aparecida)

Relatando os fatos ocorridos em torno de sua condenação e prisão na audiência pública da Comissão Estadual da Verdade- Grupo de Trabalho de Feira de Santana, realizada em 18 de março de 2014, a professora Yara Maria Cunha Pires esclareceu a suposta motivação da sua prisão e, especialmente, sobre como era sua atuação política junto aos alunos do IEGG. Assim pronunciou-se:

[...] eu nunca, em nenhum momento da minha vida de professora, eu deixei de falar aos meus alunos o que eu pensava, tanto que eu paguei mais por delito de opinião, porque a nossa ação era muito restrita, [...] eu acho que nossa ação em Feira era muito restrita. O que nós fazíamos mesmo era falar com os alunos. Os meus eram no Instituto de Educação Gastão Guimarães, “Estrela” e “Juvenal” no Colégio Estadual [...]. Nós não nos furtávamos e nós emitíamos nossas opiniões, sempre, sempre. Eu me lembro que a movimentação maior, que foi a que mais apareceu no Processo, que foi aquela movimentação que os estudantes fizeram contra a Lei Orgânica do Estado, né? [...]. O que havia de mais grave na Lei, contra a qual nós nos opúnhamos, era a retirada da gratuidade para o ensino de 2º Grau, o Ensino Médio, que aliás voltou a ter essa denominação, hoje, não é? Então o que se previa na Lei era a não obrigatoriedade do Estado, desobrigar o Estado do Ensino Médio, e contra isto foi o que mais nós nos manifestamos, não é? Eu era muito impulsiva mesmo, eu tinha 24 anos quando eu

⁸⁴ Aparecida nasceu em 1931, no município de Tanquinho, tendo migrado para Feira de Santana para concretização do estudo secundário na Escola Normal Rural de Feira de Santana. Em 1951 é nomeada pelo Governador do estado como estagiária na cidade de Riachão do Jacuípe. Em 1966, inicia no IEGG como professora primária contratada. No ano de 1969 afasta-se da escola para participar de curso de capacitação docente promovido pelo Ministério da Educação realizado no estado de Minas Gerais. Na década de 1970, visando qualificar-se para o exercício docente no ginásio presta a seleção para a CADES, sendo promovida. Posteriormente, faz o curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e, anos depois, a Plena, o que a permitiu assumir em anos letivos posteriores a disciplina Didática/Metodologia dos Estudos Sociais. Encerra sua trajetória docente no próprio IEGG na década de 1980. Aparecida foi entrevistada em 23 de janeiro de 2014 em sua residência na cidade de Feira de Santana.

voltei para Feira e comecei a trabalhar no Instituto de Educação Gastão Guimarães e, afinal, acabamos ganhando, não é, porque não aprovou isso na Lei Orgânica. E o resto era opinião mesmo contra a Ditadura, não é?

A opção político-pedagógica da professora, interpretada naquele contexto de Ditadura e nos dias de hoje por alguns de seus ex-colegas de trabalho como uma opção docente ousada, permite pensar nas possibilidades, mas também, nos limites do enfrentamento da Ditadura na cultura escolar do IEGG, ainda que o exemplo aludido não faça referência específica a um (a) professor (a) de História da escola.

De certo, independente da disciplina ministrada pelo professor, o que pôde ser observado no conjunto das falas dos depoentes é que os acontecimentos em torno da abertura do IPM e prisão da professora Yara Cunha, único registrado na escola nos vinte e um anos em que perdurou a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), funcionaram como um exemplo do que não deveria ser copiado pelos demais sujeitos do IEGG.

A exposição do tormento moral e físico sofrido pela professora edificou o medo no coletivo dos sujeitos do IEGG. Expunha a ocorrência concreta de um “pente fino” da Ditadura Militar na escola, que existiam os tais espiões infiltrados entre eles⁸⁵. A internalização do discurso do medo justificou a desconfiança e vigilância de uns sobre outros, a disciplinarização de seus comportamentos no espaço da sala de aula e fora deste, a valorização de alguns saberes e práticas em detrimento de outras, a recorrência à memória oficial sistematicamente construída e reafirmada nos 21 anos em que durou a ditadura dos militares, tempo também de suas experiências na docência e aprendizagem dos saberes históricos no IEGG.

O receio e a dificuldade enfrentada por alguns deles em falar hoje, sobre as vivências, os saberes e as práticas desenvolvidas na escola num passado de Ditadura, aponta para uma necessidade de quase “apagamento” do vivido. Em meio às falas foi comum aos professores nomearem o acontecimento como a Revolução de 64. Um ou outro talvez, hoje, reticente a essa vertente interpretativa ao discorrer sobre a conjuntura ditatorial vivida, fez uso das mãos como que quisesse sinalizar a necessidade do uso do sinal de aspas ou, ainda, como o fez a ex-Coordenadora Pedagógica Geral do IEGG, a professora Dóris, utilizou-se da expressão “aquilo lá que eles chamavam de Revolução”, demonstrando a relatividade do significado do termo.

Há casos, entretanto, em que essa percepção ocorreu de forma mais sutil, mas, não menos clara, como no depoimento da professora Marinélia⁸⁶, quando ela contrapôs duas possibilidades

⁸⁵ No mesmo depoimento à Comissão Estadual da Verdade, a professora Yara Maria Cunha Pires informou que entre os seus delatores estavam dois professores da Escola, um civil e um militar reformado.

⁸⁶ A professora é natural de Coração de Maria e nasceu em 12 de julho de 1944. Mudou-se para Feira de Santana, em 1963, quando fez o 1º ano pedagógico no IEGG, e os dois anos seguintes, no Colégio Santanópolis. Em 1966,

de relação dos sujeitos da escola com o regime militar que vinha se instituindo no Brasil, demarcando as posições assumidas por ela e por outros colegas de profissão e de escola. Nessa perspectiva, é singular o que ela nos informa:

[...] Veja bem, em 66 [1966], quando eu cheguei na escola já vivia-se no militarismo. Contra ele não se podia medir força. Mas, mesmo assim, lá teve gente que não aceitou. Teve um grupo de professores, mesmo, que chegou de Salvador pra trabalhar com a gente por volta de 1968, [...], teve gente desse grupo que acabou preso pelo Regime. Mas, o que eu sei é que eu nunca tive problema! Quem andava correto nunca teve problema com a Ditadura! Ela passou despercebida em meu cotidiano. Não mudou nada! No meu trabalho não alterou nada, de jeito nenhum [...]. Eu dava minhas aulas tranquilamente. Eu não me preocupei com isso não, nunca me preocupei com isso! (Ex-Professora Marinélia)⁸⁷.

Em sua fala se observa a definição de uma região de fronteira entre suas concepções e as de alguns outros professores, definidos genericamente, como “o grupo que chegou no IEGG em 1968”, do qual, é bom lembrar, era proveniente a professora Yara Cunha.

Ao estabelecer essa dicotomia do eu que “andava correto”, que nunca teve problema com a Ditadura, que dava aula tranquilamente, que “não se preocupou com a Ditadura”; e outro, “que não aceitou” o novo Regime, que por isso “acabou preso”, a professora Marinélia evidencia ora sua impotência diante de algo que lhe parecia intransponível e por isso “não podia medir força”, ora demonstra sua concordância com as práticas e postulados estabelecidos a partir do que ela chamou de Revolução de 1964.

Sua experiência familiar, escolar, política e aquelas vividas no IEGG, como a da rápida ascensão profissional experimentada entre 1966-1972, quando assumiu além do cargo de professora de História, a função de Coordenadora do Departamento de Estudos Sociais e, posteriormente, a de Assistente do Diretor Geral do IEGG, certamente, moldaram suas concepções políticas, pedagógicas e históricas, determinando o lugar de sua fala no presente.

As concepções expressas em seu depoimento sugerem algumas possíveis repercussões nos saberes e práticas do ensino de História assumidas por ela. Num contexto em que todos se encontravam sob a tutela do Estado autoritário, e não menos a professora Marinélia, é certa que a tendência era para a reiteração das características correntemente manifestas pelo ensino de História, como a visão épica e fatalista dos eventos, avessa a análises, interpretações e conflitos de perspectivas. Esse tipo de interpretação da história contribuiu naquela conjuntura, decerto,

ingressa como professora contratada no IEGG, assumindo a disciplina História da Bahia, nos turnos vespertino e noturno. Fez o concurso público para professor, em 1968, na gestão do Secretário Estadual de Educação, Luís Augusto F. Navarro de Brito (1967-1969), quando torna-se professora efetiva do IEGG. Entre 1973-1976 fez Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Salvador, período em que se transfere do IEGG para uma outra escola da cidade, assumindo o cargo de diretora na mesma.

⁸⁷ Entrevista realizada em 16 de maio de 2014.

para a veiculação da memória dominante e silenciamento de outras tantas memórias, operação que não se processou, é bem verdade, sem resistências, mas, sim, num contexto de batalhas por memória.

4.2 EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR: O ENSINO DE HISTÓRIA DESENVOLVIDO NA CULTURA ESCOLAR DO IEGG

No contexto de Ditadura Militar, a Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional⁸⁸ implementada pelos militares concebeu a Educação como um elemento essencial para alavancar o crescimento econômico do País. Essa visão da educação como capital humano⁸⁹, da educação como fator de desenvolvimento passou a ser disseminada, norteadando as diretrizes governamentais do período.

Aos olhos de militares, empresários e técnicos do Governo, o desenvolvimento científico e tecnológico era uma das metas a ser atingida pela Nação, daí a canalização do investimento do Estado no Ensino Superior, especialmente na área tecnológica, com forte valorização de carreiras acadêmicas ligadas às Engenharias, formando a mão-de-obra mais especializada e necessária à melhoria da infraestrutura, notadamente nos setores da indústria e construção pesada.

Numa segunda frente de ação esteve a reforma do ensino de 1º e 2º graus, consumada com a LDB nº 5692/71⁹⁰. Essas novas diretrizes e bases para a educação passaram a dar ênfase à formação para o trabalho, respondendo, na sua grande maioria, pela profissionalização dos segmentos populares para atuar em postos que exigiam menos especialização e qualificação. Por esta Lei coube ao ensino de 1º e 2º graus enfatizar o preparo vocacional e técnico-profissional em detrimento de uma formação propedêutica, uma educação mais integral. O 2º

⁸⁸ É originária da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida no contexto da Guerra Fria pelos Estados Unidos. Sua principal tese é a da necessidade de uma guerra permanente, ininterrupta e total dos países ocidentais contra o comunismo. No Brasil, através da Escola Superior de Guerra ganhou contornos próprios e aplicáveis ao contexto de Ditadura Militar, transformando-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68.

⁸⁹ Baseou-se na Teoria do Capital Humano, de Theodore Shultz, que postula que o acréscimo de educação, instrução e treinamento da mão de obra potencializa a capacidade de produção, acelerando o crescimento econômico da Nação.

⁹⁰ Diferente da LDB anterior, a LDB 5692/71 teve uma tramitação relâmpago no Congresso, apenas 30 dias, prazo máximo estabelecido para a apreciação de um projeto de lei, em vigor desde a instalação do AI-1/1964. A promulgação dessa Lei, em 11 de agosto de 1971, implicou algumas mudanças na nomenclatura e distribuição da seriação. A divisão até então existente entre as séries do ensino primário e ginasial fora eliminada, passando as oito séries a compor o 1º grau. O exame de admissão que selecionava os alunos aptos a passar do primário para o ginásio também fora eliminado. Já o 2º grau manteve-se composto de três séries, as quais deveriam privilegiar a profissionalização dos estudantes.

grau, em especial, revestiu-se de um caráter funcional e terminal, devendo formar a mão-de-obra necessária à indústria que se desenvolveria para além do eixo Rio-São Paulo.

Essa inversão de foco fincou as bases da Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional na educação de 1º e 2º graus e, ao mesmo tempo, atuou inibindo as possibilidades de reflexão dos estudantes, ao eliminar quase que completamente a formação geral dos currículos de 2º grau, com perdas acentuadas para as disciplinas da área de Ciências Humanas, entre as quais, a Filosofia, a Sociologia, a Geografia e a História.

Foi com esse ideal de “enquadramento” das Ciências Humanas e dos sujeitos que se beneficiariam com seus ensinamentos, que a Filosofia e a Sociologia foram excluídas do currículo do 2º grau. Que a História e a Geografia, no 1º grau, deixaram de ser disciplinas autônomas, transformando-se em Estudos Sociais. Além de tirar-lhes a autonomia, promoveram a redução de seus conteúdos e de sua carga horária tanto no 1º quanto no 2º grau, passando cada aula a ter apenas 50 minutos de duração, o que garantia, em contrapartida, apenas uma abordagem generalizante e superficial do conteúdo a ser ministrado nas escolas. Sobrepujando as primeiras, instituíram como disciplinas obrigatórias a OSPB⁹¹ e a EMC⁹², esta última, ao ser também uma prática de ensino, passou a perpassar todas as demais disciplinas, misturando-se aos demais conteúdos do currículo, principalmente, aos de História (FERREIRA, 2004; NUNES, 1996; FONSECA, 1993).

Em meio às perdas obtidas pelas Ciências Humanas no currículo do 1º e 2º graus é importante situá-las no currículo do curso de formação de professores ofertado pelo IEGG⁹³. Nele, a Filosofia e a Sociologia mudam de abordagem e foram transformadas em Filosofia da Educação e Sociologia Educacional. Já Educação Moral e Cívica (EMC)⁹⁴, esta aparece com força crescente no curso de formação de professores, ou seja, passa a ser ministrada nas três séries do Curso, com uma (1) aula em cada série a partir do ano de 1969, aumentando para duas (2) aulas em cada série a partir do ano de 1971. A disciplina OSPB encontrava-se no currículo desde 1965, com apenas uma (1) aula, que foi ampliada em 1969 para três (3), ministradas apenas no 2º ano do Curso.

⁹¹ Por influência da LDB 4024/61, a disciplina OSPB surge em 1962 como uma das possibilidades de disciplina optativa. Apenas com a LDB 5692/71 ela torna-se obrigatória.

⁹² Instituída pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório como disciplina, e também, como prática educativa.

⁹³ Durante o período investigado esse curso no IEGG recebe a denominação de “Colegial Normal” ou “Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série”, esta última, efetivamente a partir de 1975.

⁹⁴ No mesmo ano, em 1969, o IEGG inclui a disciplina Educação Moral e Cívica no Currículo. Em 04 de outubro de 1971, o Conselho Estadual de Educação aprova através do parecer 116/71 o currículo do Curso “Colegial Normal” com as modificações feitas em obediência ao Decreto 69.065/71, o que permitiu a ampliação da sua carga horária no currículo.

Quanto à disciplina História, de 1965 a 1974, ou seja, num período que compreende as normatizações advindas tanto da LDB 4.024/61 quanto da LDB nº 5692/71, ela apareceu como História do Brasil e da Bahia (de 1965 a 1969) e História do Brasil (de 1970 a 1974) com (3) três aulas semanais ministradas apenas na 1ª série do Curso, cuja duração total era de três anos. A partir de 1975 nota-se uma redução da quantidade de aulas semanais da disciplina, de (3) três para (2) duas aulas e, também, uma mudança em sua nomenclatura, que passou a ser designada apenas de História, o mesmo ocorrendo com a disciplina Geografia.

Essas mudanças oficializadas a partir de 1973 no currículo do Curso Colegial Normal do IEGG, que passa a ser denominado Curso de “Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série”, são devido a sua adequação aos objetivos e à estrutura preconizada pela LDB nº 5.692/71, cristalizadas nas normas do Conselho Federal de Educação, na Resolução nº 70⁹⁵, no Parecer nº 853/71⁹⁶, no Decreto nº 68.065/71⁹⁷ e demais Pareceres emitidos pelo Conselho Estadual de Educação, como o Parecer nº 194/78, de 22 de dezembro de 1978, que fixou a grade curricular do curso de “Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série” oferecido pelo IEGG, com retroatividade ao ano de 1973.

Pelas Atas de Resultados Finais dos Alunos se pôde observar essas modificações implementadas na Grade Curricular do curso de formação de professor ofertado pelo IEGG. Com a introdução em 1965, da disciplina OSPB e, em 1969, de EMC, logo após as suas previsibilidades em Lei, vê-se manifestar a busca da cultura escolar do IEGG em adequar-se à norma, e, não menos, às transformações políticas vividas pelo país com a institucionalização da Ditadura Militar.

Em complementaridade, o Livro de Atas do Departamento de Estudos Sociais (1968-1973) e o Plano de Curso da Disciplina História (1972-1976) atestam que após a aprovação da nova LDB, a de nº 5692/71, os professores do Departamento de Estudos Sociais da escola, entre os quais, os professores de História, passaram a reunir-se em frequência semanal para fazer as alterações curriculares exigidas, bem como, as devidas adaptações no Plano de Ensino da

⁹⁵ A Resolução nº 70, de 28 de agosto do mesmo ano, atualiza a Resolução nº 6/66, de 25 de fevereiro de 1966, que estabelece normas para o currículo do curso normal colegial, buscando integrar num só documento todas as alterações ocorridas. Nela, a disciplina “História do Brasil” é tratada como disciplina obrigatória do ensino normal de 2º ciclo, pelo Sistema Estadual de Ensino, podendo ser ministrada em (1) uma ou (2) duas séries. Segundo o parágrafo 1º do Artigo 2º, o ensino de História e da Geografia do Brasil poderia ser ministrado integrado como “Estudos Sociais”. E a “História do Município” aparecia como uma possibilidade de prática educativa a ser incluída no Currículo das escolas.

⁹⁶ O Parecer nº 853, de 12 de novembro de 1971, do Conselho Federal de Educação fixa o Núcleo-Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º Graus.

⁹⁷ O Decreto 69.065, de 14 de janeiro de 1971, regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País.

disciplina para a 1ª série básica do curso, a única das três séries que se previa o seu ensino. Como resultado, o Projeto de Ensino de História de 1973 passou a incorporar o discurso governamental de que a contribuição a ser dada pela disciplina História deveria ser a de “formar o aluno para uma definição profissional que se fará oportuna nos anos subsequentes.” (Plano de Ensino da Disciplina História- 1973).

Por esse Plano de Ensino, a disciplina História não estava mais obrigada, como nos anos letivos anteriores, a focar com especificidade os conteúdos relacionados a História da Bahia e de Feira de Santana, temáticas que eram prevaletentes nas primeiras séries do 1º grau, nas quais, estes futuros professores iriam atuar após a conclusão do Curso, aspecto que evidencia uma dissonância com o objetivo estabelecido para a disciplina.

Dissonante também era a quantidade de horas-aula, aproximadamente 50 horas/aula por ano, para o ensino de conteúdos que deveriam ministrados na 1ª série básica, “do processo de independência [...] ao Brasil no mundo de hoje.” (Plano de Ensino de História 1973)⁹⁸. Os sujeitos do ensino de História no IEGG ao absorver as normatizações e mudanças operacionalizadas sob a influência da Ditadura Militar instalada no País, garantiu-a no currículo, porém, por meio de uma abordagem superficial e fragmentada de seus conteúdos.

A influência da Ditadura Militar se fez sentir de outras formas no IEGG, no ensino de História ou em atividades educacionais que a ele pudesse estar ligado. A institucionalização da censura, através do Serviço Nacional de Informações (SNI) apresenta outra faceta do controle técnico, burocrático e ideológico sofrido pela cultura escolar.

A divulgação entre professores e alunos do IEGG de Circulares enviadas pela Secretaria de Educação (SEC) e pelo seu Departamento de Ensino de 2º grau (DESG) era uma forma de impor a esses sujeitos aquilo que era consentido ou terminantemente proibido no espaço da escola e de suas salas de aula. A Circular nº 41/73, de 5 de dezembro de 1973, localizada na pasta de ofícios recebido pelo IEGG, por exemplo, solicitava a observância pelo Diretor da seguinte disposição:

Conforme disposição contida no art. 89 do Decreto nº 20.493 de 24.01.46, todas as promoções de caráter cívico ou educacional, cujas características se enquadrem nas áreas onde se aplica a legislação de censura (cinema, teatro, música, etc.) devem ser

⁹⁸ Os conteúdos de História ministrados na 1ª série básica do Curso de “Habilitação para o Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série”, conforme o Plano de Ensino da disciplina elaborado pelos professores, iniciava com aquilo que eles denominavam de “Assunto Central” que era “O processo da Independência”, no qual, se deveria focar desde as características do sistema colonial até os fatores internos e externos que influenciaram no processo da Independência, ou seja, um apanhado histórico do século XVI ao XIX, e encerrava o ano letivo com o “Assunto Central”: “A época de Vargas”, que deveria focar da “Revolução de 1930” até a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, ou seja, até a primeira metade do século XX.

comunicadas, previamente, ao Serviço de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal.

Buscando agir em conformidade com as normas de controle vigentes no país e, tendo chegado a seu conhecimento o conteúdo da citada Circular, o aluno Alberto da Silva Dias⁹⁹, do jornal escolar Inter Colegial, cuja sede funcionava no próprio IEGG, por sua vez, emitiu Ofício endereçado ao Diretor-geral, Dival da Silva Pitombo, pedindo “permissão para a circulação quinzenal do Jornal Estudantil com censura previamente revista”¹⁰⁰ (Pasta de Ofícios recebidos/1973- Arquivo Escolar), para o qual, o Diretor respondeu positivamente.

O mesmo controle passou a ocorrer com as dramatizações teatrais e saraus organizados pelo ex-aluno Valmir, que fez o curso de formação de professores entre os anos de 1971-1973, quando, previamente, teve que apresentar para a Direção escolar falas e cenas montadas com vistas a sua liberação ou interdição, conforme expressou em seu depoimento:

[...] O Dr. Dival sempre abria as portas da escola para as manifestações artísticas e culturais, sempre. Ele gostava demais desse tipo de iniciativa [...]. Por eu ser envolvido em grupos de teatro daqui de Feira, então, ele comprava a ideia, eu arrumava os espetáculos, recitais, saraus com poesia, música e ele deixava eu e meus colegas desenvolverem essas atividades lá na escola. Mas, era o seguinte...ele era cuidadoso, ele inspecionava tudo. Antes, ele queria ver os textos, queria até que eu encenasse trechos que a ele pareciam obscuros ou pudessem trazer problemas para escola e até para mim, pois, tinha a censura e ele era atento para o cumprimento disso aí (Ex-aluno Valmir).

Não obstante o diretor permitir na escola o desenvolvimento de atividades culturais, estava claro que as mesmas teriam que passar pelo crivo da censura interna. Nesse sentido, é singular as palavras de Valmir em seu depoimento acerca da censura na escola:

[...] Na realidade o que Dr. Dival pedia, assim como o José Francisco do Amaral, que era Vice-Diretor durante a época, e que continuou com a professora “Nene” [Josenita Nery Boaventura], o que eles, normalmente pediam era “Eu quero ver”, porque eles tinham uma responsabilidade [...] porque tinha o processo ditatorial implantado, né? Eles estavam ali, querendo ou não eles representavam aquilo, certo? O Dival Pitombo mesmo com toda a visão de mundo [...] ele representava [a Ditadura] sendo o Diretor (Ex-aluno Valmir).

Quando perguntado sobre os temas abordados e quais as disciplinas escolares que solicitavam essas atividades teatrais, Valmir respondeu que sua intervenção teatral independia do espaço escolar do IEGG em razão dele ser integrante de um grupo de teatro da cidade, mas, como era estudante da casa e os professores sabiam de sua ligação com o teatro, solicitavam

⁹⁹ Não se trata de um nome fictício.

¹⁰⁰ Não foram localizados exemplares do Jornal. O Ofício emitido pelo aluno é datado de 17 de abril de 1975. Já o consentimento do Diretor escolar, Dival da Silva Pitombo, foi emitido em 24 de abril de 1975.

dramatizações para determinada matéria. Ilustrou, por exemplo, o pedido feito pela professora de Didática dos Estudos Sociais para as comemorações da Semana da Pátria:

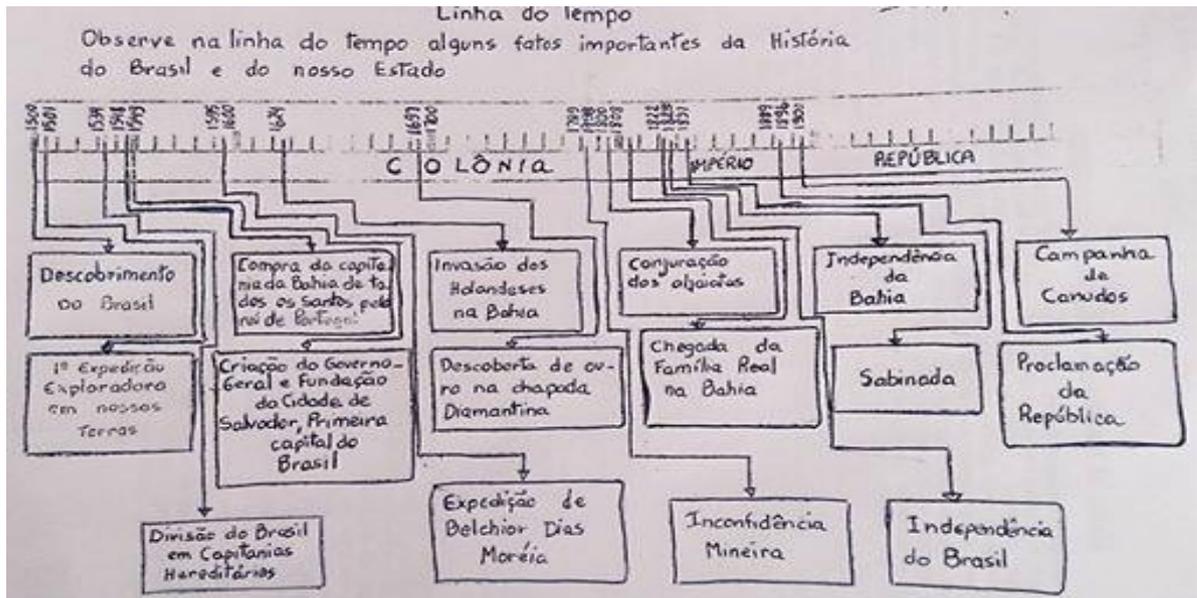
[...] a professora de Didática dos Estudos Sociais pediu que o nosso grupo fizesse uma encenação voltada para o público infantil, pois, segundo ela, era com quem deveríamos nos preocupar [...] era com quem iríamos atuar em sala de aula. Então ela queria que desenvolvêssemos o tema da Independência do Brasil, alguma coisa na linha do “marcha soldado, cabeça de papel...” (risos). [...] Eu tô rindo (risos), mas, tinha que ser assim, minha cara! Porque senão a nota seria zero ao quadrado (risos) (Ex-aluno Valmir).

Ainda como atividade proposta pela professora da disciplina de Didática dos Estudos Sociais aos alunos, futuros professores do magistério de 1º grau da 1ª a 4ª série, a ex-aluna Patrícia nos falou que havia toda a preparação para o momento do estágio, inclusive, com as atividades que deveriam ser desenvolvidas com as crianças durante os quase três meses de estágio. Assim, ela relatou as atividades planejadas:

Todas as disciplinas faziam muitos trabalhos. Aquelos trabalhos básicos de cartazes e mais cartazes [...]. Para os Estudos Sociais era assim “Como está o tempo hoje?”. [...] cartazes que eram mais pra ilustrar e decorar a sala de aula sabe? Muitas capas de provas, com desenhos para colorir. A gente fazia as provas e as capas para colorir, aí tinha de personagens históricos como D. Pedro, Princesa Isabel. Então era muito trabalho manual, porque a gente trabalhava muito com cartolina e desenhos bonitos, atrativos, para os meninos ficarem assim... Achando a sala de aula maravilhosa. Tinha também os cartazes das Datas Comemorativas [...] tinha do Dia da Bandeira, a Independência tinha muitos cartazes, é claro que colocava D. Pedro, colocava todo o vulto histórico. Colocava uma ilustração e uma frase [...] e a frase era uma frase corriqueira: “7 de Setembro: Dia da Independência!”. “Proclamação da República” e vinha lá o Marechal Deodoro, ou então, Caxias que é o Duque de Caxias. Caxias era um vulto muito elevado. E ele era muito bem comemorado. Então a gente fazia a ilustração do Duque de Caxias e uma frase que não tinha nenhum sentido crítico, avaliativo, não! Ele era o Patrono do Exército e ele estava muito bem ali e era isso que importava a gente saber e eles [os alunos] saberem também. Não tinha um aprofundamento histórico, uma análise crítica do momento, não! Até eu sair do Gastão [IEGG], aliás, até a Faculdade não se tinha esse momento crítico, não!

À revelia de um potencial crítico possível ao saber histórico, seus sujeitos no IEGG, professores de História, Metodologia dos Estudos Sociais e os alunos-futuros professores da 1ª a 4ª série do Primário/1º Grau, iam fazendo a opção em manter o lado mais conservador do ensino de História, como demonstraram em suas falas os ex-alunos Valmir e Patrícia, ao reafirmar determinados eventos e agentes sociais, fatos de uma trajetória que se queria fazer crer indissolúvel e harmônica, como no exemplo da linha do tempo elaborada pela professora de História Clara para o ano letivo de 1969 (Figura 6) e distribuída aos alunos do 1º Ano do Curso Colegial Normal.

Figura 6- Linha do Tempo elaborada e utilizada pela Professora Clara



Fonte: Arquivo particular Professora Clara

Na Linha do Tempo esboçada pela professora os fatos históricos tidos como edificadores da Nação aparecem dispostos como uma “marcha para o progresso”, que parte do “Descobrimento do Brasil” à sua “Independência”, da “escravidão” à “liberdade”, da Monarquia para a República. Segue, assim, uma perspectiva etapista (Colônia→Império→República) e linear de episódios político-administrativos temporalmente afastados do sujeito que ensina e daquele que aprende, à semelhança do que propunha a vertente historiográfica positivista para a relação do historiador com o fato histórico investigado.

O esquema põe em evidência como sujeitos da História alguns líderes corajosos da Nação, os “heróis”, cujo principal estereótipo é o do elemento branco, masculino, o chefe político-militar, negando-se a ação dos demais sujeitos envolvidos nos eventos assinalados, os quais são invisibilizados, o que permite legitimar a memória oficial que privilegia o elemento externo descobridor como o principal construtor do que veio a ser o Brasil.

A História da Bahia aparece principalmente em seu passado colonial. A Conjunção dos Alfaiates, a Independência da Bahia e a Campanha de Canudos, esta ocorrida no início do período republicano são contempladas, mas, sem uma relação com os processos mais amplos vividos pelo país, o que tipifica uma interpretação do passado como uma temporalidade isolada em si mesma, desconexa do presente vivido e do coletivo dos sujeitos sociais, demonstrando ainda que o conhecimento factível de ser considerado histórico na sala de aula da professora era aquele que se encontrava distante temporalmente dos sujeitos, afastado no tempo e no espaço de quem tecia as interpretações, cumprindo, assim, o ideal de neutralidade e objetividade

requerido tanto pela concepção historiográfica da qual evidenciou ser adepta quanto do contexto de repressão e censura imposto pela Ditadura Militar então instalada no Brasil.

Sofrendo as interveniências da concepção positivista de História e da Ditadura Militar instalada, os conteúdos ministrados pela professora Clara e pelos demais professores da 1ª série do curso Normal Colegial para o ano letivo de 1973, conforme diagnóstico junto aos Diários de Classe¹⁰¹ e Planos de Ensino, iniciavam pelo processo de Independência do Brasil, percorria todo o século XIX e metade do XX, até o conteúdo Revolução de 1930 ou Segunda Guerra Mundial, como explicou a própria professora Clara em seu depoimento sobre os conteúdos trabalhados em sala:

Eu e Marília sempre planejávamos juntas. E nós sempre seguíamos o planejado [...]. Tínhamos que dar o conteúdo da Secretaria. [...]. Não íamos até a Revolução de 64, não. Nós nunca demos. Nunca! Nós ficávamos só até a Revolução de 1930, mas, podíamos ir até Vargas, falávamos na morte de Vargas, em 54. [...] mas lembro perfeitamente que nós não dávamos sobre a Revolução de 64. (Ex-Professora Clara)

Os Diários de Classe¹⁰² analisados indicam a padronização dos conteúdos conforme os títulos impressos no Programa da disciplina. Em nenhum deles há indícios de que algum dos professores de História do IEGG tenham chegado a trabalhar em suas salas conteúdos relacionados à conjuntura ditatorial por eles vivenciada, o que pode ser explicado pela influência da concepção positivista de História entre muitos profissionais que atuavam com a disciplina naquele contexto, entre os quais, os em exercício no IEGG.

Por esse mapeamento de saberes ensinados na aula de História é possível antever que a prática docente que subjazia tal concepção de História além de afastar-se das problemáticas ligadas ao presente vivida promovia uma dicotomia e afastamento entre o professor e seu aluno. O primeiro, entendido como aquele que sabia e ensinava, enquanto que, o segundo, aquele que deveria aprender escutando atentamente a aula e copiando o conteúdo. Essa prática de ensino atuava afastando qualquer possibilidade de aproximação entre alunos e professor, restando-lhes uma aprendizagem histórica pela cópia e memorização, conforme descreveu a aluna Tânia¹⁰³:

Eu me lembro bem que a professora chegava na sala e ia direto para o quadro-negro, como era chamado, né? Então, se ela fosse dar, por exemplo, uma aula sobre a história de Feira de Santana, ela começava falando das origens, lá da paróquia de São José das Itaporocas, aí ela escrevia tudo sobre aquele distrito, era principalmente ele, porque lá nasceu a heroína Maria Quitéria. No meu período se trabalhava a história de Feira de Santana também. Era Brasil, Bahia e Feira!

¹⁰¹ Não foram encontrados Diários de Classe da disciplina História de anos letivos anteriores a 1973 no Arquivo do IEGG.

¹⁰² No total foram analisados 30 Diários de Classe de anos letivos do período de 1973 a 1978.

¹⁰³ Entrevista realizada em 02 de maio de 2014.

A metodologia era aula expositiva em todas as aulas, ela chegava e falava “aula expositiva”! Então ela colocava todo o conteúdo no quadro e o aluno passava para o caderno e, nas provas, naquela época, fazíamos 7 provas durante o ano, e se cobrava tudo o que o professor tinha dado na sala de aula e a prova dela era assim uma prova subjetiva, de escrever, com várias questões, até um pouco difícil as provas dela. Eram questões difíceis que você precisava decorar, e não podia esquecer nem uma vírgula, viu? Ainda tinha as apostilas, que eram elaboradas por ela e que eram grandes mesmo. Era aquela questão, uma aula expositiva, cansativa, mas, o aluno absorvia e respeitava a autoridade do professor. Aliás, durante todo o ano de 1971, quando eu fiz o meu 1º ano de Magistério e fui aluna da professora “x” de História, ela nunca deixou que a gente olhasse nos olhos dela. Ela só dava aula de óculos escuros e eu nunca vi sequer a cor dos olhos da minha professora de História. Mas, a gente respeitava (Ex-aluna Tânia).

Seguindo a mesma linha, a ex-aluna Fátima¹⁰⁴, que estudou no IEGG entre 1974 e 1976 se expressou:

Olha, eu tive uma professora de História no Gastão [...] uma que trabalhava com Olavo Leonel e essa era a cartilha dela, e tinha que ser tudo do jeito que tava [sic] no livro [...] era assim... até a vírgula de Olavo Leonel tinha que está presente na resposta que você desse. [...]. Ela seguia rigorosamente o que estavam pedindo, do jeito que a Ditadura pedia, da forma que deveria ser feito, aquela forma assim toda metódica (Ex-aluna Fátima).

A estudante Flora, outra depoente, por sua vez, descreveu como era a aula de História do professor Dival Pitombo:

Quando ele chegava, ele ou qualquer outro professor, nós, alunos, levantávamos das nossas carteiras e aguardávamos em pé até que ele nos mandasse sentar. [...] Ele dizia que ia falar sobre isso e abria o livro e mandava a gente abrir também pra eventualmente ler algum trecho ou ver alguma gravura. Mas, ele tinha uma oratória tão maravilhosa, tão boa, que a sala ficava em silêncio profundo, de se ouvir o barulho de uma mosca. Ele, eventualmente, fazia uma anotação no quadro [...]. Agora, o aluno esperto, sabia que aquilo que o professor mais falava, mais enfatizava, era aquilo que ia cair na prova [...]. Eu tinha o caderno de rascunho em que eu anotava tudo [...]. Eu tinha que copiar e anotar rápido o que ele falava [...]. Quando o sinal tocava, [...] a gente levantava pra ele sair da sala (Ex-aluna Flora).

As lembranças de Flora, assim como as de Tânia e Fátima, sinalizam para uma aula de História centrada na exposição oral de conteúdos, na reprodução escrita pelo aluno do que o professor falava ou escrevia no quadro durante a aula e para um tipo de aprendizagem via memorização dos conteúdos do livro adotado ou do texto formulado a partir da fala do professor. Assim que esses ex-alunos do IEGG disseram ter aprendido as datas, eventos e heróis então dignos de serem estudados e ensinados quando estivessem a atuar como professores,

¹⁰⁴ Nasceu em 1958, em Natal- RN. Com oito anos muda-se para Candeias-Bahia. Filha de um militar da Marinha e uma dona de casa. Chega em Feira, em 1967. Faz uma parte do primário na Escola General Osório e o Ginásio no São Francisco e no Municipal. Entre 1974-1976 estuda no IEGG. Moradora a 45 anos do Ponto Central, mesmo bairro onde está localizada a escola. Fez Licenciatura Curta em Estudos Sociais na UEFS. Em meados da década de 1980 torna-se professora do IEGG, de onde se aposenta em 2011.

abordagem que era reforçada pelas disciplinas Didática dos Estudos Sociais e, principalmente, Educação Moral e Cívica na medida em que esta privilegiava temas, tais como, a pátria, a religião e a família, ministrados também sob um viés conservador e por professores considerados de confiança da Diretoria, como nos confidenciou em depoimento a ex-professora Leda¹⁰⁵:

Nesse período ensinar Educação Moral e Cívica [...] não era pra todo mundo não! Você precisava apresentar um Atestado de Ideologia, acho que até o Diretor era pressionado, tá entendendo? Ele deveria era sofrer muita pressão! Na verdade, o professor de EMC parecia que ocupava um cargo de confiança na escola, por isso pra ensinar Moral e Cívica tinha que ter o Atestado de Ideologia, porque aquela disciplina na época serviu muito aos militares, não sabe?

O objetivo geral traçado para a disciplina EMC, elaborado por seus professores¹⁰⁶ e registrado no Plano de Curso da disciplina para o ano letivo de 1971, sintetizava aquilo que se esperava que os professores criteriosamente selecionados para ministrar esta disciplina deveriam desenvolver no estudante, no futuro professor: “que ele adquirisse hábitos morais e cívicos, [...] fazendo-se feliz e útil à comunidade”.

De cunho atitudinal, o objetivo visava a perpetuação de valores morais e sentimentos cívicos nos alunos, e estes, não eram quaisquer alunos. Tratavam-se de sujeitos que se preparavam para o exercício profissional docente, e, por isso, aos olhos do Regime, deveriam ser formados sob um viés conservador para retransmitir os mesmos valores morais e cívicos aprendidos no IEGG, agora, às novas gerações de alunos.

A “Oração pelo Brasil” manuscrita na folha de abertura do Plano de Curso de EMC sintetizava as pretensões da disciplina, sensibilizando os jovens aprendizes de professor para o engajamento na luta pela construção de um Brasil de paz, de ordem e de grandeza, conforme expressam suas frases que associavam valores religiosos aos ideais de moral e civismo:

O’ Deus onipotente, princípio e fim de tôdas as coisas,

¹⁰⁵ Entrevista realizada em 14 de junho de 2013. Quanto à necessidade da entrega de Atestado de Ideologia pelos professores de EMC, encontramos no Arquivo da Escola um modelo de ficha cadastral a ser preenchida pelo candidato a disciplina e uma lista de documentos pessoais que deveriam ser entregues à Direção da escola. Um outro aspecto constatado através dos documentos escolares encontrados foi a ação de controle dos Centros Cívicos sobre os professores de EMC e também de OSPB. A partir da criação da Comissão de Moral e Civismo (COMOCI) na Bahia, através da Portaria 4005/73, os Centros Cívicos passam a ter a incumbência de realizar sondagens em suas respectivas escolas, levantando e monitorando dados sobre os professores destas disciplinas (nome, situação na escola, nível, cadastro, carga horária, curso e número de autorização para lecionar) e sobre os Programas de Ensino das duas disciplinas. (Dados extraídos da Programação do Encontro de Professores Orientadores de Centros Cívicos da Capital e do Interior, realizado entre 24 e 25 de setembro de 1973 e emitido pela SEC e pela COMOCI, arquivado no IEGG).

¹⁰⁶ Alguns dos professores de História da Escola, a depender do ano letivo e da necessidade de complementação de sua carga horária, ministravam também a disciplina EMC.

Infundi em nós, brasileiros,
 O amor ao estudo e ao trabalho,
 Para que façamos da nossa Pátria
 Uma terra de paz, de ordem e de grandeza,
 Velai, Senhor, pelos destinos do Brasil.¹⁰⁷

Hinos, orações, rituais, programas, saberes, práticas de ensino cumpriam uma finalidade específica junto às crianças e jovens estudantes brasileiros. Pelas marcas deixadas nas memórias estudantis dos entrevistados é possível mesmo afirmar que se tratou de um investimento exitoso na formação do “cidadão ideal” almejado pelos setores conservadores da sociedade e pelo Estado ditatorial.

O silêncio momentâneo da ex-aluna Tânia (durante a entrevista), quebrado por seu pedido súbito para cantar o Hino ao Sesquicentenário da Independência do Brasil é representativo da missão “colonizadora” desempenhada por essas disciplinas escolares, sobretudo, num momento em que se desenvolvia no Brasil um apelo propagandístico às vitórias conquistadas no campo econômico devido ao dito milagre econômico, esportivo, com o tricampeonato mundial de futebol (1970) e, em 1972, com o evento histórico comemorativo dos 150 da Independência do Brasil.

Seguiu ela cantando:

Marco extraordinário
 Sesquicentenário da Independência
 Potência de amor e paz
Esse Brasil faz coisas
Que ninguém imagina que faz¹⁰⁸
 É Dom Pedro I
 É Dom Pedro do grito
 Esse grito de glória
 Que a cor da história à vitória nos traz
 Na mistura das raças
 Na esperança que uniu
 No imenso continente
 Nossa gente, Brasil
 Sesquicentenário
 E vamos mais e mais
 Na festa, do amor e da paz...

¹⁰⁷ Oração pelo Brasil, autoria desconhecida.

¹⁰⁸ O trecho em negrito do Hino visa sinalizar que a entonação de voz da depoente amplifica-se alegre e diferenciadamente. Após o cântico Tânia manifestou sua satisfação, afirmando: “Ave-Maria, como era lindo esse Hino do Sesquicentenário! Foi o que mais me marcou! ”. Entrevista realizada em 02/05/2014.

Com sua voz embargada lembrou compassadamente a letra e a melodia tantas vezes vista, ouvida, cantada e repetida, segundo ela, naquele “ano feliz de 1972”, quando tinha dezoito anos de idade e cursava o 2º ano do curso Colegial Normal.

Ao término, visivelmente emocionada, disse ter, por uns minutos, voltado no tempo, a um passado que deixou saudades, “quando as regras eram respeitadas e o espírito patriótico unia o grupo para a realização dos desfiles públicos nos pelotões temáticos com a aclamada participação da banda marcial do Gastão Guimarães”. Naquele ano, participara do Pelotão das Bandeiras (Figura 7) função desejada e disputada pelas alunas, pois, de acordo com ela,

[...] era um orgulho que tínhamos de estar posicionadas entre os primeiros pelotões e usar àquelas luvas brancas para segurar as Bandeiras. Além disso, era uma atitude de grande responsabilidade pegar a Bandeira no dia anterior e levar para nossa casa. Não podia sujar, amassar. Tínhamos todo o cuidado com elas e com o nosso fardamento, que tinha que estar impecável, as pregas da saia bem passadinhas, a blusa branca com gravata preta, sapato preto bem lustrado, brilhando como espelho e meias brancas alvinhas. Era nosso maior orgulho naquela época (Ex-aluna Tânia).

Figura 7- Grupo de alunas do Pelotão das Bandeiras na concentração para o Desfile do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)



Fonte: Álbum pessoal da ex-aluna “Flora” – A autoria do Fotógrafo Antônio Ferreira de Magalhães.

O Hino do Sesquicentenário da Independência que fora ensaiado repetidas vezes nas aulas de História, EMC e Educação Musical com o objetivo de ser memorizado e apresentado com orgulho em desfile cívico pelas ruas de Feira de Santana ficou gravado na memória da aluna, que o cantou até o fim, demonstrando que ainda nutre o sentimento de amor à Pátria, de respeito à ordem e à disciplina, herança da formação educacional escolar obtida no início da

década de 1970, durante a Ditadura Militar, quando o ufanismo posto em prática no IEGG era exaltado, por exemplo, através do culto à Bandeira.

O Pelotão das Bandeiras, grupo de alunos que participavam de eventos cívicos segurando Bandeiras representativas da Nação (Figura 7), era representativo dessa prática no IEGG. Ano após ano esse era o pelotão responsável em abrir a participação da escola nos desfiles cívicos pelo aniversário de Independência da Pátria. Como portador de um dos principais símbolos da Nação, a Bandeira Nacional, para o pelotão se escolhiam à dedo seus integrantes. Nele, segundo a ex-aluna Patrícia, “só participavam as alunas de destaque na escola. [...] destaque pelo comportamento estudantil ilibado, mas, também pela beleza física das meninas. Esse pelotão era o primeiro a desfilar e era algo como o “cartão-postal” da escola.” (Ex-aluna Patrícia).

Já a ex-aluna Flora, que na fotografia acima (Figura 7) está trajando o fardamento do estágio docente para o ano letivo de 1972, calça e guarda-pó, relembrou do empenho geral dos alunos do Colegial Normal do IEGG em participar desses eventos cívicos e ainda da obrigação em “saber de cor” os Hinos “para representar bem a escola nos desfiles”. Segundo ela, ensaiava-se nas aulas de Educação Musical além de músicas infantis, “o Hino Nacional, o Hino à Feira, o Hino à Bandeira, todos esses hinos [...] era obrigado saber [...] isso me marcou muito.” (Ex-aluna Flora).

Patrícia, por sua vez, fez referência aos preparativos dispensados pela escola aos desfiles pela Independência do Brasil, momentos que, de acordo com ela, os alunos eram meros figurantes, mas, desejavam estar ali:

[...] nós fazíamos um papel de meros figurantes [...]. Eles [os professores] diziam assim: “A classe tal vai fazer isso... A classe tal aquilo”. Por exemplo, o professor de Educação Física, ele passava quase que o ano inteiro com o desfile militar [...]. Como o Gastão [IEGG] era enorme, [...], o professor fazia o ensaio do desfile de 7 de setembro lá mesmo [...]. Já vinha escolhido lá de dentro pelos professores quem é que ia carregar tais e tais bandeiras, no Pavilhão das Bandeiras, a menina que ia fazer a baliza. E todo mundo desejava estar ali, mesmo como figurantes, porque todo mundo queria se aparecer para a sociedade, porque quer queira quer não, nesses dias de desfiles, pobres e ricos e intelectuais estavam ali pra assistir [...]. E a gente desfilava quase como um militar. O militar desfilava com aquela perna lá em cima, a gente, não! A gente tinha o cuidado para a perna não ir até lá em cima. Eu me lembro até hoje do jogo de perna e de braço que se tinha que fazer no ritmo da batida da banda, porque a banda era marcial. E tinha até técnica caso se errasse o passo [...]. Mas, os Hinos, não se podia errar. Nos fundos dos cadernos tinha impresso os hinos. [...] E aí o professor das outras disciplinas se aproveitavam desses cadernos, pois, a gente tinha que ter por obrigação eles memorizados. E ainda tem um detalhe, faltando uma semana para o desfile, os últimos horários eram suspensos e todos os professores acompanhavam a gente nos ensaios que eram feitos na rua, parava a rua! (Ex-aluna Patrícia).

Em instituições escolares os símbolos patrióticos, tal qual a Bandeira e o Hino Nacional, foram proclamados com a ajuda dos Centros Cívicos, substitutos oficiais dos antigos grêmios estudantis. O do IEGG, por exemplo, ora denominado Grêmio Escolar Dival Pitombo ora Centro Cívico Osvaldo Requião, organizava e desenvolvia atividades, pelo menos uma vez na semana de hasteamento da Bandeira Nacional, canto do Hino Nacional, do Hino à Feira e, a partir de 1977, também do Hino ao Gastão Guimarães¹⁰⁹ ensaiados regularmente pela professora de Educação Musical, que os musicavam com o piano da escola.

Esses momentos da rotina escolar eram consagradores dos valores, símbolos e rituais cultuados pelos militares, oportunidades em que se reunia o corpo diretivo, docente e discente em torno de um repertório de normas, saberes e práticas que implicava numa parte dos saberes e práticas do ensino de História desenvolvidos pelo IEGG naquela conjuntura. Era em meio a essa cultura escolar, permeada de normas, valores e práticas, que os alunos do curso Colegial Normal se faziam professores.

**Figura 8-Solenidade de Hasteamento da Bandeira
no IEGG - ano 1976**



Fonte: Acervo da Ex-Professora Clara.

¹⁰⁹O Hino ao Gastão Guimarães de autoria de seu Ex-Diretor Dival da Silva Pitombo e musicado por Anacleto Carvalho foi escrito em homenagem ao cinquentenário da escola ocorrido em 1977. Cópia encontrada no Arquivo do Instituto de Educação Gastão Guimarães.

A fotografia acima (Figura 8), extraída do álbum pertencente à ex-professora de História Clara, capturou um desses momentos destinados ao hasteamento de Bandeiras e cânticos patrióticos organizados pelo Centro Cívico Osvaldo Requião e por membros da Direção escolar. Como mensagem produtora de sentido sobre um passado vivido por sujeitos do IEGG, esse texto imagético permite ao observador do presente interpretações e a construção de múltiplos significados sobre o que o mesmo representa.

Nesse sentido, a fotografia feita por um aluno a pedido da professora Clara nos apresenta uma prática cívico-patriótica rotineiramente realizada no interior das escolas brasileiras durante o período ditatorial, o hasteamento da Bandeira Nacional. A especificidade para o caso do IEGG é que a fotografia visou demarcar também o primeiro dos atos cívicos escolares em que a ex-Vice-Diretora Josenita Nery Boaventura, mais conhecida como “Pró Nene”, participa na condição de Diretora Escolar, o que, certamente, justificou a realização da fotografia, visto não se ter encontrado outras da mesma temática no Arquivo Escolar e nem entre as fotografias pertencentes aos ex-professores e ex-alunos entrevistados para esta pesquisa.

Na fotografia de 1976, professora Josenita Nery Boaventura ocupa uma posição de destaque, hasteando, no centro do grupo, o principal símbolo nacional, a Bandeira do Brasil. Além dela, todos os professores aparecem em posição de sentido, manifestando, por um lado, o respeito ao ato cívico escolar e, por outro, o exemplo ao qual os alunos que se encontravam à frente deles, deveriam visualizar e apropriar-se.

Apesar da fotografia não registrar a presença do corpo discente nesse ato em específico, foi possível concluir pelas falas dos entrevistados que, professores e alunos, encontravam-se subordinados ao controle exercido pela instância burocrática da escola, que atuava garantindo a participação senão de todos, ao menos, da grande maioria dos integrantes da cultura escolar.

De acordo com o que foi lembrado pela própria professora Clara estes atos cívicos ocorriam às segundas-feiras no turno matutino, marcando o início de uma nova semana letiva. Nestes momentos se impunha, mais ainda, uma postura de sobriedade entre os integrantes da Direção, do professorado e do segmento estudantil, aspecto observável na posição ereta de seus corpos e, em certa medida, pela indumentária trajada e evidenciada por meio da fotografia citada anteriormente. As ex-alunas Kátia, Tânia e Patrícia, por sua vez, lembraram-se que nos minutos que antecediam a essas solenidades existia uma fiscalização rigorosa por parte de professores e funcionários quanto ao uso correto do fardamento escolar, com a observância de aspectos como a higienização, o tamanho das saias e presença de acessórios considerados inapropriados pela escola, a exemplo de brincos grandes.

Quanto à participação de professores em atividades ou eventos cívicos realizados extramuros, como nos desfiles comemorativos à Independência do Brasil, observamos opiniões divergentes entre eles quanto a esta obrigatoriedade.

A professora Perpétua¹¹⁰, que estudou entre 1955 a 1960 na Escola Normal e tornou-se professora do IEGG no ano 1965, ou seja, esteve inserida na cultura escolar do IEGG por duas décadas, ainda que tenha se ausentado para estudos durante alguns desses anos, relatou que desde quando era aluna da escola e durante todo o tempo em que esteve vinculada à mesma como professora e supervisora (1965-1978), o IEGG tinha uma tradição forte em realizar ou participar de eventos cívico-patrióticos na cidade e fora dela, não lembrando-se de ter sido pressionada ou obrigada a participar desses eventos pela escola no contexto da Ditadura Militar. Para ela:

Nós, professores éramos responsáveis em acompanhar os alunos. Não era uma coisa obrigatória, no sentido da intimidação das pessoas, não. [...]. Os professores geralmente participavam porque gostavam do evento também. A cidade não tinha grandes opções de lazer, não! As pessoas iam, mesmo porque, não era apenas um acontecimento da escola, mas, sim, da sociedade feirense. O Dr. Dival não tinha isso de obrigar, não! Mas, a gente se sentia na responsabilidade, entende? Havia o convite para todos participarem e como era uma data cívica agente tava lá presente. Agora nem todos iam. Mais a maior parte comparecia e eu não via ninguém reclamar, não! (Ex-Professora Perpétua).

Já a professora Consuelo, que lecionou ao mesmo tempo a disciplina escolar EMC e História, e ainda possuía parentesco com um integrante da Diretoria Escolar, afirmou que era uma obrigação participar desses eventos cívico-patrióticos intra e extraescolares, mais do que isso “Era uma obediência. Era uma questão de obediência”.

Deixadas de lado as divergências, é fato, que professores não ficavam de fora das convocações realizadas pela Direção, conforme demonstraram as atas do Conselho de Série do turno matutino dos anos letivos de 1970 e 1971. Nelas, ficaram registradas as convocações feitas pelo Diretor-geral para as comemorações do Dia Sete de Setembro, pedido que foi lido e reforçado com apelos por uma das Vice-diretoras da escola para que os professores

¹¹⁰ Nasceu no município de Tanquinho em 1938. Começou sua vida estudantil em sua própria casa com professoras particulares. Em 1955, muda-se para Feira de Santana e começa a estudar no Ginásio da Escola Normal. Em 1960, forma-se no curso pedagógico da mesma escola. Em 1961, é nomeada professora em Tanquinho e em 1965 é transferida para a escola de Aplicação do IEGG. Também em 1966, faz o curso Pós-Secundário no ICEIA, onde se especializa em Supervisão e Administração Escolar, voltando como Supervisora e Professora do IEGG. Através de uma parceria MEC-USAID faz curso de Supervisão Escolar em Belo Horizonte entre 1968-1969. Em 1970 inicia o curso de Estudos Sociais na FUFs. Na UCSal fez o curso de Pedagogia. Na PUC-Rio, em cinco anos da década de 1970 fez Mestrado em Planejamento do Sistema Educacional e desde 1978 ficou à disposição da UEFS, onde aposentou-se pelo Departamento de Educação. Entrevista realizada com a professora Perpétua em 08 de outubro de 2013. Ela atuou como professora de Metodologia dos Estudos Sociais e como Supervisora de Ensino do IEGG. Nessa fala ela coloca-se como Supervisora de Ensino.

comparecessem ao colégio para prestigiar as festividades cívicas, devendo também acompanhar o Desfile, pedido ressaltado, ainda, por discursos de professores que se referiam, enfaticamente, à “importância do exemplo que o professor deve dar ao aluno” em tais ocasiões (ATA DE CONSELHO DE SÉRIE, 1970, 1971- ARQUIVO DO IEGG).

Através da Figura 9, uma fotografia pertencente ao álbum da ex-aluna Flora, mas, um registro feito pelo fotógrafo Antônio de Magalhães, se pode observar a presença de professores e demais segmentos da cultura escolar num desses eventos cívicos extraescolares. Nela, num primeiro plano e ao centro, vestidos de terno escuro, aparecem o Vice-Diretor, José Francisco do Amaral e o Diretor Geral do IEGG, Dival Pitombo. Nas extremidades, representantes do quadro pedagógico e docente do IEGG. Atrás destes, um segundo grupo de professores e, ainda mais ao fundo, os alunos em pelotões. Ao estabelecer esse enquadramento, o autor do texto imagético evidencia uma hierarquia presente nesses desfiles e o lugar que cada segmento social e escolar ocupava em meio à marcha cívica.

Figura 9-Comitiva do IEGG no Desfile do Sesquicentenário da Independência do Brasil - 1972



Fonte: Álbum de Formatura da Ex-aluna Flora. A autoria: Antônio Magalhães

Em relação à participação dos alunos nesses desfiles cívicos, esta era nitidamente obrigatória, conforme demonstrou a Portaria datada de 03 de setembro de 1971, escrita em nome do Diretor do IEGG e assinada pela Vice-diretora Waldyra Menezes Guimarães Mendes.

A portaria convocava os alunos da escola “para a Parada Militar do dia 7 de setembro”, sob pena de suspensão, caso a portaria fosse desobedecida. Além de estipular o horário em que

os alunos deveriam estar presentes na escola para “responder à chamada”, a Portaria assinalava que eles deveriam apresentar-se com o uniforme oficial da escola, com sapato da educação física para os alunos da Escola de Aplicação, e, no caso das professorandas, “deveriam estar fardadas com o uniforme do estágio e sapato vulcabras”.

Perguntada sobre a sua participação nesses desfiles, à aluna Kátia¹¹¹, visivelmente emocionada respondeu:

Ah... como eu participei! Eram lindos. Eram lindos os desfiles. Todos os professores saiam na frente, todos, todos, até os de Salvador vinham para o desfile. [...] existiam muitos ensaios [...] era com o professor de Educação Física, entendeu? E a Banda era Marcial [...]. Quem ensaiava a banda era Rossini e Roque. Ah...Era lindo, era lindo!

A participação dos alunos em atividades escolares e, em outras, nem sempre eram planejadas pelas instâncias burocráticas ou pedagógicas da escola; muitas vezes, partiam de instituições externas a ela. Nesses momentos, professores e alunos, aparecem apenas e tão somente, como executores de atividades que lhes vinham prontas, logo, apareciam esses sujeitos como “meros figurantes”, usando-me da expressão utilizada, anteriormente, pela ex-aluna Patrícia.

Essas atividades eram planejadas por instituições como o Exército, através do 35º BI ou pela Delegacia Escolar de Feira de Santana, representante local da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Na documentação escolar analisada não faltaram evidências dessas práticas que ao mesmo tempo em que interviam na cultura escolar, ajudavam-na em sua construção e na consecução de um ensino de História construído sob um conteúdo político, conservador e perpetuador da memória oficial forjada pelos militares no poder, mas, também por civis identificados com a Ditadura.

Uma primeira evidência que demonstra essa ingerência de instituições externas à escola nas atividades que envolviam a construção da aprendizagem histórica é o do pedido encaminhado¹¹² pelo Tenente Coronel Epitácio Motta Delgado, Comandante do 35º BI, para que fosse disponibilizada “uma representação de 20 alunos para as solenidades levadas a efeito no próximo dia 31, por ocasião do aniversário da REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964”. Estes alunos, ao tempo em que eram usados como figurantes de um espetáculo cujo

¹¹¹ A aluna nasceu em julho de 1947, na cidade de Conceição do Coité. Filha de um Inspetor de ensino e uma dona de casa. Mudou-se para Feira de Santana em 1959 objetivando fazer o exame de admissão. Passa a estudar no ginásio estadual, ainda ligado à Escola Normal. Entre 1966-1968 estudou no curso Colegial Normal do IEGG. Ao mesmo tempo, fazia o curso “Científico” no Colégio Santo Antônio, instituição privada da cidade. Fez o curso de licenciatura curta em ciências na Faculdade de Educação e, já em 1971, começa a lecionar no IEGG através de contrato tempo, onde se aposentou como professora.

¹¹²Ofício Circular de nº 04/RP, datado de 5 de março de 1971.

protagonista era o exército brasileiro, tornavam-se também o público-alvo das mensagens ali processadas visando a preservação da memória institucional do Exército e da história disseminada a partir do movimento de 1964, baliza temporal pleiteada por esta instituição militar como digna de ser comemorada pelos brasileiros.

Em 1973, com a mesma intenção de reafirmar a memória do “movimento revolucionário de 1964”, o IEGG recebe o enxerto de uma árvore acompanhado de um ofício¹¹³ da Delegada Escolar de Feira de Santana, cuja mensagem à Direção iniciava-se com a frase escrita em caixa alta: “PARTICIPE CONSTRUINDO: PLANTE UMA ÁRVORE E VOCÊ ESTARÁ AJUDANDO A CONSTRUIR E TRANSFORMAR O SEU PAÍS”. Neste caso, o gesto de plantar a árvore, certamente, extrapola o discurso ecológico, invadindo a instância simbólica para disseminar entre a juventude estudantil a ideia de que cabia a cada brasileiro a tarefa de construir e manter o “Brasil-grande”, por isso, os sujeitos da escola deveriam, conforme descrito no ofício encaminhado pela Delegada escolar, “engajar-se na transformação por que passa o País”, afinal, vivia-se os ditos anos do Milagre Econômico em que se propalava a crença de que este era o país do futuro, inclusive, “a propaganda oficial prometia que até o ano 2000 o Brasil seria elevado a categoria de **Grande Potência Mundial.**” (HABERT, 1996, p. 7. Grifo do autor).

Pude observar analisando essa documentação, o esforço do Exército Brasileiro, por meio do 35º BI, em exaltar o seu papel para o desenvolvimento do Brasil, bem como, suas iniciativas visando instituir novos heróis¹¹⁴ ou ainda em cultuar outros já consolidados na memória republicana brasileira, prática que tinha como fim a legitimação tanto do papel assumido pelas Forças Armadas nos destinos da Nação quanto da memória construída pelos agentes da recém instalada Ditadura. Foi, portanto, com essa intencionalidade que se promoveu nas dependências do IEGG a palestra “A participação do Exército no desenvolvimento nacional”, proferida pelo próprio comandante do 35º BI, no ano de 1971.

Neste mesmo ano, o Batalhão encaminhou dois editais de concursos voltados para o público estudantil. O primeiro intitulado Concurso “Serviço Militar/71” possuía o tema “Tiradentes e o ideal de liberdade no Brasil”, já o segundo, denominado “Concurso Literário sobre a personalidade de Luiz Alves de Lima e Silva”, tinha como tema a ser desenvolvido, “CAXIAS, o Pacificador”.

¹¹³ Ofício Delegacia Escolar de Feira de Santana, 26 de março 1973.

¹¹⁴ José Murilo de Carvalho no livro “A formação das almas” afirmou que os “heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.” (CARVALHO, 1990, p. 55).

O primeiro concurso, de acordo com suas Instruções Reguladoras, objetivava, em particular, focalizar aspectos da vida de Tiradentes, exaltar sua atitude na defesa dos interesses da Pátria e, por fim:

Proporcionar à mocidade estudantil uma oportunidade para familiarizar-se com os princípios que inspiram e regem a legislação relativa ao Serviço Militar e tornam imperativa sua aplicação no quadro da segurança Nacional com profundos reflexos na garantia da ordem interna e da soberania nacional, numa continuidade, pelas gerações atuais, dos esforços empregados pelos que defenderam e nos legaram a Pátria a que pertencemos.

Já o segundo concurso, buscava cultuar a figura do Duque de Caxias, reconhecido há menos de uma década como o Patrono¹¹⁵ do Exército Brasileiro. Três aspectos chamou atenção quando da análise do Edital onde constavam as instruções do Concurso, são eles: 1º) O professor Fernando Pinto de Queiróz, integrante da Comissão de Organização e Julgamento do 35º BI, era professor nomeado de História e OSPB do IEGG; 2º) As fontes de consulta recomendadas pela Comissão Organizadora do Concurso, numa lista de cinco, quatro tinham origem em organizações militares: a Imprensa do Exército, a Escola Preparatória de Cadetes e a Academia Militar das Agulhas Negras; 3º) A escola deveria fazer uma primeira triagem dos trabalhos, selecionando apenas dois, por meio de uma Comissão interna, cujo membro efetivo deveria ser o responsável pela disciplina EMC. Sobre este último quesito, quando perguntada acerca da possível ocorrência desses concursos na escola e de como eram desenvolvidas a correção e seleção das produções dos estudantes, respondeu a professora Clara:

Nunca chegou nenhuma para que eu corrigisse, porque eles davam ao professorado de EMC ou Língua Portuguesa. Eu até comentei uma vez com uma outra professora de História da escola que quem tinha conhecimento da coisa éramos nós, porque nós professores conhecíamos o conteúdo e era para pelo menos nós corrigirmos os fatos históricos e aí as colegas de Língua Portuguesa corrigiria o português, a redação mesmo (Ex-Professora Clara).

Por meio da afirmativa da professora de que concursos desta natureza ocorriam “pelo menos uma vez no ano”, com ênfase maior no início da década de 1970 e, ainda, pela análise das temáticas privilegiadas por esses Editais de Concurso percebe-se o quanto a cultura escolar do IEGG esteve susceptível a uma concepção de História patriótica e conservadora disseminada

¹¹⁵ Em 1962, através do decreto nº 51.429, de 13 de março, o Governo Federal proclamou o Duque de Caxias como o Patrono do Exército Brasileiro.

pelo Exército através do 35º BI¹¹⁶ e pela disciplina Educação Moral e Cívica, que no caso do IEGG, em alguns anos letivos, era também desenvolvida por professores de História.

O ensino de História posto em prática através dessas atividades estava permeado por um viés político institucional, que privilegiava determinados fatos e sujeitos, entre os quais, militares considerados *dignos* de serem pesquisados e biografados, meritosos heróis da Pátria, homens cujos perfis se caracterizavam pelo voluntarismo, abdicação e serviços prestados à Nação brasileira, portanto, exemplos a serem ostentados na galeria de heróis nacionais e na memória dos jovens estudantes do IEGG. A proclamada biografia dos heróis conduzia a determinados fatos históricos na “marcha evolutiva do progresso e desenvolvimento” da Nação brasileira, naturalizando em meio àquela estrutura ditatorial a preponderância do poder sobre o saber, que implicava na construção pelo aluno da noção de que o que deve ser ensinado é o que a escola procura ensinar, inibindo-o de pensar qualquer outra alternativa de conteúdo (VIEIRA et al., 2005).

É com este pensamento que rotineiramente essas atividades eram desenvolvidas no IEGG durante o período analisado. Em várias delas, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, esteve entre os ícones privilegiados do ensino de História, ele que desde os primeiros anos da República brasileira passou a pertencer à galeria dos heróis nacionais.

A biblioteca do IEGG disponibilizava títulos para consulta e pesquisa de seus usuários. Vale destacar o livro que foi organizado por Agenor Bandeira de Mello para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. Neste ano, o governo militar do Presidente Emílio Garrastazu Médici distribuiu vários de seus exemplares às escolas, inclusive ao IEGG, difundindo a perspectiva de história personalista e factual, especialmente voltada para a história dos heróis nacionais, entre os quais, Tiradentes, D. Pedro I, Joana Angélica, Maria Quitéria, Duque de Caxias.

No livro, a História do Brasil é apresentada sob uma concepção positivista que, nitidamente, oculta a participação do complexo de sujeitos construtores da nacionalidade e história nacional, como índios, africanos e afro-brasileiros, homens e mulheres que também teceram o fio da nossa história.

O conjunto de suas páginas demonstra o esforço em construir uma longa, cronológica e factual história, contada por meio de uma síntese político-institucional iniciada com o domínio colonial de D. Manoel I, em 1495, e prolongando-se até o ano comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.

¹¹⁶No edital do concurso literário constava premiações em dinheiro para os 3 primeiros colocados, o que funcionava como um “chamariz” para a adesão dos alunos à atividade.

Era, portanto, através do uso de livros como este, ainda hoje disponível na biblioteca escolar do IEGG, que professores e alunos eram estimulados a conhecer a história da Nação, numa tentativa de legitimar a memória histórica oficial.

Foi através de uma destas pesquisas que a aluna Flora e demais colegas da turma, confeccionaram os artefatos usados no desfile comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, que aludiam ao grande vulto histórico, idealizador da luta pela libertação da colônia: Tiradentes.

Figura 10-Alunos do IEGG com a imagem de Tiradentes no Desfile do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)



Fonte: Álbum pessoal da ex-aluna “Flora” -Arquivo do fotógrafo Antônio Ferreira de Magalhães.

A Figura 10 apresenta estudantes do IEGG na concentração para o início do desfile cívico pelo Sesquicentenário da Independência do Brasil, no ano de 1972, com uma imagem de Tiradentes, o “mártir” que sacrificou a própria vida em prol da Nação. Sua representação com o barão ao pescoço, uma versão feita pelos alunos a partir de uma gravura que abria o capítulo “O caminho da Independência”, do livro “Brasil: 150 anos de Independência”, trazia em destaque a frase: “Foi com ele que tudo começou”. Juntas, imagem e frase, ofuscavam os demais adereços que compunha o artefato. Levava adiante a mensagem do Tiradentes como um herói republicano, um Cristo cívico, um herói nacional.

Nesse sentido, destaca-se o papel determinante que as imagens tiveram na personificação do herói e na constituição do mito Tiradentes, cristalizando a representação de grande homem e dos seus feitos heroicos, especialmente naquele contexto em que militares o declaram através da Lei 4.897, de 9 de dezembro de 1965, Patrono da Nação brasileira, utilizando-o como um ícone ideal para sensibilizar os jovens estudantes quanto ao seu papel na construção do Brasil-potência.

A imagem que o governo ditatorial passava para a sociedade era a de que o País estava nos “trilhos”, assim cabia, também, a cada brasileiro fazer a sua parte, o seu sacrifício para a manutenção da estabilidade social e desenvolvimento econômico, seguindo o exemplo patriótico de Tiradentes. Nesse sentido, os livros didáticos¹¹⁷elaborados e, em alguns casos, distribuídos gratuitamente para as escolas, reafirmavam essa versão cristã do sacrifício pela humanidade, como o feito por Tiradentes.

Os livros eram como cartilhas e cumpriam o papel de introjetar nas mentes juvenis esses heróis pátrios, os ideais cívicos e os princípios morais ligados a família, a religiosidade cristã, visando o ajustamento do educando ao meio, que se queria ordenado, disciplinado, harmônico.

Associado a essa difusão ideológica que se processava via livros didáticos, os saberes e práticas docentes em História passaram, progressivamente, a estar na “mira” e controle de uma hierarquia técnico-burocrática, composta de inspetores, diretores, supervisores, coordenadores que contribuiriam para a crescente fragmentação e especialização do trabalho educacional.

De acordo com Colares (2003), em tal contexto, a influência da gerência científica, do tecnicismo e da Teoria do Capital Humano passaram a controlar o trabalho dos diversos profissionais da escola, de forma que:

Os dirigentes educacionais atuavam muito mais como gerentes, encarregados do controle e da avaliação de um processo burocrático. Quanto ao professor, era levado a enfatizar meios, os procedimentos, as técnicas. Entre os dois, o supervisor quase sempre exercia o papel de vigilante da aplicação dos procedimentos técnicos e burocráticos. Pouco ou nada refletiam sobre o fim da educação, servindo coerentemente aos propósitos políticos do Regime Militar (COLARES, 2003, p. 29).

¹¹⁷ A partir da análise das referências bibliográficas apresentadas nos planos de curso de História, em informações obtidas nas entrevistas com ex-professores e alunos, no acervo da Biblioteca escolar e numa lista manuscrita encontrada no Arquivo escolar constando nomes de livros adotados por professores de diversas disciplinas da 1ª série básica do Curso Colegial Normal, organizamos uma relação constando alguns livros de História que se fizeram presentes no IEGG, seja por existir exemplares na Biblioteca e os professores além de usá-los para a elaboração de apostilas indicavam aos alunos para que realizassem suas pesquisas, seja porque eram utilizados na aula de História no período que compreende os anos de 1964 a 1985: “História do Brasil”- Armando Souto Maior; “Brasil: 150 anos de Independência”- Agenor Bandeira de Mello; “História do Brasil”- Vicente Tapajós; “História da República”- José Moreira Belo; “A República Velha”- Edgar Carone; “História da Civilização Brasileira”- Aurélio Buarque de Holanda; “História do Brasil”- Hélio Viana; “História do Brasil” - Olavo Leonel Ferreira; “História da Bahia”- Luis Henrique Dias Tavares;

Por influência da concepção tecnicista, a escola passou a ser concebida como uma “empresa”, tendo, inclusive, todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem (do planejamento da aula à avaliação do rendimento do aluno) sofrido modificações para adequar-se aos novos moldes.

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia através da sua Divisão Técnico-Pedagógica e do Programa de Assistência Técnica responsabilizava-se em difundir entre as Unidades de Ensino de 2º grau da rede estadual, por exemplo, “o material de apoio contendo técnicas para serem utilizadas pelos docentes visando implementar o programa de História da série básica”, conforme expressa Ofício Circular 11/75, de 04 de março de 1975, encaminhado por aquela Secretaria ao IEGG. Intervenções com esse fim, como cursos de formação continuada do educador, foram largamente estimuladas durante o período da Ditadura e atuaram sobre o trabalho docente que passou a absorver o uso objetivo de técnicas de “como ensinar” em detrimento da reflexão sobre “o que ensinar”.

Sobre essa ênfase das técnicas no processo de ensino-aprendizagem em História, a ex-professora Clara nos relatou que esse período foi o da “coqueluche da técnica da dinâmica de grupo” quando “o lema mais ouvido era: o professor não ensinava, ajudava o aluno a aprender”, e, para isso, “o professor precisava era de técnicas”.

Ainda segundo ela, a ênfase que os professores foram obrigados a dar à técnica, ao *como ensinar*, promoveu “o início do fracasso da educação [...] porque muitos professores interpretaram aquele ensinamento de forma errônea, eles passavam o trabalho para o aluno e cruzavam os braços”, aspecto que pode ser melhor compreendido se associado ao processo de proletarização e precarização a que foi submetida a carreira docente durante a vigência da Ditadura, quando a categoria profissional emergente, para atender a expansão quantitativa das matrículas, “foi oriunda de uma situação que combinava o aligeiramento da formação acadêmica com arrocho salarial.” (FERREIRA JÚNIOR & BITTAR, 2006, p. 61).

A Supervisora de Ensino e também professora da disciplina Metodologia dos Estudos Sociais Perpétua, tratando da prevalência dos métodos de ensino sobre os conteúdos ensinados quando da implementação da LDB nº 5692/71, mostrou concordar com a ex-colega de profissão e de escola, Clara, afirmando que:

O problema é que não se tinha professores preparados para atuar através daquela reforma do ensino, foi a reforma dos métodos de ensino. Assim, o problema não era do conteúdo em si, mas de como ele era ensinado. O ensino era através de trabalhos de grupo e de pesquisa e o professor não sabia o que era pesquisa então ele mandava o aluno copiar. Às vezes, faziam grupos de 10 alunos, o professor conseguia trabalhar porque quem ia fazer o trabalho era o aluno, olha menina, foi uma decadência total do

ensino, e não foi a mudança, não foi a Lei em si, mas a maneira com que essa Lei foi implantada e a falta de professores preparados para isso (Ex-professora Perpétua).

Neste contexto, uma espécie de “pulverização” da Teoria do Capital Humano na carreira docente parece também ter se empreendido. Tratava-se de um investimento ideológico de que os professores precisavam qualificar-se continuamente para o trabalho, dado observável em alguns de seus relatos. A professora Perpétua, por exemplo, afirmou ter aproveitado as bolsas de estudos e cursos de graduação e pós-graduação oferecidos durante a Ditadura Militar. De acordo com seu relato, em 1971, foi estudar em Salvador no Instituto Central Isaías Alves (ICEIA), num curso que se chamava Pós-Secundário e lá se especializou em Supervisão e Administração Escolar. No retorno para o IEGG, usando de suas próprias palavras:

[...] já não voltei mais professora primária da Escola de Aplicação do IEGG, já voltei supervisora e professora do IEGG, porque esse curso era um curso dado também com bolsa da “USAID” e vieram professores de Minas coordenar, justamente porque naquela época começava a querer implantar o Sistema de Supervisão Escolar no Estado. Já o curso de Planejamento Educacional fui fazer porque era justamente uma coisa daquela época, era a tecnologia da época. Naquele momento era tudo voltado para tecnologia. Era a tecnologia pela tecnologia, se não acompanhássemos o ritmo, parecia que já estávamos ultrapassados, sei lá (Ex-Professora Perpétua).¹¹⁸

Em análise às habilitações dos professores do IEGG que atuaram no Departamento de Estudos Sociais ministrando aulas de História a partir de 1966¹¹⁹, pudemos constatar a presença de jovens bacharéis em Direito assim como de ex-alunos que haviam feito o curso Normal, Pedagógico ou Colegial Normal exercendo o trabalho docente por meio de contratos temporários. Quanto a este último grupo de profissionais, muitos conquistavam certificados de *suficiência* por terem participado de cursos ou seleções oferecidas pelo Ministério da Educação, a exemplo da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)¹²⁰, o que lhes garantia o crescimento na carreira e a permanência no exercício da atividade docente.

¹¹⁸ A fala da professora é importante por ratificar a influência da USAID na formação dos professores ao nível local. Através de intercâmbios entre profissionais brasileiros e norte-americanos, dentro do que preconizava os acordos MEC-USAID disseminou-se ideias pedagógicas, métodos e técnicas de ensino e de avaliação da aprendizagem que conseguiram penetrar em várias escolas brasileiras, inclusive no IEGG.

¹¹⁹ Em análise aos Livros de Posse de novos Professores do IEGG nem sempre foi possível identificar para qual disciplina o professor estava sendo designado. Assim, muitos atos de posse de professores especificavam apenas que estava sendo designado como “Catedrático do Ensino Médio”, “Regente do Ensino Médio”, sem fazer referência à disciplina para a qual tomava posse. Em contrapartida, pudemos contatar que outros tantos professores que ministraram a disciplina História na Escola exerceram a função de forma temporária através de contrato com a Secretaria de Educação do Estado, eram, estes, profissionais liberais, como advogados, ou alunos recém-formados pela própria instituição. Alguns desses dados puderam ser levantados no “Livro de Recortes ou de Expediente Interno” da escola ou por meio de informações colhidas com professores entrevistados para esta pesquisa.

¹²⁰ A “CADES”- Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário foi criada pelo Decreto nº 34.638/53 do Presidente Getúlio Vargas com o objetivo de difundir e elevar o nível de ensino secundário no país. Por meio dela foram promovidos cursos e estágios de especialização para professores visando a orientação dos

Havia ainda os graduados em História, em Estudos Sociais (Licenciaturas Curtas) ou Pedagogia em formação ou recém-formados pela Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFS) ou pela Universidade Católica, em Salvador. Estas licenciaturas curtas¹²¹ representam a maior parte da qualificação do professorado do IEGG no período que abrange a vigência da Ditadura. Através de uma habilitação polivalente, as licenciaturas curtas passaram a oferecer uma formação que segundo Thiago Nascimento “baseava-se na perspectiva do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis.” (NASCIMENTO, 2012, p. 341).

Eram estes os professores que estavam suscetíveis a ministrar mais de uma disciplina escolar, por isso era comum ter professores atuando paralelamente com as disciplinas História e EMC, História e OSPB ou História e Cultura Religiosa, justificável em função da diminuição da carga horária da disciplina História no curso de Magistério de 1º grau de 1ª a 4ª série, sobretudo, depois da reformulação do Currículo promovidas pela LDB 5692/71.

Essa formação *aligeirada* e de forte influência tecnicista passou a incidir no trabalho docente, especialmente, na forma de planejar o processo de ensino-aprendizagem e de avaliar os alunos. Os Planos de Unidade da disciplina para o ano letivo de 1976 demonstram a ênfase da técnica na elaboração desses Planos, que se apresentaram sempre no mesmo formato, com os conteúdos inerentes aos Objetivos Operacionais, Modo Operacional e Avaliação, muito semelhantes de uma unidade para outra e com uma preocupação na variação do tipo de técnica a ser utilizada na aula de História. O Plano da IV unidade letiva do ano de 1976, exposto abaixo, é uma mostra da influência desse tecnicismo, seja na terminologia utilizada pelos professores, seja, especificamente, no “Modo Operacional” almejado, que para cada apresentação de equipe exigia-se uma maneira diferente de apresentação.

mesmos para a realização do exame de suficiência que os habilitaria a ensinar nas últimas séries do ginásio e, principalmente, no colegial. Alguns dos professores entrevistados mencionaram terem participado desses cursos e ter prestado o exame de suficiência com aprovação. No Livro de Expediente Interno do IEGG encontramos alguns recortes do Diário Oficial do Estado reconhecendo a aprovação de professores do IEGG, inclusive de História, em exame de suficiência da CADES. Além disso, pude observar a influência de escritos de Lauro de Oliveira Lima, coordenador da Campanha na região Nordeste do Brasil até meados sobre os professores do IEGG, que em Ata de reunião pedagógica datada de 7 de novembro de 1968 registraram terem discutido “o problema da verificação da aprendizagem” a partir da “apreciação e discussão de trechos do livro de Lauro de Oliveira Lima- A Escola Secundária Moderna”. Sobre a CADES ver em <<http://www.educacao.ufrj.br/proedes/arquivo/cades.htm>>. Acesso em 13 jun. 2015.

¹²¹ A criação das Licenciaturas Curtas se deu por iniciativa do membro do Conselho Federal de Educação, Conselheiro Newton Sucupira, quando emite a Indicação intitulada *Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginasial* que versa sobre a carência de professores de determinadas disciplinas e em algumas regiões do País. Em razão do déficit de profissionais qualificados em nível superior, cujo principal espaço formador eram as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o conselheiro propôs em “caráter experimental” e emergencial as Licenciaturas Curtas (NASCIMENTO, 2012).

Figura 11-Plano de Ensino de História – IV Unidade, ano 1976

CRONOGRAMA	OBJETIVOS OPERACIONAIS	CONTEÚDO	MODO OPERACIONAL	AValiação
4 a 8 11 a 15 18 a 22 25 a 29 O U T U B R O	Analisar as causas da Revolução de 1930, estabelecendo suas ligações com a crise de 1928.	A Revolução de 1930.	Pesquisa orientada, cabendo a cada equipe uma maneira diferente de apresentação.	- Participação nas atividades do grupo. - Teste de avaliação.
3 a 5 8 a 12 16 a 19 22 a 26 29 a 03/12. N O V E M B R O	- Analisar as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil na época de Vargas, relacionando-se à situação externa. - Analisar as influências externas que concorreram para o aparecimento das correntes políticas surgidas no governo de Vargas e seus objetivos.	A época de Vargas e penetração no Brasil das correntes ideológicas contemporâneas.	Estado Dirigido.	Apresentação dos Trabalhos
06 a 10/12 AVALIAÇÃO FINAL da IV UNIDADE,				

Fonte: Arquivo particular da Ex-Professora “Clara”.

A influência tecnicista no processo de elaboração das atividades avaliativas dos alunos também passou a predominar depois da vigência da LDB nº 5692/71, quando o “método do estímulo-resposta” se fez presente, característica que se acentua consideravelmente à proporção que se amplia o acesso de jovens ao ensino de 1º e 2º graus, impactando na quantidade de alunos por turma, quando muitos professores, não conseguindo mais dar conta da correção das provas de tipo dissertativa, e, tendo já incorporado a concepção tecnicista da educação, passam a adotar um modelo avaliativo da aprendizagem em que prevalece questões de tipo *múltipla escolha*¹²².

Através da mesma professora tivemos acesso a apenas quatro avaliações de aprendizagem e de rendimento do aluno- prova de História¹²³- da 1ª Série do curso de Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série do ano letivo de 1975, das quais, reproduzimos apenas um fragmento:

¹²² É o tipo de questão cujo enunciado apresenta uma sentença afirmativa ou interrogativa, seguida por opções organizadas, geralmente, por uma lista alfabética de “A” à “E”, entre as quais, existe uma única opção verdadeira a ser assinalada pelo aluno.

¹²³ Esse tipo de fonte documental para o período em que estamos investigando é quase inexistente. No Arquivo da escola não a encontramos. As poucas que tivemos acesso encontravam-se sob a guarda pessoal da professora “Clara”.

Figura 12- Prova de História da 2ª Unidade Letiva - 1º
Série do Curso Colegial Normal - 1971

Instituto de Educação Gastão Guinleães,
Disciplina: História do Brasil - II Unidade

Aluno:-----Turma-----[12]-----

Prezado Aluno.
Chegou o momento de você se avaliar. Responda Confiante.

1ª) Quando D. Pedro I abdicou, governou em primeiro lugar, durante a menoridade de D. Pedro II

() o regente Araújo Lima
() o regente Pe. Diogo Feijó
() a regência Trina Permanente
() a regência Una
() a regência Provisória.

2ª) O movimento revolucionário ocorrido na Bahia durante o Período Regencial foi denominado de

() Cabanagem
() Balaiada
() Emboabas
() Farrapos
() Sabinada.

3ª) O golpe da Maioridade, preparado pelos liberais, determinou

() o fim do período colonial
() a volta de D. Pedro I
() a Independência do Brasil
() a guerra do Paraguai
() o início do 2º Reinado.

4ª) A economia brasileira, durante o 2º Reinado, baseou-se, principalmente, na exportação de:

() fumo e feijão
() arroz e milho
() farinha e petróleo
() café e açúcar
() café e trigo.

5ª) A indústria brasileira desenvolveu-se no 2º Reinado

() Foram feitos contratos de risco
() Com a Tarifa Alves Branco
() Foi criado o sistema de livre câmbio
() Passamos a fabricar produtos que competiram com a Inglaterra.

6ª) No Brasil, o período Regencial caracterizou-se por apresentar:

() Paz nas províncias e equilíbrio político
() Lutas políticas e sociais
() Bom entendimento entre o liberalismo e o conservadorismo
() estabilidade política e comercial
() grandes realizações científicas.

Fonte: Acervo pessoal da Ex-Professora. Clara.

Pelo exemplo é possível perceber que se tratava de um modelo de avaliação factual e objetiva, que não exigia o exercício dissertativo por parte do aluno e quase sempre o isentava da possibilidade de desenvolver uma interpretação do processo histórico estudado. Além disso, o esquema que subjaz as questões da prova, ora enfoca a causa de um fato histórico, ora a sua consequência, atribuindo, novamente, ao elemento externo (uma nação europeia, um herói) o papel de protagonista dos fatos ocorridos nas regiões coloniais, a exemplo do Brasil.

Nesse tipo de avaliação, ao aluno cabia responder objetivamente, com um traço ou um x, ao que o enunciado pedia, e, para tal, a memorização do conteúdo a partir do que apresentava

o livro adotado pelo professor ou o rascunho no caderno escrito a partir de sua fala, era a mais frequente metodologia de estudo descrita pelos ex-alunos.

Para além desse modelo de avaliação aplicada no IEGG, os documentos analisados (ofícios emitidos e recebidos, apostilas, textos didáticos, Planos de Curso, fotografias e relatos orais) evidenciaram uma docência e aprendizagem limitada e conservadora do ensino de História que, associada ao ensino de outras disciplinas escolares, como EMC, buscaram aprimorar o caráter dos alunos, futuros professores, ancorado nos valores da família, da igreja, da harmonia social e da moral cívico-patriótica, o que fica bem explicitado no Hino ao IEGG¹²⁴:

No Planalto de luz coroado
 Onde vive este povo feliz
 Por Santana sempre abençoado
 Aqui tem a sua diretriz
 Esta escola por nós adorada
 Abrigou nossos pais, nossas mães;
 Será sempre por todos lembrada:
 O INSTITUTO GASTÃO GUIMARÃES.
 É um templo que nós veneremos,
 Nossa escola que é fonte de luz.
 Lar querido onde nos preparamos
 Para a luta que a vida conduz
 Da cidade e do campo chegamos
 À procura do sol do saber
 Nesta casa afinal encontramos
 A cultura que faz renascer
 De mãos dadas em santa aliança.
 Construímos o nobre perfil
 Da infância - clarão de esperança -
 No futuro do nosso Brasil

Estes elementos de exaltação ao nacionalismo e ao civismo, evidente no “Hino ao Gastão Guimarães” e em conteúdos e práticas desenvolvidos no IEGG durante o período estudado, faziam parte, na esfera local, do projeto de construir e inculcar valores na sociedade, adequados ao ideal de patriotismo, defendido e difundido pelo governo militar.

¹²⁴ Datado de 1976, ano do Cinquentenário do IEGG. Autoria: Dival da Silva Pitombo (letra) e Anacleto Carvalho (melodia).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trago nesta conclusão alguns aspectos importantes da dissertação relacionados ao IEGG, sua cultura escolar, bem como, ao ensino de História ministrado no contexto da Ditadura Militar.

Este é um tema que carece de maior atenção e investigação por parte dos pesquisadores que sobre ele se debruçam, e que, ao contrário do que possa parecer, esta investigação não pode se dar por concluída; creio que seja mais uma contribuição para o debate e para instigar novas pesquisas sobre o assunto.

Pude ir “Traçando caminhos”, ou seja, construindo a tessitura de um texto que versou sobre o ensino de História como objeto de investigação da Ciência Histórica. Para tal, conhecer a trajetória do ensino de História no Brasil foi fator fundamental para entender este universo, mesmo que, em um breve levantamento sobre trabalhos e pesquisas educacionais sobre a educação brasileira e o ensino de História no contexto da Ditadura Militar, quais as problemáticas que apresentavam as fontes documentais privilegiadas, importância, bem como, seus limites na compreensão do tema.

O passeio pelo Instituto de Educação Gastão Guimaraes, sua trajetória e cultura escolar, oportunizou visualizar o quanto o IEGG estabelecia uma relação de muita proximidade com a cidade de Feira de Santana. Demarco, dessa forma, uma instituição de vínculos também estreitos com a política dos militares, o que por certo, determinou a forma e organização dos saberes e práticas de ensino-aprendizagem em História no contexto da Ditadura Militar. A análise das fontes orais, fotográficas e impressas, como periódicos e documentos escolares, sendo alguns manuscritos, foram essenciais para esse entendimento, ou seja, para o conhecimento da trama que ali se desenrolou.

O processo de disseminação da memória da “Revolução de 1964”, assim chamada pelos militares, trouxe para o ensino de História no IEGG a manutenção da tradição, reforçada por uma relação de alinhamento com o sistema de educação implementado pelos militares no poder, o que deixou marcas na história ensinada e nos sujeitos. As evidências da incorporação dessa memória e diretrizes pela cultura escolar do IEGG e pelo ensino de História desenvolvido entre os anos de 1968 a 1978, constatei ao “mergulhar” nas fontes impressas, como a legislação educacional do período, os periódicos, caso do jornal local Folha do Norte, manuscritas, especialmente, documentos escolares, assim como, fontes orais, oriundas de depoimentos de ex-professores (as) e ex-alunos (as) do IEGG.

Um outro aspecto a ser retomado refere-se à categoria analítica Cultura Escolar (JULIA, 2001; FRAGO, 2007) responsável por subsidiar a pesquisa. Ao propor o entendimento das instituições escolares e de seus processos formativos a partir da sua dinâmica interior e cotidiana, esta categoria mostrou-se determinante para a consecução dos objetivos traçados, sintetizados, na busca por compreender os processos de ensinar-aprender História em um espaço-tempo específico: o IEGG entre 1968 a 1978, período emblemático da Ditadura Militar brasileira, especialmente, pelas restrições e perseguições durante a vigência do Ato Institucional nº 5.

A dinâmica interior e cotidiana das instituições escolares, permeada por sujeitos, saberes, práticas, normas, rituais, tradições, regras de jogo, mentalidades e comportamentos, formam uma cultura específica, a cultura escolar. Esta, por sua vez, em diálogo diferenciado com a sociedade que a abriga, confere a cada instituição escolar uma identidade única, o que vem a repercutir em seus processos educativos, como no caso do ensino de História ministrado.

Nesse sentido, o IEGG foi interpretado, nesta dissertação, como uma instituição escolar singular em Feira de Santana, possuidora de uma cultura escolar ancorada em tradições, regularidades e permanências oriundas de sua trajetória como Escola Normal. Apesar das evidências levantadas no processo de pesquisa caminharem na direção de que a cultura escolar do IEGG sofreu diretamente as ingerências da ditadura militar instalada no Brasil, estas não geraram tensões, nem resistências ao projeto político instituído no país com o Golpe de 1964 por parte dos sujeitos que compunham o seu universo, o que refletiu efetivamente nos processos de ensinar-aprender História. O caso da abertura de IPM e prisão da professora Yara Maria Cunha Pires, ocorrido entre 1968-1971, único no IEGG durante o período ditatorial, gerou no coletivo de seus sujeitos a tensão e o medo de uma iminente repressão, impondo a desconfiança e vigilância de uns sobre outros, a disciplinarização de seus comportamentos, das sociabilidades, a valorização de alguns saberes e práticas em detrimento de outras, o que implicava a submissão aos princípios da chamada “Revolução de 64” que colocava os militares na condição de salvadores da Pátria contra o “inimigo vermelho”.

Talvez seja difícil trazer para o presente lembranças pessoais ouvidas dos depoentes, mas essas memórias até então ocultadas, quer seja nos arquivos do IEGG, quer seja nos textos produzidos pelos professores a época, ofereceram uma nova perspectiva para a compreensão do ensino de História ministrado no IEGG no contexto da Ditadura Militar, sobretudo, nos anos de 1968-1978. Trazer à tona essas memórias escondidas no âmago dos sujeitos que viveram os processos de ensinar-aprender História no IEGG serviu para ter um panorama, ainda que recortado, da espionagem, da vigilância e do controle institucional exercido sobre os seus

saberes, práticas e, especialmente, sobre seus professores, mas, também, para que os atores dessas histórias se colocassem como protagonistas dela.

Deste modo, ter trabalhado com o tema do Ensino de História no contexto da Ditadura Militar foi uma oportunidade ímpar de tratar da história do ensino de História a partir de determinada instituição e cultura escolar, demanda investigativa necessária aos historiadores e professores de História, os quais, como bem salientou Fonseca (2011), além de dominarem os conteúdos de ensino, as práticas pedagógicas, os procedimentos didáticos e teórico-metodológicos da pesquisa histórica deveriam conhecer, também, a história da disciplina que pesquisam ou ensinam, incursão, sem dúvida, importante, mas que, ainda, encontra-se em estado lacunar, quadro que justifica o desenvolvimento desta e de novas pesquisas sobre a temática em nossa área.

Por fim, devo esclarecer que este trabalho foi uma tentativa, dentre várias outras possíveis, de explicitação do ensino de História em sua historicidade e especificidade, indo ao encontro das preocupações dos pesquisadores do campo da História das Disciplinas Escolares, que vem investindo esforços na identificação da origem e constituição dos saberes escolares através da dinâmica temporal e de processos de escolarização específicos, como este desenvolvido no IEGG no contexto ditatorial brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, Antônio Simplício. **O ensino de História no período militar:** práticas e cultura escolar. 1996. 128f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1996.

ANDRADE, Ana Maria Mauad. **Sob o Signo da Imagem:** a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX. 1990. 340 f. (Dissertação) Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ, 1990.

BALDIN, Nelma. **O ensino de história:** uma prática que ultrapassa os muros da escola pública. 423 f. 1985. Tese (Doutorado). PUC, São Paulo, 1985.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

BOAVENTURA, Edvaldo Machado. **Problemas da educação baiana.** Salvador, Gráfica Universitária, 1977.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (orgs.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUFFA, Ester. Práticas e fontes de pesquisa em história da educação. In: GATTI Jr., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva. Ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

CABRINI, CIAMPI, VIEIRA et al. **Ensino de História:** revisão urgente. São Paulo: EDUC, 1986.

CAIMI, Flávia Eloisa. **Conversas e controvérsias:** o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, 2, pp. 177-229, 1990.

COLARES, Anselmo Alencar. O autoritarismo repressivo na educação brasileira pós-1964. In. COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Souza (Orgs). **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa: história e gestão educacional**. Campinas, SP: Autores Associados; SP: ANPAE, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

CORREA, D. C. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

COSTA, Carina Martins. **“O Museu que bateu continência”**: práticas educativas e comemorativas no museu Mariano Procópio (1944-1980). In. BERETA, Cristiani.; ZAMBONI, Ernesta. **Ensino de História, Memória e Culturas**. Curitiba, Editora CVR, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio Cunha; Góes, Moacyr. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CRUZ, Antônio R. Seixas; RIBEIRO, Marinalva L. **Flores do Sertão: perfilando professores formadas pela escola normal de Feira de Santana de 1930 a 1949**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 36, p. 182-199, dez. 2009.

CRUZ, Neide; SILVA, Marília Q. **IEGG: 50 anos de história**. Gráfica da Feira, 1977.

DACRUZ, Damário. Primeiro de Abril de 1964. In: **Bem que te avisei**. Salvador: Fundação Pedro Calmon; UEFS Editora, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo - 1945-1964**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. 1964: Temporalidades e Interpretações. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). **O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DIAS, Margarida Maria Santos. O ensino de História como objeto de pesquisa. **Saeculum Revista de História**. Nº 6/7, jan./dez., 2001/2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987

ESCOLANO, Agustin; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural e História da Educação. **Revista Brasileira de Educação**. V. 11, nº 32, 2006, pp. 328-375.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen; VIDAL, Diana; PAULILO, André. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

FENELON, Déa Ribeiro. A questão dos Estudos Sociais. In: **Cadernos CEDES**, Campinas/São Paulo, n. 10, 1984, p. 11-22.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **A formação e a prática dos professores de História: enfoque inovador, mudança de atitudes e incorporação das novas tecnologias nas escolas públicas e privadas do Estado da Bahia, Brasil**. 2004. 363 f. (Tese). Doutorado. Universitat Autònoma de Barcelona. Departamento de Pedagogia Aplicada. Programa de Doctorado Innovació i Sistema Educatiu. Barcelona, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FRAGO, Antonio Viñao. As culturas escolares. In.: **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Portugal, Mangualde: Edições Pedagogo, 2007

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1971)**. São Paulo: Cortez, 1993.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértices, 1990.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Ed. Autores Associados, n. 01, jan/jun 2001.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

KNOBLAUCH, Adriane; RATTO, Ana Lúcia; OLIVEIRA, Luciane; FERREIRA, Valéria Milena. Levantamento de pesquisas sobre cultura escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**

[online]. 2012, vol. 38, n. 3, pp. 557-574. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000015>.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo Ateliê Editorial, 2002.

KURLANSKY, Mark. **1968: O ano que abalou o mundo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O ensino de História no primário e no ginásio (cinco anos depois). **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 103, 1975, p. 627-637.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Ditadura e Sociedade: intervenções pedagógicas, resistência e conciliação. In: MAGALDI, Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José. (orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSC, 2003.

LOPES, Jackeline Silva. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em História). **Na sala de espelhos: professores de história entre representações e identificação com a profissão** (Feira de Santana, 1986-1991). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

LOURENÇO, Elaine. **Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970-1990)**. 2011. 316 f. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, USP, São Paulo, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. A história nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, Cultura e Ideologia na Ditadura Militar Brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, Luís Fernando (Org.). **O Ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

Marcha da Família com Deus e pela Democracia. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 11 abr. 1964. p. 1

Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou o seu repúdio aos traidores da Pátria. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 23 abr. 1964. p. 1.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Manifesto à Nação de 7 de outubro de 1969**. In: O Jôgo da Verdade. Departamento de Imprensa Nacional, 1970. p. 10-12.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A Universidade Brasileira em Questão. In: MAGALDI, Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José. (orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSC, 2003.

MELLO, Agenor Bandeira de. **Brasil: 150 anos de Independência**. Brasil, 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTEIRO, Jhônatas L. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NADAI, Elza. **Estudos Sociais no 1º Grau**. Em Aberto, Brasília, ano 7, n. 37, jan./mar. 1988.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das Licenciaturas Curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p. 340 -346, mar. 2012. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01_45.pdf

NEVES, Joana. O ensino de História nos 50 anos do Golpe Militar: Estudos Sociais sob a Ditadura. In: **50 anos da Ditadura Militar: capítulos sobre o Ensino de História no Brasil**. ABUD, Kátia; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (orgs.). Curitiba: W & A Editores, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História**, PUC-SP, nº 10, dez.,1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS; VECHIA (orgs.). **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008.

NUNES, Antonietta d’Aguiar; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; CABRAL, Ilma da Silva. Os Arquivos e a Memória da Educação na Bahia: recordando localmente para conhecer globalmente. In: CASIMIRO, Ana Palmira; LOMBARDI, José; MAGALHÃES, Livia. (orgs.). **A Pesquisa e a Preservação de Arquivos e Fontes para a Educação, Cultura e Memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

NUNES, Silma do Carmo. **Concepções de mundo no Ensino de História**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

OLIVEIRA, Adriana Rocha. A Escola Normal de Caetité e Anísio Teixeira: um projeto de formação de professores primários (1926-1941). In: SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. **Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório a Princesa do sertão: De empório a Princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFBA, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Economia brasileira: a crítica à razão dualista**. São Paulo: Cebrap, 1975.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O direito ao passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História.** Aracaju: Editoria UFS, 2011.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIM, Elison Antônio. **Fala, Professor: o ensino de História em Chapecó 1970-1990.** Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1996.

PINSKY, Jaime (Org.). **O Ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 2, n. 3, 1989.

Povo Feirense fará: Marcha com Deus pela Democracia. **Folha do Norte.** Feira de Santana, 11 abr. 1964. p. 1.

RAGAZZANI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar,** Curitiba: Editora da UFPR, n.18, p.13-28, 2001.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Bauru, SP: Edusc, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

RICCI, Claudia Sapag. 1992. 157f. **Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de História em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em História). PUC, São Paulo, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973).** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores escolares. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, n. especial, p. 20–27, 2006.

SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (org.). **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes.** Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **A gênese do Ginásio Municipal de Feira de Santana (1963-1964): história e memória.** 2000. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana.** 2011. 317 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II - a década de 1970- entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência. Ensaio: **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.10, n. 37, p 479-492, out./dez., 2002.

SANTOS, Grazyelle Reis. **Literatura e Cultura em Feira de Santana: práticas, usos e tendências em impressos no Folha do Norte (1951-1969).** 2008. 245f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2008.

SANTOS, Nilda Moreira. **Movimentos dos Professores da Rede Pública na Bahia (1952-1989).** Salvador, Editora BDA Bahia, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Sessenta e quatro: anatomia da crise.** Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

SANTOS, Lucas Bispo de Oliveira; HENRIQUE, Wendel. **Caracterização da Evolução Urbana e da Situação Urbana Atual de Feira de Santana.** 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3744/3428>>, Acesso em: 22 ago 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVA, José Luís Werneck da. **A deformação da História ou para não esquecer.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

SILVA, Marco Antônio (Org.). **História: o prazer em ensino e pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Memória ou experiência de saberes. In: **História: o prazer em ensino e pesquisa.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. (Org.). **Repensando a História.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.

SILVA, Norma Lúcia da. Produção acadêmica e ensino de história: entre o distanciamento e as possibilidades de aproximação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH**, São Paulo: julho, 2011.

_____. **O lugar do ensino de história no espaço acadêmico: os desafios de uma área de fronteira.** Escritas, v. 4, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** São Paulo: Paz e Terra, 1992. (Broch.)

SOUSA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas:** as normalistas em Feira de Santana, 1925-1945. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUSA, Ione C. Jesus de & CRUZ, Antonio R. Seixas. (Orgs.) **Escolas normais da Bahia:** olhares e abordagens. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SOUZA JUNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, SP, v, 31, nº 3, p. 391-408, set/dez, 2005.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **Os empresários e a educação:** o IPES e a política educacional após 1964. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1981.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba: Editora da UFPR, n.18, p. 75-101, 2001.

STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente. Os Arquivos da Ditadura e a Comissão Nacional da Verdade. In: **Revista Perspectiva Histórica**. Dossiê: Ditadura Militar. EDISE. Vol. 2, nº 3, jul.-dez., 2012.

STARLING, Heloísa. **Os senhores das Gerais:** os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de(org.). **1964:** visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. **O governo de João Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). **O golpe e a ditadura militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

VALE, Nayara Galeno. Delgado de Carvalho e o ensino da História: trajetória e atuação de um pardal de Clio no campo intelectual do Rio de Janeiro (1931-1955). In: **XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh**, 2009, Fortaleza.

APÊNDICE A: Documentos localizados no Arquivo do IEGG

- Pastas individuais de alunos (1927-2000): pode-se encontrar em seu interior, histórico escolar; atestado de “nada consta” / atestado de “boa procedência” / de saúde física; dados pessoais/ filiação/ naturalidade/ cor/ sexo; fotografia.
- Diários de Classe de diversas disciplinas escolares. As da disciplina escolar História foram encontradas do período de 1973 a 2000. Entre elas havia diários de “História do Brasil”, “História Universal” e de Didática/Metodologia dos Estudos Sociais. Na capa havia a identificação do ano letivo e nome do professor. Em seu interior, consta a especificação linear do conteúdo trabalhado e as presenças e ausências de alunos.
- Correspondências administrativas identificadas em pastas separadas como “Ofícios expedidos” e “Ofícios recebidos”, dos anos finais da década de 1960 e quase a totalidade dos anos da década de 1970, período relativo à gestão dos diretores Dival Pitombo e Josenita Nery Boaventura.
- Fichas cadastrais de professores (avulsas);
- Livros de Ponto de funcionários.
- Livros de Registros de Matrículas.
- Livros de Registros de Diploma.
- Livro de Posse de Professores.
- Atas de Conclusão de Ano Letivo.
- Documentos relativos a pagamentos de contratos de professores;
- Livro intitulado “Expediente Colado” que consta recortes dos jornais, “Estado da Bahia”, “Diário Oficial”, “Jornal da Bahia”, “A Tarde”, “Diário de Notícias”, “Folha do Norte” e “Feira Hoje” das décadas de 1950 a 1980 com informações relacionadas à legislação educacional em geral, e ao IEGG, seus professores e funcionários, em específico.
- Pastas constando informações sobre o funcionamento do curso Supletivo na escola.
- Atas de Resultados finais de Alunos;
- Grades curriculares do Curso Pedagógico, Colegial Normal e Magistério de 1º Grau.

APÊNDICE B: Questionário aberto para entrevista de Ex-Professor

Sobre o Professor

1. Bom dia, professora! Qual o seu nome completo, sua naturalidade e, se possível, seu ano de nascimento.
2. Como foi sua formação estudantil? E a preparação para o Magistério? Em qual escola?
3. E sua formação universitária? Qual o curso e em qual universidade? Em que ano iniciou e em quando concluiu?
4. Como foi essa vivência universitária em um período da ditadura militar?
5. Lembra-se de como a Revolução/ Golpe de 1964 foi sentida nos espaços em que a senhora frequentava? (Família, Igreja, Escola, universidade, no trabalho, entre os amigos).

Se o Professor não for de Feira de Santana (sobre a Cidade e o IEGG):

1. E Feira de Santana em que ano e contexto surgiu em sua trajetória? Porque migrou para a cidade?
2. Qual a imagem de Feira de Santana para você que estava vindo de outra cidade?
3. Como descreveria Feira de Santana no período de sua chegada na Escola?
4. E o Gastão? O que a Sr^a ouvia falar dessa escola antes de trabalhar nela?
5. Qual o ano e em que função começou a trabalhar no IEGG? Como foram as primeiras relações com a direção, os professores e alunos?
6. Com qual ou quais disciplina atuou no contexto da Ditadura?
7. Em termos de regimento, qual a impressão que teve do IEGG na sua chegada? Como era a escola: organizada, rígida? E o regimento escolar quem elaborava como era cumprida?

Sobre o Contexto de Ditadura Militar e o Ensino de Humanidades

1. O regime político ditatorial interferia no cotidiano do IEGG? Havia de alguma maneira, o controle sobre professores e alunos? Ocorreram casos de alunos ou professores que se subverteram ao Regime? Casos de IPM e prisões?
2. E a participação em atos e desfiles cívicos, quem organizava esses eventos? Qual a influência, o tipo de controle exercido pela Direção da escola nesses momentos? Era obrigatório? (Portaria nº 2 de 29/08/1972- Diretor do IEGG determina a participação de todos os alunos- Atas de Reuniões do IEGG);

3. Como vocês se sentiam participando desses eventos?
4. Uma parte de sua trajetória profissional foi atuando com os preceitos da reforma do ensino de 1º e 2º graus proposta pela LDB 5692/71, num período de Ditadura Militar no Brasil. Como foi recebida essa nova legislação educacional na Escola?
5. Lembra-se de ter existido discussões a favor ou contra a nova LDB? Por que se posicionavam a favor ou contra?
6. Tinham cursos de preparação do corpo docente e pedagógico?
7. E o Currículo do Magistério no IEGG foi alterado para atender a nova LDB?
8. Houve casos de exclusão do currículo de alguma disciplina? Quais as novas disciplinas criadas na escola? ´
9. Como à senhora vê o papel das disciplinas OSPB, EMC, Integração Social num curso de Formação de Professores? A que serviram?
10. Houve rejeição no IEGG às disciplinas EMC, OSPB? Lembra de conversas de professores reclamando dos conteúdos de tais disciplinas? Ou eles se adaptaram rapidamente às mudanças?
11. Lembra como eram escolhidos os professores para lecionar as disciplinas OSPB e EMC no IEGG?
12. Como eram os momentos de planejamento semanal? O que vocês faziam?
13. Ocorriam interferências externas (instâncias política civil ou militar) no cotidiano da escola?
14. Em relação ao episódio da prisão de professora Iara Cunha, como a escola reagiu após o ocorrido? As pessoas passaram a ter medo, a temer falar algo que as comprometesse?

Sobre o Ensino de História no IEGG

1. Quais os professores de História que trabalharam no mesmo período em que a senhora?
2. E a LDB 5692/71 provocou mudanças do ensino de História que já era praticado no IEGG?
3. Os rituais cívicos patrióticos desenvolvidos no dia-a-dia da escola tinham relação com os conteúdos de quais disciplinas? História, Metodologias, EMC, Educação Física? Lembra-se de alguma atividade desenvolvida por professores de História de culto aos valores cívicos patrióticos?
4. Como eram selecionados/definidos os conteúdos da disciplina História e das Metodologias do Ensino de Estudos Sociais? A direção ou as instâncias militares davam palpites sobre os conteúdos que deveriam ser ensinados/veiculados na escola?

5. E os eventos realizados pelo IEGG (desfiles cívicos, palestras, exposições, Feira de conhecimentos, solenidades de formatura) algum em especial que em sua opinião teve grande repercussão na cidade de Feira de Santana?
6. E o desfile em comemoração aos 150 anos da independência do Brasil em 1972? Mostrar a fotografia de duas alunas segurando uma pintura com o retrato de D. Pedro I (livro “História nas lentes” de A. Magalhães), como eram os preparativos e a organização dos conteúdos que seriam veiculados nesses desfiles?
7. A participação de professores da escola nos desfiles era facultativa ou obrigatória? E quem não comparecesse ao desfile do 7 de setembro, era chamado à atenção? Levava falta? Havia punições para quem faltasse?
(Portaria nº 2 de 29/08/1972- Diretor do IEGG determina a participação de todos os alunos- Atas de Reuniões do IEGG);
8. Havia entre os professores quem se recusasse explicitamente a participar desses momentos?

Sobre a Ditadura, o IEGG e o Ensino de História

1. Como era a relação da Escola com o Exército Brasileiro e, em específico, com o 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana? Havia tentativas de interferência, vigilância sobre o funcionamento da escola? Chegavam até os professores os convites do 35º BI para participar de eventos no Batalhão? A escola também retribuía convidando os militares para algum tipo de atividade na escola?
2. Em 1971, o Comando do Exército enviou ofício convidando 20 alunos da escola para participar das **comemorações do aniversário da REVOLUÇÃO de 31 de março de 1964**. Professores acompanhavam alunos nessas solenidades? Antes de eventos como este, o professor dava aula enfocando tais conteúdos de ensino?
3. Os professores da escola, especialmente os da área de Estudos Sociais, no anonimato das conversas de corredor ou de forma explícita, manifestavam suas opiniões (contrárias ou a favor) à tomada e manutenção do poder pelos militares?
4. Houve outros casos de alunos ou professores afastados da escola por motivos de natureza política contrária ao regime?
5. Que tipo de trabalho era desenvolvido pelo Centro Cívico da escola?
6. O regime político ditatorial interferia no cotidiano do IEGG? Havia de alguma maneira, o controle sobre professores e alunos?

APÊNDICE C: Questionário aberto para entrevista de Ex-Alunos

Sobre o Estudante e Sua Trajetória Estudantil

1. Qual o seu nome completo, sua naturalidade e ano de nascimento? (Se não for de Feira de Santana perguntar quando se mudou e quais as motivações).
2. Qual a profissão de seus pais? A qual classe social pertenciam àquela época? Onde vocês moravam quando era estudante do IEGG?
3. Conte-me sobre sua trajetória estudantil. Onde e quando começou? Em quais escolas estudou?
4. Em 1964, ano do que alguns chamam de Revolução de 1964 outros de Golpe de 1964, onde você se encontrava no imediato contexto desse fato político nacional? Em que escola estudava? Como essa escola recebeu a notícia da mudança política vivida pelo Brasil e como isso foi passado para os alunos? Se conversou sobre esse fato na escola? E em casa, o que se discutia? Como seus pais encararam esse acontecimento?
5. E a opção pelo magistério, porque da opção e não outra? Em que escola obteve sua formação para professora? Em qual turno? Se Gastão por que da escolha por esta escola?
6. Qual a informação que teve dessa escola antes de nela estudar? Quando começou a estudar no IEGG? Qual a impressão que teve do IEGG assim que chegou para estudar? Lembra quem era o corpo diretivo? Como era o cotidiano da escola: a relação professor-aluno; aluno-direção; aluno-Governo Ditatorial?
7. Como era a administração do Diretor Dival Pitombo? E a participação da Vice-Diretora Prof^a Josenita Neri Boaventura e do Vice-Diretor Prof. José Francisco do Amaral?
8. Qual importância atribui ao IEGG para a cidade de Feira de Santana? Existiam outras escolas que também formavam professores? Como o aluno do IEGG era visto na sociedade feirense?
9. Lembra-se de seus colegas de turma? Eram todos de Feira ou vinham também de outros municípios? Residiam na sede ou vinham dos distritos? Lembra-se se eram moradores de bairros do centro da cidade ou de bairros mais afastados? Como descreveria a composição social e econômica dos colegas? Como fez para conseguir estudar no IEGG? Assim que procurou a escola conseguiu matricular-se?
10. A senhora lembra-se de mobilizações ou reivindicações estudantis no Gastão ou em Feira de Santana?
11. Como era a formação para o magistério primário/ de 1º grau no IEGG? Quais disciplinas cursou?
12. Tinha a disciplina História no Curso? Quem foi seu professor (a) de História? Quais saberes guarda com você? Como eram as práticas? Como era ensinada a História, quais métodos eram utilizados pelo professor?

13. Eram usados livros didáticos? Quais foram adotados pelos professores de História ou de Metodologia dos Estudos Sociais no período de formação? Como eles eram usados pelo professor e por vocês?
14. Como eram as atividades em sala? Faziam exercícios? E as avaliações como eram?
15. Como descreveria o ensino de História no Curso?
16. A senhora lembra de ter tido algum professor de História ou da área de Estudos Sociais que tenha influenciado sua formação enquanto professora? Por que influenciou? A vivência que teve com o ensino de História na formação para o magistério influenciou suas práticas no estágio e na professora que se tornou?
17. E a primeira experiência de estágio ainda como aluna do Gastão? Onde ocorreu? Conte-me um pouco das atividades que planejou para o ensino de História/ Estudos Sociais no Estágio.
18. Lembra-se de modelos de atividades propostas pelas professoras de Didática (nome?) ou de Metodologia dos Estudos Sociais? Você possui algum registro guardado (caderno de estágio, fotografias, etc?)
19. Em que ano concluiu a formação para o magistério? Participou da Solenidade de Colação de Grau? Como eram os preparativos? Quais as etapas do ato de Formatura (Tinha missa, baile?). O que representava este momento pra você?

Sobre o Ensino de História no IEGG:

1. Se recordar de alguma mudança ocorrida com a disciplina escolar História durante o período do curso?
2. Num curso de formação de professores como o de vocês, se discutia a legislação do ensino vigente? E a LDB 5692/71, provocou alguma mudança no funcionamento do ensino de História praticado no IEGG?
3. Eram desenvolvidas solenidades cívicos-patrióticas na escola? Com qual frequência? Durante a preparação desses momentos que participava? Existia alguma relação com os professores e conteúdos da disciplina História? Lembra-se de algum momento ou exemplo dessa relação entre a história ensinada no IEGG e o culto aos valores cívicos patrióticos?
4. Como era a participação dos professores de História e de Didática/Metodologia do Ensino de Estudos Sociais nestes eventos? Lembra-se de representantes da Direção da escola ir nas aulas dessas disciplinas para falar sobre conteúdos a serem veiculados e práticas a serem desenvolvidas na aula ou nesses momentos de eventos políticos, cívicos na escola ou fora dela?
5. E os eventos realizados pelo IEGG (desfiles cívicos, palestras, exposições, Feira de conhecimentos, solenidades de formatura)? Como era a preparação dos alunos para esses momentos? Recorda-se de algum em especial? Tinha repercussão na cidade à participação do IEGG nesses eventos?

6. E o desfile em comemoração aos 150 anos da independência do Brasil em 1972? (Mostrar a fotografia de duas alunas segurando uma pintura com o retrato de D. Pedro I - livro “História nas lentes” de A. Magalhães). Como se desenvolveu os preparativos e a organização do que seria veiculado nesse desfile? Quem preparava aqueles cartazes, as roupas e demais artefatos utilizados?
7. Lembra-se de ter assistido a palestra do diretor Dival Pitombo na Câmara de Vereadores pela passagem do Sesquicentenário da Independência do Brasil? Ouviu algum comentário sobre a repercussão da palestra?
8. A participação dos alunos nos desfiles e eventos cívicos era facultativa ou obrigatória? E o que acontecia com quem não comparecesse ao desfile do 7 de setembro, por exemplo? Levava falta na caderneta? Acontecia de ser chamado à Direção? Havia punições para quem faltasse? (Portaria nº 2 de 29/08/1972- Diretor do IEGG determina a participação de todos os alunos-Atas de Reuniões do IEGG);
9. Os professores acompanhavam os alunos nesses eventos? Havia professores que se recusavam explicitamente ou comentavam esse desejo de recusa no ambiente da sala de aula?

Sobre a Ditadura, o IEGG e o Ensino de História.

1. Como era a relação da Escola com o Exército Brasileiro e, em específico, com o 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana? Percebia alguma tentativa de interferência e vigilância na escola? Chegavam até os alunos os convites do 35º Batalhão de Infantaria para participar de eventos no Batalhão? A escola convidava militares para algum tipo de atividade na escola?
2. Em 1971, o Comando do Exército enviou ofício convidando 20 alunos da escola para participar das **comemorações do aniversário da REVOLUÇÃO de 31 de março de 1964**. Você participou de algum desses momentos? Professores acompanhavam alunos nessas solenidades? Antes de eventos como este, o professor dava aula enfocando algum conteúdo de ensino?
3. Os professores da área de Estudos Sociais, os de História, em especial, conversava discretamente ou de forma explícita sobre a situação política do país? Eles manifestavam suas opiniões (contrárias ou a favor) à tomada ou manutenção do poder pelos militares?
4. Sabe dizer se houveram casos de alunos ou professores afastados da escola por motivos de natureza política contrária ao regime?
5. Chegou ao seu conhecimento à existência de uma sindicância interna no ano de 1971 para apurar a existência de uma possível campanha da profª Mª de Lourdes Tavares Carneiro contra altas autoridades locais, inclusive, o juiz de direito da Vara Crime e de menores? Do que se tratava?

6. O regime político ditatorial interferia no cotidiano do IEGG? Havia de alguma maneira, o controle sobre professores e alunos? Soube de casos de prisões de professores/ alunos acusados de subversão ao regime?
7. Existia regimento escolar no IEGG? Era, de fato, cumprido? Lembra-se do algo que era terminantemente proibido na escola nesse período?
8. Que tipo de trabalho era desenvolvido pelo Centro Cívico da escola? Quem se encontrava à frente?
9. Há relatos que professores rejeitavam no interior de suas salas de aula determinadas disciplinas da área de Estudos Sociais... EMC, OSPB... Lembra-se de professores do IEGG desenvolverem experiências alternativas a essas disciplinas?

ANEXO A- Modelo de Termo de Autorização de Uso de Voz e Imagem de Ex-Professor e Ex-Aluno

Eu _____, autorizo o uso de minha voz e de minhas imagens fotográficas pela pesquisadora DULCINEA CERQUEIRA COUTINHO BARROS na pesquisa de mestrado intitulada CULTURA ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES (FEIRA DE SANTANA, Ba, 1968-1978) desenvolvida no Programa Pós-graduação em História na Universidade Estadual de Feira de Santana. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da voz e de imagens acima mencionadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Assinatura da (o) entrevistada (o)

Assinatura do responsável por obter o consentimento

Feira de Santana, _____ de _____ 201_.